



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
TEATRO LICENCIATURA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
TEATRO
LICENCIATURA

MACEIÓ-AL, ABRIL DE 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
TEATRO LICENCIATURA**

Projeto Pedagógico do Curso de Teatro Licenciatura, elaborado com o objetivo de reformar seu conceito pedagógico e suas metodologias de aprendizagem, adequando-o à legislação vigente e às novas demandas surgidas no contexto da educação superior no Brasil nos últimos oito anos.

Reitora

Profa. Dra. Maria Valéria Costa Correia

Vice- Reitor

Prof. Dr. José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Sandra Regina Paz da Silva

Coordenadoria de Cursos de Graduação - CCG

Profa. Dra. Giana Raquel Rosa

Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico

Jean Luiz Davino dos Santos – Técnico em Assuntos Educacionais/PROGRAD

Diretor do Instituto

Profa. Dra. Sandra Nunes Leite

Vice-Diretor

Otávio Gomes Cabral Filho

Comissão de Elaboração do Projeto:

Prof. Dr. Marcelo Gianini – Docente/ICHCA

Prof. Msc. Ronaldo de Andrade Silva – Docente/ICHCA

Prof. Dr. José Acioli da Silva Filho – Docente/ICHCA

Prof. Msc. Washington Monteiro da Anunciação – Docente/ICHCA

Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos – Docente/ICHCA

Profa. Dra. Telma Cesar Cavalcanti – Docente/ICHCA

Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho – Docente/ICHCA

Prof. Dr. Antonio Lopes Neto – Docente/ICHCA

Prof. Msc. Francisco Rogers Cavalcanti Ayres – Docente/ICHCA

Profa. Dra. Ana Flavia de Andrade Ferraz – Docente/ICHCA

Profa. Dra. Lara Barbosa Couto – Docente/ICHCA

Celso Antonio de Melo Araújo – Técnico-administrativo/ICHCA

Alex Sandro de Azevedo – Representação Discente/ICHCA

Cleidson Alan Cardoso da Silva – Representação Discente/ICHCA

MACEIÓ-AL, ABRIL DE 2019

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	06
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	08
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO	09
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE TEATRO LICENCIATURA	10
3.1. HISTÓRICO DO CURSO	10
3.2. CONTEXTO LOCAL DO CURSO	12
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
4.1. ENSINO	19
4.2. PESQUISA	21
4.3. EXTENSÃO	21
4.3.1. PROGRAMA DE EXTENSÃO E AS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)	28
4.4. ACESSIBILIDADE	32
4.5. NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE - NAC	33
4.6. INCLUSÃO	34
5. OBJETIVOS DO CURSO	36
6. PERFIL DO EGRESSO	38
7. CAMPO DE ATUAÇÃO	40
8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	41
9. METODOLOGIA	47
10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	50
10.1. ESTRUTURA CURRICULAR	50
11. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	56
11.1. MATRIZ CURRICULAR	56
11.2. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	60
11.3. INTERDISCIPLINARIDADE	62

11.4. RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	63
11.5. TRANSVERSALIDADE	64
12. CONTEÚDOS CURRICULARES	65
12.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	65
12.2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	65
12.3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	65
12.4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	66
13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	67
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	69
14.1. QUADROS DAS ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	70
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	75
16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC	76
17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL	77
17.1. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	77
17.2. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	79
17.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	80
18. COLEGIADO DO CURSO DE TEATRO LICENCIATURA	82
19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	84
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DO CURSO	86
20.1. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS	86
20.2. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES	87
21. CONDIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO DO CURSO	90
21.1. RECURSOS HUMANOS	90
21.2. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS	90
21.3. LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS	90

22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR	93
23. REFERÊNCIAS	164
ANEXOS	169

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição Mantenedora

Denominação: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Instituição Mantida

Denominação: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

CNPJ: 24.464.109/0001-48

Endereço: Rodovia BR 101, Km 14 Campus A. C. Simões – Cidade
Universitária Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970. Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)
- Coordenação 3214-1442

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Dados de identificação do curso

Curso: Teatro Licenciatura

Modalidade: Licenciatura - presencial

Título oferecido: Licenciado em Teatro

Nome da mantida: Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

Campus: A. C. Simões

Município-sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Unidade Acadêmica: Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes -
ICHCA

Endereço de funcionamento do curso: Espaço Cultural Universitário Salomão
de Barros Lima, Praça Visconde Sinimbu, 206. Centro. Maceió. Alagoas.
CEP 57020-720.

Atos legais

Portaria de Autorização: Resolução nº 56/97 de 15.08.97– CEPE/UFAL

Portaria de Reconhecimento: Portaria Ministerial nº 3.276/2004

Número de vagas autorizadas: 40

Turno de funcionamento: Vespertino

Carga horária do curso: 3.556 horas

Tempo de integralização do curso

Tempo mínimo: 4 anos

Tempo máximo: 6 anos

Vespertino: Mínimo 08 (oito) períodos / Máximo 12 (doze) períodos

Coordenador(a) do curso: Marcelo Gianini

Formação Acadêmica: Licenciado em Educação Artística: habilitação em Teatro

Titulação: Doutor em Artes Cênicas

Regime de Trabalho: 40 horas (D.E.)

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

A UFAL foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 102 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e com a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SiSU/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu/MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE TEATRO LICENCIATURA

3.1. HISTÓRICO DO CURSO

Ao longo da história do Brasil, existiram diversas iniciativas de abordagem ou utilização do teatro no processo educativo, bem como de formação educacional de pessoas voltadas para a arte teatral. A Companhia de Jesus desenvolveu em seus colégios uma sólida estrutura de uso escolar religioso do teatro, comparável àquela praticada na Europa. Enfatizamos que, nesse momento, os mistérios religiosos tinham como objetivo a formação de consciência numa perspectiva religiosa.

Em meados do século XIX, João Caetano (ator e dramaturgo brasileiro) se contrapondo a concepção dos mistérios religiosos criou uma escola de teatro, com motivação de ordem política, visando diluir o poder absoluto das companhias portuguesas entre nós. Buscando superar a condição marginal, discriminada e subalterna da classe teatral de seu tempo, o projeto continha itens curriculares como “Da Reta Pronúncia”, “Da Declamação e Esgrima” e “Da História”.

Em 1857, é criado o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, que não foi propriamente uma escola de teatro, mas uma agremiação de incentivo à dramaturgia. Chamava atenção dos alunos para “boa prosódia e nítida compreensão dos papéis desempenhados”. Pensava-se, na época, no aperfeiçoamento do fazer artístico e das formas de apreciação da arte teatral através de debates em sessões culturais.

A instituição da escola de teatro é recente. Antes, os atores eram instruídos no seio da classe teatral e suas funções eram bastante estáveis, com representações de papéis do mesmo tipo ao longo de toda a vida. No teatro moderno, torna-se bem mais complexo o trabalho do ator e de todos os envolvidos com a arte teatral. O ator, por exemplo, não pode mais se fixar em um estilo ou em convenções. Ele deve dominar técnicas para trabalhar com variados tipos de texto e com gestos e entonações diferenciados, exigindo um período de formação que justifica a existência de escolas. Instituições de ensino de teatro são criadas em várias cidades brasileiras, a partir do século XX.

A Escola Dramática Municipal, atual Martins Pena, e o Curso Prático de Teatro, criado em 1937, incorporado dois anos depois pelo Serviço Nacional de Teatro, constituem um marco de ensino formal de teatro no Rio de Janeiro. Em 1939, o Serviço Nacional de Teatro criou o Curso Prático de Teatro, depois transformado em Conservatório Nacional de Teatro como parte integrante da Universidade do Brasil, em 1945, incluindo cursos de Ator, Dança e Canto. Em

1958, a regulamentação do Conservatório Nacional de Teatro passa a exigir o nível ginásial para admissão, passando a formar, através de cursos de três anos, atores, cenógrafos e bailarinos. Os alunos da área de formação de atores, cursando mais um ano, podiam habilitar-se como diretores de teatro. Com a criação da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG, em 1969, o Conservatório Nacional de Teatro é desvinculado do Serviço Nacional de Teatro e incorporado a FEFIEG, com o nome de Escola de Teatro.

Em São Paulo, Alfredo Mesquita cria a Escola de Arte Dramática, atualmente vinculada a Universidade de São Paulo - USP, formando atores em nível médio de ensino. O Departamento de Teatro da USP foi criado pelo Prof. Alfredo Mesquita em 1968, na Escola de Comunicações e Artes. O atual Departamento de Artes Cênicas promove a formação de críticos, dramaturgos, diretores, atores e professores de teatro.

Na Bahia, em 1955, o Reitor Edgar Santos cria na Universidade Federal da Bahia – UFBA - a Escola de Teatro, visando propiciar a formação de diretores, atores e professores de teatro.

Em 1957, a intensa produção teatral porto-alegrense e o desejo dos artistas de um aprofundamento teórico e técnico levou à implantação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, do Curso de Arte Dramática - CAD. Inicialmente ligado à Faculdade de Filosofia, o CAD era liderado por Ruggero Jacobbi, diretor teatral italiano especialmente convidado como professor do curso. No ano de 1967, em decorrência das determinações legais dispendo sobre os cursos de teatro em nível superior, o Curso de Arte Dramática tornou-se Centro de Arte Dramática, assumindo a formação, em nível superior, de Diretores de Teatro e Professores de Arte Dramática e, em nível médio, de Atores de Teatro. Por causa da Reforma Universitária, no ano de 1970, o Centro de Arte Dramática desligou-se da Faculdade de Filosofia e passou a integrar o Instituto de Artes, constituindo então o Departamento de Arte Dramática - DAD.

Vários outros cursos de teatro em nível superior foram criados em todo o país e, com a Lei 5692/1971, dá-se a criação dos Cursos de Licenciatura em Educação Artística, alguns deles oferecendo Habilitação em Artes Cênicas, destacando-se as seguintes Instituições de Ensino Superior - IES: UNICAMP, USP, UFPE, UFPb, UFRN, UDESC, UFSC, UFMA, UFAL, UFES, UFSM, UFU, UFRJ, UnB e FBT.

Na primeira década deste século, com a implantação da nova LDB, a criação da disciplina Arte na Educação Básica e a oficialização da Linguagem Teatral como componente curricular obrigatório nos ensinos Fundamental e Médio, os PCN-Arte acabam com a antiga formação polivalente em Educação Artística e apontam para a necessária formação especializada em cada uma das quatro linguagens artísticas indicadas, entre elas, a linguagem teatral. Desta forma, criam-se por todo território nacional cursos de Licenciatura em Teatro,

com o intuito de suprir essa demanda por professores especializados. Neste contexto, se dá a criação do atual curso Teatro Licenciatura da UFAL.

Anterior à criação do Curso Teatro Licenciatura, em 1998, a UFAL já oferecia cursos de formação na linguagem teatral desde 1981, quando realizou o primeiro concurso vestibular para o Curso de Artes Cênicas: Interpretação Teatral. Em 1983, foram contratados professores para as disciplinas de Artes Cênicas: Teatro. Na década de oitenta, três turmas concluíram o curso. Em 1988, esse curso foi suspenso sendo substituído pela implantação do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator.

Em 1990, o Colegiado de Artes Cênicas, assessorado pela Profa. Dra. Bárbara Heliodora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, elaborou o Projeto Pedagógico do Curso de Formação do Ator, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - em 21.09.1993, pela resolução nº 73/1993, iniciando o funcionamento do curso no segundo semestre de 1990. Mas, foi em 1998 que o curso de Artes Cênicas: Licenciatura em Teatro foi implantado no vestibular com a assessoria do Prof. Dr. Armindo Bião da UFBA.

Atualmente, o Curso de Teatro Licenciatura da UFAL se constitui como o único curso de graduação em teatro voltado à formação de professores para a Educação Básica no estado de Alagoas. A forma de ingresso, realizada através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do SISU (Sistema de Seleção Unificada) do MEC, atende não só a estudantes da cidade de Maceió, mas também alunos vindos de cidades do interior e de estados vizinhos, transformando o curso em referencial na formação de professores de Arte para a rede pública de ensino de Alagoas, como pode ser comprovado no número de licenciados da UFAL aprovados nos últimos concursos públicos de secretarias municipais de ensino e da Secretaria do Estado de Educação.

3.2. CONTEXTO LOCAL DO CURSO

O Estado de Alagoas possui 102 municípios. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003, a incidência da pobreza alcança níveis de 59,54 deste contingente populacional. Não obstante, segundo fontes do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, coletados pelo Censo Educacional – 2012, cerca de 589.647 alunos são matriculados no Ensino Fundamental, distribuídos 131.801 no Ensino Médio e 86.166 alunos no Ensino Pré-Escolar, distribuídos em Escolas Públicas Federais, Estaduais, Municipais e em Escolas Privadas. Dados coletados do Atlas Brasil 2013 e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde o ano de 1993. Este índice utiliza como critérios de avaliação a renda, a longevidade e a educação para medir o desenvolvimento humano em 177 países, podendo ser aplicado também a núcleos sociais menores, no caso de sua aplicação em cidades. Este índice varia de 0 a 1, sendo considerados de baixo desenvolvimento os países que atingem menos de 0,499

pontos, de maior desenvolvimento os que possuem nota de 0,500 até 0,799, e de alto desenvolvimento os países que atingem pontuação superior a 0,800. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH cresceu de 0,371 em 1991, para 0,631 em 2010, possibilitando a percepção de uma visível modificação no quadro educacional.

De acordo com os dados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017, com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões.

Dados coletados no Censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o estado de Alagoas apresentava população residente de 3.120.922 de habitantes, sendo 73,64% em meio urbano. A UFAL desenvolve atividades presenciais através de seus campi e Unidades Educacionais em 06 dos 10 municípios mais populosos do Estado: Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo e Delmiro Gouveia. O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% eram distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata; industriais - petróleo, gás natural, açúcar, álcool e cimento Portland, além do turismo, fundado nas belezas naturais locais que atraíram 538.773 visitantes, em 2010 (SEPLANDE-AL, 2011).

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL tem sua sede localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, no bairro do Tabuleiro do Martins, localidade que tem nos arrabaldes bairros que possuem uma densidade demográfica, propiciando uma demanda de interesse maior nos cursos oferecidos por esta Universidade. É somente na década de 1980, na Gestão do então Reitor Professor João Ferreira Azevedo, que o setor de Artes da Universidade Federal de Alagoas começa a existir com a missão de formar arte-educadores. No ano de 1982, é criado o Curso de Música Licenciatura, sendo implantados, posteriormente, as licenciaturas em Teatro, em 1998, e em Dança, em 2007. É somente na Gestão da então Reitora Professora Delza Leite Gitai Gomes que os Cursos de Artes passam a ser sediados no Espaço Cultural Salomão de Barros Lima, no bairro do Centro, na Cidade de Maceió.

A função da Universidade, através do curso de graduação em Licenciatura, é prover a formação de recursos humanos aptos para o exercício da docência na Educação Básica do Brasil e, no caso do ensino do teatro, para atuar também na formação e fomento do mercado de trabalho artístico no âmbito das artes cênicas. Tendo em vista que o objetivo de toda Instituição de Ensino Superior é o aprimoramento dos estudos relativos a cada área do conhecimento que ela se propõe a fomentar, que a UFAL propõe o curso de graduação Teatro

Licenciatura. O curso visa à formação e profissionalização em nível superior de jovens e adultos, assegurando-lhes uma formação inicial de qualidade e crítica, habilitando-os para atuar em processos educativos e pedagógicos em espaços de ensino formal e não formal.

A formação em Teatro possibilita que sejam atendidas as crescentes demandas de formação de professores em artes para a educação básica do Estado de Alagoas e do país, bem como o contínuo e consequente desenvolvimento artístico de profissionais voltados à pesquisa das formas dramáticas presentes na cultura de tradição popular alagoana em diálogo com a produção mundial. Este diálogo artístico e cultural entre o local e o universal também se encontra presente nos Referenciais Curriculares para a Educação Básica de Alagoas para o ensino da Arte, ao apresentar como operador contextual para o Ensino Fundamental II a localização geográfica dessas expressões.

A cultura, o lazer e a educação são três pilares fundamentais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Porém, nem todo jovem tem acesso às mais relevantes produções artístico-culturais da humanidade. Pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), intitulada Perfil dos Municípios Brasileiros, constatou esse problema na prática e, de acordo com seus dados, em Alagoas, cerca de 80 cidades não possuem museu, teatro ou centro cultural.

Segundo a pesquisa, que abrange os 102 municípios alagoanos, 95 cidades possuem bibliotecas públicas e 87 têm ginásios poliesportivos. No entanto, quando se trata de unidades de ensino superior (30), centros culturais (26), museus (25), livrarias (23), teatros (16), arquivos públicos ou centros de documentação (14) e cinemas (8), os números são bem mais modestos.

Se se constata deficiência em estruturas físicas destinadas à cultura e à educação em Alagoas, por outro lado, segundo dados da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió (FMAC), o estado é o que possui a maior diversificação em folguedos do Brasil. São treze folguedos natalinos, dois folguedos de festas religiosas, oito folguedos carnavalescos, sendo quatro com estrutura simples, três danças e dois torés, totalizando vinte e nove folguedos e danças genuinamente alagoanos espalhados pelos 102 municípios do estado.

Os dados e números apresentados mostram o incipiente diálogo entre a cultura oficial e a cultura de tradição popular. É nesta lacuna que o curso de Teatro Licenciatura pretende atuar como mediador, através da formação de professores e artistas teatrais comprometidos com o desenvolvimento deste diálogo. A formação destes mediadores se fará por meio de ações que se articulem com o tripé ensino-pesquisa-extensão da universidade. Ações de

pesquisa pedagógica e artística que referendem e divulguem estas manifestações nos âmbitos acadêmicos do país. Ações de ensino em que a formação na linguagem artística dos futuros professores de teatro da Educação Básica e do ensino não formal aconteça por meio do diálogo entre a cultura de tradição popular e o patrimônio cultural da humanidade. Ações de extensão em que as práticas e saberes acadêmicos deste patrimônio imaterial da humanidade sejam difundidos democraticamente pelo estado.

O diálogo entre a cultura acadêmica e a cultura de tradição popular de Alagoas fará com que a UFAL realize uma ação direta na difusão de questões relativas aos direitos humanos. Reconhecer e fomentar as formas e práticas culturais de populações discriminadas econômica e politicamente significa atuar de maneira incisiva no reconhecimento do outro e de seus direitos elementares de existência. O diálogo fomentará ainda o reconhecimento e a difusão por parte da universidade de culturas, saberes e práticas originários das três etnias formadoras do povo alagoano, a ameríndia, a europeia e a africana. A opção pela contextualização geográfica e cultural em tradições populares provocará também consequências reais no fomento de ações sustentáveis no manejo de recursos naturais e do meio ambiente.

Observe-se que a demanda pela formação de profissionais especializados na linguagem teatral em Alagoas pode ser constatada não somente no que se refere à formação de professores para a Educação Básica, mas também na grande procura pelo curso de Artes Dramáticas da Escola Técnica de Artes da UFAL (ETA), instituição que desenvolve suas atividades pedagógicas em parceria com o curso de Teatro Licenciatura. As parcerias se dão na área do Ensino, através de intercâmbio de professores entre os dois cursos, da Pesquisa por meio do Minter, realizado nos anos de 2012-2014, junto à Universidade Federal da Bahia, que possibilitou a graduação em nível de mestrado também de professores da Licenciatura, e das atividades e projetos de Extensão realizados conjuntamente. Tem sido intermitente o trânsito de formandos entre estes dois cursos, seja no sentido de uma graduação em Licenciatura, seja na procura por uma capacitação profissional específica na área da interpretação teatral.

Nesta perspectiva de formação, e levando ainda em consideração a inexistência de outros cursos de Graduação em Teatro no Estado, podemos constatar que existe um grande interesse de jovens e adultos com pretensões de obter um diploma de curso superior em Licenciatura em Teatro na UFAL. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (LDB) explicita a realização da ação do Estado no campo educacional estabelecendo que "o ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". Com a LDB de 1996 o ensino de Arte passou a ser obrigatório na Educação Básica (cf. art. 26, § 2º)

e, ao ser incluído na estrutura curricular como área, a Arte deixou de ser considerada apenas como uma atividade complementar à própria educação. Neste mesmo caminho, o Ministério da Educação, respaldado por essa lei, lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referências para os profissionais de educação que pretendem utilizar a Arte na elaboração de seus projetos pedagógicos, na reflexão da prática educativa cotidiana, na análise de materiais pedagógicos e na própria discussão sobre educação. Tendo em vista que as escolas públicas e particulares do Estado de Alagoas em geral quase não possuem professores com formação específica na área de Artes, um curso de Licenciatura em Teatro poderá minimizar tal deficiência no Estado.

É com intuito de suprir as lacunas presentes na atual formação educacional e artístico-cultural de professores e artistas teatrais, inclusive com seu olhar e prática voltados à cultura popular, que acreditamos justificar-se Curso de Teatro Licenciatura da Ufal. Desta forma alcançaremos o aprimoramento da perspectiva crítica da sociedade, por meio do olhar que a arte, o artista e o educador têm a oferecer frente à realidade à nossa volta e oferecer um ensino de qualidade no seu campo de atuação.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O funcionamento do curso se estrutura baseado em alguns princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL previstos pelo Projeto Pedagógico Institucional – PPI, tais como: articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade, flexibilidade curricular e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dirigidas a formação do educador, deverá estar voltado para o desenvolvimento e aprendizagem de uma proposta integradora, partindo da observação, da vivência e interação da realidade do teatro, estimulando a produção de novos conhecimentos, abarcando gradativamente outras dimensões estéticas e socioculturais. Desta forma, enfrentaremos o desafio de uma aprendizagem em permanente processo de construção, pela qual se pode acompanhar as transformações sociais e culturais do nosso tempo. Essas ações são realizadas com a participação dos docentes e discentes como fomentadores de ações artístico-pedagógicas.

O Núcleo Docente Estruturante buscou, no processo de construção deste PPC, colocar em discussão algumas questões conceituais sobre a arte do teatro e a licenciatura na linguagem teatral que o levaram a repensar a função do curso para a educação alagoana e sua inserção nas artes e na cultura local. O movimento de busca do teatro realizado em Alagoas levou-nos às manifestações espetaculares e dramáticas da cultura de tradição popular, presente na maioria dos municípios do estado. Diante de um contexto em que tais manifestações artísticas têm dificuldades em ser reconhecidas como legítimas expressões teatrais, depreciadas que são por uma visão eurocêntrica do teatro e não merecedoras de estudos aprofundados nas pesquisas acadêmicas realizadas na universidade brasileira, propomos aqui um curso que, ao se voltar para a formação do professor de teatro alagoano, forme também um mediador entre estes dois modos de produção cultural, o popular e o acadêmico/erudito.

Tal movimento em direção à cultura popular de tradição encontra-se também na pesquisa e produção de diversos coletivos teatrais atualmente em atividade no estado de Alagoas. Existem experiências significativas lideradas por grupos locais, seja de Teatro de Rua, seja em palcos convencionais, em diálogo com a cultura popular de tradição e que não possuem respaldo em estudos acadêmicos sistematizados.

Importante salientar aqui que não se pretende fazer distinções de valor entre estes modos de produção teatral, nem mesmo privilegiar um em detrimento do outro, visto que ambos comungam dos mesmos elementos que formam a linguagem teatral. O que se quer é criar canais de diálogo em que as formas e poéticas vindas da tradição popular, que têm em seus mestres os máximos representantes artísticos, tenham corpo e voz dentro da universidade e sejam reconhecidas e valorizadas como obras de arte e seus produtores como artistas. Por outro lado, também se deseja que a produção acadêmica e erudita possa ser democratizada sem se transformar em uma “monocultura colonizadora” do imaginário popular ou em uma cultura que se restrinja, em suas formas de produção e fruição, às elites econômicas. Ressalte-se, ainda, neste contexto, a importância de estudos críticos dentro da universidade da produção artística inserida na indústria cultural para a formação do professor de teatro em Alagoas.

Optamos politicamente por, no momento, ainda que vistos como necessários, não criar ou selecionar conceitos para Cultura Popular de Tradição, Indústria Cultural e Cultura Acadêmico/Erudita, pois, se o que se quer é estabelecer diálogos, atritos e fricções entre a universidade e a comunidade, tal conceituação pode vir a ser uma restrição inicial a estes objetivos de interação e mediação. Por ora, é suficiente delimitarmos os territórios das manifestações artísticas populares, territórios fluidos e passíveis de criação de novas fronteiras; delimitação construída mais por negativas que assertivas.

O território a que nos referimos como Cultura Popular de Tradição de Alagoas sociologicamente refere-se àquelas manifestações artísticas vindas de camadas da população desfavorecidas economicamente e que habitam o território do estado de Alagoas. Tais manifestações não se limitam necessariamente a uma pressuposta origem alagoana ou se restringem ao que se possa chamar de “identidade alagoana”, mas fazem parte do imaginário de uma comunidade estabelecida geograficamente neste território.

Os mestres populares, ainda que alfabetizados, dificilmente se expressam através de uma cultura letrada; transmitem seus ensinamentos de forma oral e reproduzem as formas e modos como eles próprios se formaram, ressaltando-se ainda que muitos sejam autodidatas. Sua arte é sua forma de expressão e produção de conhecimento. Essa expressão não tem o caráter de ineditismo ou de novidade, muitas vezes presente na arte erudita. Os materiais poéticos já estão formalizados pela tradição, através de gerações, o que não significa que não dialoguem com o mundo, em seus movimentos e transformações, gerando sempre novas formas de expressão e comunicação. Tal formulação nos afasta da conceituação folclórica que por ventura essas manifestações venham a carregar através do olhar estrangeiro a elas (estrangeiro aqui no sentido de estranho). Este olhar pressupõe que a

manifestação artística esteja congelada no tempo e no espaço, e que suas formas e poéticas não são atualizadas, deixando de dialogar com o mundo. Nada mais distante do que pensamos. A cultura de tradição popular é, pois, uma cultura em constante transformação.

Outro sentido do qual procuramos nos afastar é ver nessas manifestações um caráter depreciativo através do rótulo “artesanato”. O teatro é, essencialmente, uma arte construída através do domínio técnico, portanto, por meio da artesanaria de seus criadores. O rótulo de artesanato para as manifestações cênicas de tradição popular podem, em nossa opinião, se aproximar mais de uma cultura extrativista, como a dos grupos para-folclóricos, que muitas vezes se utilizam das formas expressivas populares para a produção de espetáculos inseridos em contextos mercadológicos, ainda que em seus discursos predominem os objetivos de preservação. Aliás, “preservação” é outro conceito, ao lado de “resgate”, com os quais não pretendemos utilizar na formação de nossos professores mediadores, ainda que vislumbremos a necessidade de trabalharmos com eles e que, provavelmente, nossas ações provoquem movimentos preservacionistas e de resgate de manifestações por desventura desaparecidas.

O diálogo com a cultura de tradição popular se fará através de atividades de Extensão, das disciplinas de Ensino – em especial os componentes curriculares Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas 1, 2 e 3, e dos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente, o que faz com que a produção do conhecimento em geral torne mais forte o fundamento da Universidade: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, este projeto visa estimular as formas de realização da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, que serão abordados mais amiúde na seção dedicada à estrutura curricular.

4.1. ENSINO

Na graduação, o ensino adota políticas baseadas em três grandes eixos, que passam pela inovação e qualificação, internacionalização e gestão acadêmica. Essas políticas visam à contínua melhoria da oferta de cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de uma formação adequada ao perfil de egresso desejado.

No eixo inovação e qualificação, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a UFAL recomenda uma permanente revisão do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, para que ele esteja sempre adequado às tendências e desafios da sociedade contemporânea incluindo, para uma formação completa do profissional, temas que tragam as questões dos direitos humanos, acessibilidade, questões étnico-raciais e afrodescendentes, entre outras.

No âmbito do Curso, ações foram implementadas para se adequarem as recomendações do PDI, tais como:

- Uma primeira revisão do PPC, no ano de 2015, que definiu direcionamentos para o desenvolvimento das disciplinas de Projetos Integradores como canais de diálogo privilegiado com as manifestações cênicas da cultura de tradição popular brasileira;

- Criação da disciplina eletiva Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiência, que discute as questões relacionadas à escola inclusiva e educação inclusiva;

- Revisão de ementas incluindo conteúdos relacionados às questões étnico-raciais e afrodescendentes, nos componentes curriculares Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas 1, 2 e 3, nas disciplinas Jogo Teatral 1 e 2, Teatro Educação, Laboratório de Artes Cênicas na Rua, Pedagogia das Máscaras Cênicas, Artes Circenses na Educação e Teatro em Alagoas, que vêm complementar as discussões relacionadas a Lei 11.645/ 2008 que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

- Oferta de monitoria com ou sem bolsa, anualmente, como forma de incentivo à prática docente.

- Participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID.

- Criação, desde o ano de 2014, de uma semana acadêmica do curso denominada Pluralidades Cênicas, que tem como objetivo apresentar a produção artística e acadêmica dos docentes e alunos.

No eixo internacionalização, o Curso de Teatro Licenciatura atua em três eixos complementares: o fomento da participação dos alunos na seleção de Editais de Bolsas para Intercâmbio Internacional, com o intuito de ampliar as fronteiras do conhecimento do teatro e de outras culturas, num diálogo com suas especificidades e similaridades; o estímulo ao corpo docente para participação em eventos acadêmicos internacionais; e a realização de eventos acadêmicos, como o 1º Filé Teatral – Colóquio Internacional de Artes Cênicas e Cultura Popular da Ufal 2015, Pluralidades Cênicas (2019) e Roda de Conferências (2019), que receberam artistas e pesquisadores da Itália, Portugal e Canadá, bem como a parceria com o grupo Clowns de Quinta na realização do festival Cadê Meu Nariz?, que trouxe artistas francesas.

No eixo gestão acadêmica do ensino de graduação, a Coordenação do Curso conta com seu Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante – NDE, para planejar a oferta das disciplinas e as ações pedagógicas a cada semestre,

buscando construir uma relação de interdisciplinaridade entre as disciplinas de cada semestre. No que diz respeito aos itens relacionados às avaliações, como atuação dos docentes, aproveitamento dos discentes, processos de ensino-aprendizagem e indicadores de evasão e retenção, o NDE tem a responsabilidade de acompanhar, diagnosticar e buscar soluções para as demandas pedagógicas do Curso. O curso de Teatro Licenciatura instituiu dois fóruns que congregam todo o corpo docente, discente e técnico do curso e se realizam semestralmente. O primeiro denomina-se Espaço Aberto, realizado como parte da programação da semana acadêmica, e está voltado para a reflexão crítica do semestre que se encerra. Tais reflexões estabelecem-se a partir da prospecção de problemas e virtudes vividos no semestre recém-findado, pela discussão de possíveis soluções dos problemas e pela insistência em se construir o curso dos sonhos de cada um de seus participantes. O segundo é realizado no início de cada semestre na forma de Plenária, onde os temas de discussão levantados no Espaço Aberto do semestre anterior são recolocados e rediscutidos tendo como objetivo a proposição de ações concretas e compromissos de atuação para o funcionamento do curso. Estas proposições são votadas igualmente pelos participantes da plenária e os compromissos assumidos serão da responsabilidade de todos do curso.

4.2. PESQUISA

Dado o caráter interdisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq. No âmbito do Curso de Teatro Licenciatura, as atividades de pesquisa estão contempladas no tripé ensino-pesquisa-extensão, sobretudo a partir da atuação de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq. São eles: 1) Grupo História, Memória e Documentação da Dança e do Teatro em Alagoas, liderado pelo Prof. Dr. Antonio Lopes Neto; 2) Núcleo de Estudo e Pesquisa das Expressões Dramáticas, liderado pelo Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho; 3) Brincantuar, artífices cênicos: Atores e Brincantes; Tradições cênicas brasileiras; Pedagogia das Máscaras, Comicidade; Circo e suas vertentes; Palhaçaria; Commedia dell'Arte; Cenas entre tradições, liderado pelo Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos.

4.3. EXTENSÃO

A LDB 9.394/96 traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a

qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, tendo, em 2011, realizado 802 ações.

De acordo com a Resolução Nº. 04/2018 – CONSUNI/UFAL de 19 de fevereiro de 2018, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da UFAL, as atividades de extensão passam a ser obrigatórias para o corpo discente, que deverá creditar o equivalente a 10% da carga horária total do curso em Programas de Extensão, através das suas respectivas atividades extensionistas. As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) do curso de Teatro Licenciatura contemplam, intrinsecamente, as ações de ensino e pesquisa. Os estudantes participarão dessas atividades através de projetos inseridos nos programas institucionalizados de extensão do curso e da Unidade Acadêmica, pela vivência junto às comunidades, de forma coletiva, nos semestres letivos do curso, a partir do terceiro período. Os estudantes podem participar de outras atividades curriculares vinculados às comunidades em qualquer período do curso, tais como: Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. Todas as ações de extensão deverão estar registradas junto a coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

AÇÕES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO CURSO DE LICENCIATURA EM TEATRO NOS ÚLTIMOS ANOS

ÁREA TEMÁTICA: CULTURA – LINHA TEMÁTICA: ARTES CÊNICAS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CORPO CÊNICO da Ufal / Pró-reitoria de Extensão - Equipamento Cultural	Corpo Cênico estável da Ufal voltado à formação artística, pedagógica e técnica continuada de seus integrantes; à produção, pesquisa e difusão das artes da cena (teatro, dança, circo, arte da performance entre outras); integrado aos programas de extensão dos cursos de licenciatura em Teatro e Dança da Ufal; com projetos artístico-pedagógicos renovados anualmente e coordenados por docentes lotados nestes cursos. Seu principal objetivo é a	Programa

	formação artística e pedagógica das licenciaturas de Teatro e Dança da Ufal articulada às ações de extensão e pesquisa.	
Centro de Documentação e Memória Artístico Cultural da Ufal – Prof. Ismar Malta Gatto	Trata-se de um Centro de Pesquisa criado em 2016 por Ivanildo Piccoli, responsável pela custódia, conservação, processamento técnico e divulgação de todo o conjunto documental, constituído de textos, fotografias, vídeos, fitas (VHS, K-7, super 8), e publicações acumuladas pelas doações particulares e acumuladas dos registros dos cursos de Artes desde sua criação, além de acervo bibliográfico específico, incorporado ao longo de anos.	Projeto
Pluralidades Cênicas	Semana Acadêmica do curso de Teatro Licenciatura da UFAL, tem como objetivo compartilhar com a comunidade interna e externa do curso de Teatro Licenciatura os resultados de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A programação inclui apresentação de mostras de disciplina, de trabalhos acadêmicos, apresentação de resultados oriundos de projetos de extensão, oficinas e também apresentações artísticas de produtos construídos autonomamente por alunos, professores e egressos do curso.	Evento
Poesia Itinerante	O projeto Poesia Itinerante, contemplado pelo edital PROINART, visa trabalhar o lúdico da sociedade alagoana através da poesia. Atores recitando poesias de diversas formas, em um espetáculo com várias linguagens artísticas (teatro, música, dança e circo), nos espaços alternativos da cidade de Maceió; praças, ruas, auditórios, teatros, escolas e outros, com o intuito de alcançar o maior número de público em geral.	Projeto
Conversa de Coxia	O Projeto Conversa de Coxia, contemplado pelo edital PROINARTE, surge do interesse em promover um diálogo entre os discentes e docentes do curso de Teatro da Universidade com profissionais atuantes no campo das artes cênicas no estado. A atividade, que tem como proposta a periodicidade bimensal, será desenvolvida a partir da escolha e pesquisa biográfica sobre o (a) artista. As pesquisas subsidiarão perguntas e intervenções desenvolvidas pelos discentes em um debate com o(a) artista escolhido. A Conversa de Coxia será aberta à comunidade acadêmica e público em geral.	Projeto
Ciclo Teatro e Cinema: as tragédias de Pasolini	O primeiro Ciclo Teatro e Cinema: as tragédias de Pasolini é uma atividade de extensão promovida pelo Cineclubes Elinaldo Barros, uma ação do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Expressões	Evento

	Dramáticas- NEPED/CNPq. A proposta do Cineclube é criar um espaço de exibição de filmes que dialogue com os estudos interartes, promovendo reflexões que surjam dos encontros, aproximações e distanciamentos entre o teatro e o cinema.	
Tragédias e cenas na escola pública: pedagogia e encenação	Projeto contemplado pelo ProCCAExt 2016. Oficina de iniciação teatral realizada na cidade de Paripueira que resultou na montagem e apresentações da peça teatral “Édipo Rei”, de Sófocles.	Projeto
Criação Cênica em Processo Colaborativo	Projeto do Corpo Cênico (2016/2017). Produção e difusão de espetáculo teatral a partir de processo de criação colaborativo que resultou no espetáculo “Medeiamaterial”.	Projeto
Oficinas Livres de Iniciação Teatral	Projeto contemplado pelo ProCCAExt 2018/2019. Oficinas de iniciação teatral desenvolvidas no campus A. C. Simões e na cidade de Barra de Santo Antonio.	Projeto
Formação de Oficineiros em Teatro	Curso integrante do projeto Oficinas Livres de Iniciação Teatral (ProCCAExt 2018/2019). Capacitação dos bolsistas e interessados da comunidade em ações socioculturais através da linguagem teatral.	Curso
Performances Político-Poéticas	Projeto do Corpo Cênico (2018/2019). Produção e difusão de espetáculos teatrais a partir do estudo das peças didáticas de Bertolt Brecht. Foram realizadas duas montagens: “O Amor à Pátria” e “Igreja Dialética Brechtiana: o Acordo”.	Projeto
I Fórum Popular da Ufal – Eixo Cultura	Projeto integrante do I Fórum Popular da Ufal, realizado em 2019. Produção, curadoria e execução de encontro da academia com artistas, produtores culturais e comunidades alagoanas, com o objetivo de criação de documento que norteie as Ações Curriculares de Extensão (ACE) da Ufal.	Projeto
Projeto Cenas Clownssicas. – Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2013, criação de um espetáculo com cenas clássicas de palhaços e clowns.	Projeto
PROJETO CENAS CLOWNSSICAS – Grupo Clowns de Quinta	Projeto contemplado pelo edital PROINART 2014 para sua continuidade de apresentações. Pesquisa e criação de um espetáculo com cenas clássicas de palhaços e clowns brasileiros	Projeto
PROJETO SOLAR: Laboratório de Meditação, uma	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. Este projeto propõe investigar o método das Meditações Ativas do mestre indiano OSHO como uma alternativa para preparação do Ator, visando	Projeto

vivência de OSHO	colocá-lo num estado de descoberta criativa diante da ação cênica.	
Ciarlatani – com Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. Com este projeto, pretendeu-se estudar os artistas que deram origens aos comediantes e palhaços com a criação de exercícios cênicos, que foi apresentada em espaços diversos sendo uma montagem partindo das técnicas cômicas dos Ciarlatani e dos charlatões registradas por especialistas como Roberto Tessari (Italia).	Projeto
Commedia dell'Arte com Grupo Nós & Quiproquós	Projeto ganhador da Bolsa Vivência de Artes 2014 da Ufal. Desenvolvemos estudos teórico e a prático do gênero teatral Commedia dell'Arte para complementar a formação do ator pedagogo através da investigação da linguagem e Pedagogia das Máscaras. Desenvolvendo assim as técnicas de improvisação e criação de personagens tipos do imaginário popular.	Projeto
Ser Palhaço – com Grupo Clowns de Quinta	Projeto ganhador do edital PROINART 2014. O Projeto proporcionou documentar histórias de Palhaços de lona que não se encontram nos principais circuitos culturais, ou seja, Palhaços de pequenos circos no estado de Alagoas. O documentário abordou o tema como: A relação de Ator e Palhaço; A profissão “Palhaço”; Ser Palhaço; Por fim analisamos a criação da personagem Palhaço bem como sua forma de interpretar e encenar	Projeto
PROJETO CLARICENA Uma vivência teatral com obras de Clarice Lispector	Contemplado pelo Programa Vivência de Arte 2015. Estudo prático teórico das peças de Clarice Lispector escritas para teatro. Teve como resultantes os espetáculos – “Claricena”; “Granja dos corações amargurados” e “Adeus Clarice”	Projeto
Ciarlatani in Giro – com Grupo Clowns de Quinta	Contemplado pelo edital PROINART 2015/2016. Projeto ganhador do Edital Proinart 2014. Com este projeto, desenvolveu a finalização da montagem e uma circulação do mesmo em espaços abertos.	Projeto
11.645 MOTIVOS!!	PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS ZUMBI E MANINHA XUKURU-KARIRI – 2016. O projeto 11.645 MOTIVOS teve a intenção de produzir cursos para professores e estudantes do ensino médio em que foram compartilhadas práticas e dinâmicas voltadas para a cultura ameríndia e para a cultura negra brasileira, além de sessões de contos provenientes dessas culturas.	Projeto
Aula espetáculo sobre o Coco alagoano	Contemplado pelo Edital Proinart, teve por objetivo a criação e apresentação de uma aula espetáculo sobre o Coco Alagoano visando a	Projeto

	divulgação dessa dança de tradição popular local. O projeto contemplou 08 escolas públicas, como também 02 apresentações para alunos, funcionários e visitantes do Espaço Cultural Universitário.	
Tai Chi	Aulas regulares de Tai Chi Chuan ofertadas a estudantes, docentes, técnicos da UFAL e comunidade em geral. Além de ser uma prática corporal para promoção da saúde, o Tai Chi apresenta grande potencial para o aproveitamento técnico do artista cênico	Projeto
A Criação nos Espaços em Branco	Evento que contou com a participação de Anderson Vieira e coordenação de Ivanildo Piccoli, um processo de montagem, dramaturgia e direção de caráter extensionista.	Evento
Evento Cadê Meu Nariz – I Encontro de Palhaços de Maceió em novembro de	Organizado por Clowns de Quinta e coordenado por Ivanildo Piccoli e assistência de Marcelo Gianini. Evento com uma semana de atividades integral, com oficinas, palestras, cabaré, com profissionais das artes circenses nacionais. Mario Fernando Bolognesi (UNESP), Cida Almeida (Clã Artes Cômicas - SP) Nara Menezes (Mulheres Palhaços do Recife – PE) Andréa Macera (Barracão Teatro e Teatro da Mafalda SP)	Evento
I Filé Teatral Colóquio Internacional de Artes Cênicas e Cultura Popular da Ufal 2015	Evento acadêmico internacional. - Conferencista: 470 anos de Commedia dell'Arte e a Cultura Popular Brasileira. Tema: A Máscara da Commedia dell'Arte - 100 anos de Amleto Sartori.	Evento
Coletivo Cultura, Sim Sinhô "Chegada dos bois"	Ação de extensão: Coletivo Cultural, Sim Sinhô "Chegadas de Bois", é uma idealização do coletivo Cultura, Sim Sinhô, que propõe um diálogo da cultura popular com a comunidade acadêmica e público geral. O evento trata-se da visita de grupos de bumba meu boi, ressaltando a importância da manifestação cultural. Evento com presença de vários Bois de Alagoas em relação com os alunos e frequentadores do Espaço Cultural da Ufal, após esta data exposição de três bois por um mês no Espaço Cultural.	Evento
Coro Cênico da Ufal	PROGRAMA CÍRCULOS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS - ProCCAExt 2018. O projeto visa à criação de um grupo de Coro Cênico da Ufal formado por alunos dos cursos de Artes e membros da comunidade em geral. Possibilitando o acesso à linguagem pouco difundida do Coro Cênico e a difusão nos campi da universidade e na comunidade em geral.	Projeto

<p>I Roda de Conferências de Artes Cênicas na Ufal</p>	<p>A I Roda de Conferências de Artes Cênicas na Ufal é uma iniciativa em parceria do equipamento Cultural Corpo Cênico da Ufal (Proex) e do Grupo de pesquisa no CNPQ Brincantuar: artífices cênicos pelo equipamento cultural e pelas linhas de pesquisa grupo Brincantuar do CNPQ. Esta rodada (roda no sentido de múltiplas ideias numa mesma discussão, no sentido que o teatro sempre tem a roda como forma estrutural de diálogo e ensino, roda na lembrança das carroças dos artistas mambembes e da commedia dell'arte.</p>	<p>Evento</p>
<p>A Brecha do Circo: grupo de pesquisa e prática em artes circenses</p>	<p>Este Projeto "A Brecha do circo" pretende unir os estudos teóricos, pedagógicos, imagéticos e práticos de seus integrantes pesquisadores no treino das Artes Circenses, em destaque: acrobacias, malabares, equilibrismos, Palhaçaria, criação de números e espetáculos para apresentações voltadas à toda classe social e todos os níveis de estudantes de Alagoas.</p>	<p>Projeto</p>
<p>Cine Axé</p>	<p>Ano: 2008 – Projeto que tem como objetivo levar cinema para espaços de formação com narrativas afro e ameríndias, em sintonia com a Lei 11.645/2008, trazendo temas africanidade, pluralidade cultural, diversidade sexual, mulher, juventudes negras, acessibilidade, pessoa idosa, saúde, meio ambiente, emprego, ocupação e renda. Exibição de filmes e Roda de Conversas – projeto que acontece na sua terceira edição, em parceria com a Casa de Iemnajá e na segunda e terceira edições sendo contemplado com o edital Maninha Xukuru Karir e Zumbi do Neab</p>	<p>Projeto</p>
<p>Tintas</p>	<p>Ano: 2016 – Projeto focado na Lei 11.645/2008 onde desenvolve figurinos cênicos a partir da obra do pintor alagoano Mestre José Zumba, onde a partir da pintura e do figurino se reflete etnia e resistência</p>	<p>Projeto</p>
<p>Seminário Lata – Laboratório De Teatro De Animação</p>	<p>É um evento que está na sua quinta edição e tem como objetivo refletir a vivência pedagógica da linguagem do Teatro de Animação e a vida humana na escola, família e sociedade. Na primeira edição tivemos a participação da Prof^a. Dr^a. Ana Maria Amaral (Usp), na segunda edição a participação do prof. Dr. Tácito Borralho e na terceira edição aconteceu dentro da Escola Estadual José Camerino, na quarta e quinta edições aconteceram no Laboratório de Teatro de Animação – LATA com as respectivas temáticas: “Teatro, ISTs, HIV e AIDS” e a última edição com “Teatro de Animação, economia criativa e</p>	<p>Evento</p>

	enfrentamento emocional”. Cada edição é construído uma temática. posicionamentos.	
MIAMA – Museu Itinerante Ana Maria Amaral De Teatro De Animação	Projeto é um Museu Itinerante Ana Maria Amaral de Teatro de Animação (MIAMA) para de ampliar o acesso da comunidade à cultura dos Objetos Bonecais: Bonecos, Sombras, Máscaras, Objetos, Brincantes, Figurinos e Ruídos, circulando pelas escolas, praças e espaços de convivências e periferias das cidades, refletindo Objeto Bonecal, Educação e Sociedade nos diferentes cantos das cidades. Onde as pessoas por meio das brincadeiras do construir e animar os Objetos Bonecais: Bonecos, Sombras, Máscaras, Objetos, Brincantes, Figurinos e Ruídos, de apreciarem e se livrarem m de suas inibições, pois ficam encobertas pelas figuras das personagens. Projeto é coordenado pelo Prof. José Acioli da Silva Filho.	Projeto

Diante do exposto, é apresentado a seguir o programa de extensão vigente no Curso de Teatro Licenciatura, ao qual estão vinculadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) obrigatórias.

4.3.1. PROGRAMA DE EXTENSÃO E AS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE)

Programa de Extensão Corpo Cênico

Ementa:

O Corpo Cênico da Universidade Federal de Alagoas é um programa com ações e projetos desenvolvidos pelas Artes Cênicas da Universidade, permeando as áreas do Teatro, Dança, Circo e o universo da Performance. Esse programa é voltado à formação artística, pedagógica e técnica continuada de seus integrantes e à pesquisa, produção e difusão anual das artes da cena (teatro, dança, circo, arte da performance, folguedos dramáticos populares, entre outras). Integrado às ações de 13 extensão das licenciaturas em Dança e Teatro, o Corpo Cênico será composto prioritariamente por docentes, técnicos e estudantes dessas duas graduações, sendo permitida a participação voluntária dos demais estudantes da UFAL e de membros da comunidade alagoana. O programa de extensão procura estimular o desenvolvimento de projetos que possibilitem a experiência artística na criação e difusão de obras cênicas, privilegiando os seus aspectos pedagógicos e formativos. O Corpo Cênico terá como incumbência a produção anual de obras dramáticas e coreográficas clássicas, como também de experimentos cênicos ligados à tradição ou à pesquisa de novas linguagens das artes da cena, e sua difusão pelos eventos e campi da UFAL e para a população alagoana. Os projetos apresentados

anualmente pelo programa devem estar em sintonia com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Teatro Licenciatura e Licenciatura em Dança e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL.

Objetivos:

- Contribuir para a formação, nos âmbitos artístico e pedagógico dos estudantes de Teatro e Dança da UFAL, articulada aos PPC e às ações de extensão dessas licenciaturas;

- Estimular a produção de obras cênicas.

- Incentivar a difusão das artes cênicas na comunidade universitária e em Alagoas.

- Garantir a educação continuada de professores e artistas cênicos em Alagoas.

- Colaborar para a oferta de atividades acadêmicas: cursos, seminários, palestras, entre outros eventos artísticos e ações à comunidade alagoana.

- Instituir uma programação artístico-cultural permanente na universidade, garantindo à comunidade acadêmica e demais segmentos de público o direito à fruição de produções cênicas, visando contribuir com as Diretrizes e Bases da Educação Superior e o Plano Nacional de Cultura.

- Difundir obras cênicas nos mais diversos lugares do Estado de Alagoas, visando a formação de público para as artes cênicas.

Metodologia:

O Programa de Extensão Corpo Cênico será composto pela comunidade acadêmica da UFAL, nos seus três segmentos, e por membros da comunidade, a saber: I – Discentes em atividade curricular de extensão; II – discentes voluntários da UFAL; III – docentes (ativos e ou inativos); IV– técnico-administrativos da UFAL (ativos e ou inativos); V – membros voluntários da comunidade. Será obrigatória a matrícula nas seis Atividades Curriculares de Extensão (ACE) ofertadas entre o terceiro e o oitavo períodos do curso, sendo: Produção e Difusão das Artes Cênicas 1 e 2 (Projeto); Produção de Eventos Acadêmicos 1 e 2 (Evento); Oficinas Livres de Teatro (Projeto). Cada ACE será coordenada por um ou mais docentes responsáveis.

Detalhamento das ACE:

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 e 2 (Projeto)

Carga Horária:

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

3º e 4º períodos.

Objetivos:

Pesquisa, produção e difusão das artes cênicas, através de projetos de montagem cênica.

Metodologia:

A atividade proposta compreende uma ação artístico-pedagógica que será organizada em um ou mais projetos, coordenados pelos docentes do curso de Teatro Licenciatura, distribuídos em dois semestres letivos, com carga horária de 60h cada. No início de cada semestre letivo, haverá um período de planejamento das atividades na comunidade, bem como o acompanhamento dos docentes responsáveis durante todo o período de execução da extensão.

Avaliação:

- Relatório dos graduandos referentes a cada etapa executada.
- Apresentação das atividades, pelos discentes, a serem realizadas na comunidade externa.
- Relato de vivência dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, dentre outros interessados.

PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 e 2 (Evento)

Carga Horária:

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

5º e 6º períodos.

Objetivos:

Propor atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento.

Metodologia:

As semanas acadêmicas acontecem semestralmente no âmbito curso de Teatro Licenciatura como eventos de extensão que se caracterizam como uma semana onde são expostas as pesquisas e os produtos artísticos/pedagógicos dos alunos e professores do curso. Outras atividades acadêmicas de extensão também são realizadas, vinculadas aos grupos de pesquisa dos docentes do curso. A atividade proposta será organizada junto aos discentes, docentes e técnicos participantes, distribuída em 60 horas semestrais (120 horas no total). Envolve três etapas: pré-produção, produção e pós-produção do evento, sendo acompanhada pelo docentes responsáveis.

Avaliação:

- Participação dos discentes nas reuniões prévias ao evento e nas atividades durante o evento.

- Relatório dos discentes referentes a cada etapa executada e/ou relato de vivências dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, funcionários da Universidade Federal de Alagoas e comunidade externa em geral.

OFICINAS LIVRES DE TEATRO (Projeto)**Carga Horária:**

60 horas semestrais (total: 120 horas).

Períodos a serem desenvolvidas:

7º e 8º períodos.

Objetivos:

Realizar oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Metodologia:

A atividade proposta compreende ações pedagógicas que serão organizadas em projetos voltados à comunidade, ministrados pelos discentes, sob coordenação e supervisão dos docentes do curso de Teatro Licenciatura, distribuídos em dois semestres letivos, com carga horária de 60h cada. No início de cada semestre letivo, haverá um período de planejamento das atividades na comunidade, bem como o acompanhamento dos docentes responsáveis durante todo o período de execução da extensão.

Avaliação:

- Apresentação pública das atividades, pelos discentes, a serem realizadas na comunidade externa.

- Relatório dos graduandos referentes a cada etapa executada e/ou relato de vivência dos discentes e do público participante das atividades.

Público:

Estudantes, docentes, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, dentre outros interessados.

4.4. ACESSIBILIDADE

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com necessidades especiais, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9.394/96 que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades”.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24/2013 (MEC/SECADI/DPEE), de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os PPCs “[...] contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva, sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico, de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Neste sentido, o Núcleo de Atendimento Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

Desde sua implementação, no ano de 1998, o Curso de Teatro Licenciatura da UFAL, sediado no Espaço Cultural, recebe alunos com algum tipo de deficiência física, sendo que o prédio onde o Curso funciona possui rampas de acesso para as salas de aula, coordenações, além de elevador para dar acesso ao primeiro andar. Demandas de alunos com deficiência auditiva e cognitiva vêm sendo enfrentadas com o apoio do Núcleo de Acessibilidade da UFAL, para atendimento legal aos discentes.

4.5. NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE – NAC

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE - aos estudantes que fazem parte do público-alvo, tais como: pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional a pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, o NAC promove cursos para o corpo de técnico e docentes da universidade. Também atua em

parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada – GEEAMA e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Atendendo, prioritariamente, os estudantes de graduação, podendo ser atendidos estudantes da pós-graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica no sentido de trabalhar a compreensão de como devemos contribuir para a inclusão destes no universo acadêmico, o que envolve não só os professores, mas também o corpo de técnicos e os estudantes.

No Curso de Teatro Licenciatura as adequações das tecnologias assistivas serão feitas mediante as devidas necessidades, de modo que professores e técnicos sejam capacitados para que a execução das atividades ensino, pesquisa e extensão aconteçam em sua plenitude, de acordo com o art. 59 da Lei 9.394/96.

4.6. INCLUSÃO

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo bruto per capita e 50% foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22%. No ano 2016, a UFAL destinou 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas.

Seguindo o Compromisso Social da Universidade Federal de Alagoas, o Curso de Teatro Licenciatura recebe a cada nova turma oriunda do ENEM, alunos cotistas advindos de toda parte de Alagoas e de outros Estados brasileiros.

5. OBJETIVOS DO CURSO

Geral:

- Formar professores de teatro a atuarem na educação básica, em escolas do ensino fundamental e médio, públicas e privadas, com ética, responsabilidade e compromisso, assim como, em Instituições de ensino específico de teatro, como também, nos campos instituídos e emergentes.

Específicos:

- Formar profissionais capazes de responder de forma autônoma, segura e inovadora às solicitações profissionais pertinentes às atribuições de um graduado em Licenciatura em Teatro, preocupando-se com os aspectos artísticos, educacionais, culturais, sociais e éticos de sua área em geral.
- Formar professores aptos a coordenar o processo educacional no exercício da construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre as linguagens cênicas, tanto no âmbito da educação formal como em cursos profissionalizantes de formação de atores e, ainda, para atuação no ensino não formal, por meio de oficinas pedagógicas, cursos livres e ação cultural.
- Formar docentes e pesquisadores teatrais capacitados para realizar mediações entre os conhecimentos da cultura da tradição popular alagoana e os conhecimentos da chamada cultura acadêmica, dando voz e reconhecendo os saberes dos mestres dessa tradição nos meios universitários e difundindo os saberes acadêmicos em comunidades sem acesso a esses, valorizando, assim, a diversidade cultural brasileira.
- Formar cidadãos que atuem de forma autônoma na sociedade, respeitando e difundindo os direitos humanos, a cultura e a diversidade étnica do povo brasileiro, a preocupação com os recursos naturais do país e a promoção de ações sustentáveis no meio ambiente.
- Viabilizar a pesquisa científica em Pedagogia do Teatro e da Cultura de Tradição Popular alagoana visando a criação, compreensão e

difusão da cultura e do ensino das artes cênicas e seu desenvolvimento.

- Habilitar profissionais aptos a atuar de forma articulada na educação básica, em escolas do ensino fundamental e médio e Instituições de ensino específico do Teatro, bem como, nos campos instituídos e emergentes.
- Possibilitar a formação do profissional competente no sentido da capacitação artística, científica e política, envolvendo o domínio dos conteúdos das metodologias, das técnicas, das habilidades específicas, mediante uma intervenção crítica e participativa na própria realidade.
- Habilitar o profissional a interagir com a sua comunidade local com vistas a transformação de qualidade de vida na perspectiva dos princípios que regem a Universidade, ou seja, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.
- Oferecer uma possibilidade de atualização curricular permanente, aumentando o número de atividades interdisciplinares e transdisciplinares que possibilitem maior integração entre os diversos assuntos tratados durante o semestre letivo.

6. PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Teatro pela Ufal é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos ao Ensino da Arte Teatral, com enfoque na relação com a cultura popular brasileira e em especial a alagoana. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Arte Teatral e a valorização e preservação da cultura popular, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento artístico em saber escolar.

Trata-se de um profissional capaz de desenvolver nos alunos a sensibilidade, a imaginação, a criatividade, a valorização e transmissão da cultura popular brasileira, bem como a capacidade de expressão e conceituação cênica, estabelecendo um diálogo contínuo entre processos artísticos e pedagógicos. Apropria-se de estratégias pedagógicas, adaptando-as a prática contínua de ensino teatral em suas diversas instâncias e funções.

Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado ministra cursos na educação não formal, elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza, ainda, pesquisas em Ensino da Arte Teatral e da cultura brasileira, através da investigação e reflexão crítica sobre os processos estéticos e pedagógicos do fazer artístico; coordena e supervisiona equipes de trabalho.

Em suas atividades, prima pelo desenvolvimento do educando ao considerar os princípios da interdisciplinaridade, da diversidade cultural, da inclusão social e da formação continuada incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. Ao lidar de forma ética e socialmente comprometida com as questões sociais contemporâneas, age na comunidade, favorecendo a transformação da sociedade brasileira pela experiência artística e educativa.

A atividade profissional do professor de teatro é de natureza pública, que diz respeito a toda a sociedade, uma prática compartilhada que terá dimensão coletiva e pessoal e que implicará simultaneamente em autonomia e responsabilidade.

O curso de Teatro Licenciatura da Ufal visa formar um profissional que saiba articular os conhecimentos, as práticas, as formas estéticas e os sistemas pedagógicos provenientes da tradição da cultura popular de Alagoas com a

cultura teatral universal. É essencial que domine os conhecimentos que lhe possibilitem desenvolver uma educação em teatro que integre tradição, contemporaneidade e diversidade cultural; que saiba fazer dialogar os conhecimentos e as experiências que os alunos possuem fruto do seu meio sócio-cultural, com os saberes da tradição da cultura popular e com o conhecimento advindo de outras culturas; e que, fundamentalmente, possa contribuir para desenvolver e ampliar o universo desse conhecimento.

7. CAMPO DE ATUAÇÃO

O Licenciado em Teatro trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não formal, como escolas, cursos livres e academias de arte; em empresas que demandem sua formação específica, em instituições que desenvolvem pesquisas artísticas e educacionais, como as do Sistema S (SESC, SESI, SENAC etc.), entre outros. Também pode atuar em instituições públicas culturais, como departamentos, secretarias e fundações culturais; em organizações não governamentais voltadas à educação e à cultura; em organizações artísticas e culturais que demandem a presença de pedagogos com formação teatral e nas artes cênicas, como grupos de teatro, circenses e de cultural popular; e ainda de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Teatro Licenciatura da Ufal investirá na formação de um profissional que seja capaz de detectar, propor e vencer desafios, interagindo no cenário da Educação Básica alagoana e em processos de educação não formais, na perspectiva de mudanças e inovações, com enfoque especial para a formação num contexto de cultura popular brasileira. Dessa forma, procura se adequar às Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de graduação em Teatro, possibilitando uma formação profissional que revele competências e habilidades para:

I - conhecimento da linguagem teatral, suas especificidades e seus desdobramentos, inclusive conceitos e métodos fundamentais à reflexão crítica dos diferentes elementos da linguagem teatral;

II - conhecimento da história do teatro, da dramaturgia e da literatura dramática;

III - domínio de códigos e convenções próprios da linguagem cênica na concepção da encenação e da criação do espetáculo teatral;

IV - domínio técnico e expressivo do corpo visando a interpretação teatral;

V - domínio técnico construtivo na composição dos elementos visuais da cena teatral;

VI - conhecimento de princípios gerais de educação e dos processos pedagógicos referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para o teatro e suas diversas manifestações;

VII - capacidade de coordenar o processo educacional de conhecimentos teóricos e práticos sob as linguagens cênica e teatral, no exercício do ensino de Teatro, tanto no âmbito formal como em práticas não formais de ensino;

VIII - capacidade de auto aprendizado contínuo, exercitando procedimentos de investigação, análise e crítica dos diversos elementos e processos estéticos da arte teatral.

Agregam-se a estas atitudes e competências, decorrentes do contexto educacional e cultural alagoano, presentes nos Referenciais

Curriculares para a Educação Básica de Alagoas, e da caracterização conceitual do curso Teatro Licenciatura da UFAL:

- a valorização da arte como forma de pensamento, incluindo as artes cênicas (teatro, dança, circo, performance) e as produções da cultura de tradição popular de maneira tão qualificada quanto as formas do saber erudito;

- a utilização das linguagens artísticas como ferramentas de leitura, contextualização e transformação de si, de sua comunidade, do país e do mundo;

- o reconhecimento e o respeito às diversidades étnico-culturais nas ações de mediação entre a cultura da tradição popular e a chamada cultura erudita;

- o respeito aos usos linguísticos presentes na cultura popular, refletindo sobre suas formas e usos na construção do conhecimento da comunidade;

- a apropriação das produções artísticas contemporâneas, compreendendo-as como formas de expressão e comunicação entre os homens;

- a autonomia, solidariedade e criatividade em situações de convívio e aprendizagem;

- a disponibilidade para assumir, de forma mais diversa e plural, as interfaces dos diferentes conhecimentos relativos às linguagens artísticas;

- o interesse e disposição para aprender, valorizando a cooperação no contexto de práticas pedagógicas;

- o respeito à liberdade e direitos próprios e do outro, utilizando o diálogo como forma de mediação de conflitos coletivamente;

- o sentimento de integração ao meio ambiente contribuindo para sua preservação;

- a responsabilidade na utilização de recursos tecnológicos tendo ciência das implicações do seu uso.

- o reconhecimento e utilização de valores éticos nas situações de interação e comunicação através das linguagens.

- a manifestação de identidade através dos modos e meios de expressão e comunicação.

- o comprometimento para agir na sociedade aplicando estratégias de aprendizagem.

- o empenho em apropriar-se e utilizar diferentes linguagens e suas produções, como elemento político e social, para atender a diferentes intenções e situações de comunicação.

- o interesse e disposição para aprender, valorizando a cooperação no contexto da comunidade escolar.

- a postura investigativa, reflexiva e criativa diante de suas atividades, capaz de produzir e compartilhar conhecimentos teóricos e práticos.

Quanto ao exercício do magistério na educação básica, espera-se que o licenciado em teatro pela Ufal saiba:

- dominar os processos referentes à aprendizagem e ao desenvolvimento do ser humano como subsídio para o trabalho educacional direcionado para o teatro e suas diversas manifestações;

- compreender as artes como linguagens e reconhecer as especificidades da linguagem teatral e cênica e seus paralelos na cultura popular brasileira;

- reconhecer a importância das manifestações artísticas na sua comunidade, em sua cidade, em seu estado, no país e no mundo;

- reconhecer os elementos expressivos característicos da cultura de tradição popular brasileira e, em especial, alagoana, da indústria cultural e da arte erudita, e posicionar-se criticamente diante deles;

- reconhecer as propriedades comunicativas e expressivas da linguagem teatral;

- interagir e comunicar-se através das formas de expressão e comunicação da linguagem teatral;

- reconhecer as contribuições sociais e culturais da arte e do teatro nos diversos momentos da história alagoana, do país e do mundo;

- valorizar a diversidade cultural na formação da identidade alagoana a partir das contribuições de suas etnias formadoras: indígenas, negros e brancos;

- reconhecer a pluralidade das manifestações artísticas e do teatro brasileiros em seus contextos geográficos e históricos;

- reconhecer os mecanismos da linguagem teatral, tornando-se um leitor proficiente nesta linguagem;

- contextualizar as artes e o teatro na história da humanidade, reconhecendo suas manifestações em diferentes culturas e civilizações;

- contextualizar geograficamente as manifestações artísticas, distinguindo as formas expressivas específicas de diferentes sociedades;

- reconhecer os elementos expressivos e comunicacionais característicos de diferentes modos, estilos, escolas e movimentos artístico-teatrais;

- compreender a arte, o teatro e a cultura popular como expressão subjetiva e comunicacional;

- conhecer conceitos filosóficos, antropológicos e sociológicos, relativos à arte, à estética, ao belo, ao sublime e ao grotesco, relacionando-os à linguagem teatral e à cultura popular brasileira;

- conceber a realidade como construção sócio simbólica;

- ler, contextualizar e utilizar os elementos expressivos e comunicacionais presentes em obras teatrais;

- conhecer a produção artística mundial compreendendo seu sentido na sociedade contemporânea;

- refletir sobre as relações de gênero e de poder presentes nas linguagens artísticas, especialmente no teatro;

- reconhecer as possibilidades de criação artística a partir de procedimentos próprios às artes cênicas e àquelas da tradição popular brasileira, em especial, alagoana e à arte contemporânea.

No que se refere às habilidades, espera-se que o licenciado em teatro pela Ufal saiba:

- colocar-se eticamente nos diversos ambientes de trabalho por meio de discursos articulados;

- realizar a transposição didática dos conhecimentos da arte teatral e da cultura popular brasileira para ambientes de aprendizagem formal.

- reconhecer a si e ao outro nas relações interpessoais na e pela linguagem teatral;

- reconhecer a si e ao outro nas relações interpessoais na e pela cultura cênica de tradição popular brasileira e, em especial, alagoana;

- saber instaurar processos de criação em teatro, tanto individuais como coletivos;

- distinguir os fatores de construção de identidade através da arte e do teatro e seus reflexos no estabelecimento de diferenças sociais;

- realizar processos de mediação entre a cultura popular, a escola e a universidade.

- analisar criticamente a função das manifestações artísticas e teatrais na formação da identidade alagoana sob a perspectiva de suas etnias formadoras;

- analisar e refletir sobre a inserção da arte no sistema social, político e econômico do país, através de sua produção, difusão e profissionalização;

- identificar na arte e no teatro seus aspectos históricos, culturais e sociais, refletindo sobre a importância da obra de arte na dinâmica social;

- distinguir e analisar criticamente as formas de produção artísticas: da tradição popular, da indústria cultural e da criação erudita;

- distinguir os elementos originais da tradição popular presentes na produção erudita brasileira e suas maneiras de sua inserção nas culturas “oficiais”;

- apreciar e interpretar imagens artísticas ligadas ao imaginário cultural alagoano;

- identificar as formas de composição nas manifestações artísticas e teatrais da tradição popular brasileira e, em especial, alagoana;

- contextualizar e valorizar a diversidade de manifestações artísticas locais e regionais como parte da multiplicidade cultural da humanidade;

- reconhecer a arte como instrumento pedagógico de socialização, valorização, preservação, comunicação e diálogo entre os povos;

- identificar a presença do espectador como co-criador da obra teatral;

- ler a arte e o teatro contemporâneos como *working in process* (processo);

- valorizar, respeitar e incentivar mestres e grupos da cultura popular brasileira e, em especial, brasileira;

- ter autonomia de criação, desenvolvimento de projetos de extensão voltados para a comunidade acadêmica durante sua formação.

9. METODOLOGIA

A proposta metodológica do curso de Teatro Licenciatura constitui-se no polo aglutinador em torno do qual se articulam os diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. Sua concepção emana das epistemologias que concebem a formação em teatro e o ensino, como vertente emancipatória pela aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica. A integralização das disciplinas organiza-se em conformidade com as orientações e reflexões, advindas das concepções elaboradas pelo corpo docente, uma vez que se tornam imprescindíveis as percepções daqueles que estão responsáveis pelas progressões das aprendizagens no desenvolvimento da formação docente.

O curso de Teatro Licenciatura tem seu referencial metodológico orientado, principalmente, pela sua Espiral da Docência, que traz a singularidade de pensar, criar e organizar seu desenvolvimento, buscando vivenciar, organizar, analisar e refletir criticamente sobre o contexto das artes, da linguagem teatral e da cultura de tradição popular alagoana, e dos diversos espaços formativos, em especial as inúmeras escolas do estado de Alagoas, que se enumeram ao longo de tantos espaços sociais, quase indiscriminadamente, ao mesmo tempo também, que objetiva estudar detalhadamente, os processos e fundamentos de escolarização, de importâncias ímpares na construção e elaboração dos saberes de vida, cultura e cidadania.

Os princípios metodológicos que orientam o ensino e a aprendizagem do curso de Teatro Licenciatura privilegiam a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didáticas. O estudante, através do requisito básico da práxis para constituição de competências, se insere na realidade e no debate contemporâneo, que o qualifica frente aos desafios próprios das suas condições profissionais. Todos os tipos de conhecimentos, elencados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados os seus entendimentos reflexivos através da relação teoria-prática.

A metodologia que permeia os planos de ensino do curso é pautada na premissa da interdisciplinaridade, o que fica evidenciado, especialmente nas relações que são estabelecidas nos diversos eixos que compõem a matriz curricular. Por meio das atividades desenvolvidas, os alunos demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação são componentes fundamentais para se garantir um desenvolvimento curricular acompanhado por um desempenho de excelência dos alunos, mediado pelo caráter crítico. Assim, faz-se a avaliação formativa como integrante básica de diagnóstico, regulação, finalização e integração de saberes e competências da sua formação.

O delineamento metodológico é apresentado de forma mais específica e detalhada nos planos das disciplinas. De uma forma genérica, os professores se utilizam de atividades como:

a) Ensino teórico: Aulas expositivas dialogadas, nas quais os conteúdos programáticos podem ser abordados em nível básico, avançado ou aprofundado, consoante a natureza da matéria ou localização curricular, quer do ponto de vista conceitual ou experimental. Elas ocorrem a partir da necessidade dos acadêmicos, geralmente a partir de discussão de conteúdo por meio de técnicas de discussão em grupo.

b) Ensino prático: Observar e sistematizar práticas da pedagogia teatral e das formas de ensino e aprendizagem presentes na cultura de tradição popular brasileira, como também, desenvolver atividades que aproximem o aluno da realidade educacional, dos espaços escolares e não escolares, propiciando, a capacidade de reflexão-crítica sobre os fatos e acontecimentos da realidade em que está inserido, podendo intervir com ações pedagógicas, artísticas e criativas que minimizem os problemas detectados.

c) Atividades semipresenciais: O currículo desenvolvido será complementado com a realização de atividades semipresenciais em algumas disciplinas. Tais atividades podem ser elaboradas pelos professores com o objetivo de proporcionar momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), organizadas com estratégias didáticas como, por exemplo, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina. A realização dessas atividades pelos discentes deve seguir um cronograma organizado e publicado no Calendário da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). E cada atividade semipresencial deve corresponder a 20% da carga horária total do curso.

d) Atividades de extensão: práticas de pesquisa, criação e difusão de produções cênicas; prática na gestão e produção cultural e na curadoria de eventos artísticos e acadêmicos; prática no planejamento e coordenação de atividades pedagógicas em ambientes educativos não formais.

e) Atividades de pesquisa realizadas nos grupos de pesquisa dos docentes do curso.

Tal prática didática está comprometida com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórico-prática, o desenvolvimento do espírito científico, o incentivo de atitudes e ações críticas diante do mundo e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

Por outro lado, a caracterização conceitual do curso, marcada pelo diálogo com o contexto cultural no qual está inserido, coloca uma questão de natureza pedagógica, da qual a metodologia exposta acima não poderá deixar de enfrentar. Ao optar por uma ação de mediação entre a cultura de tradição popular e a cultura acadêmica no plano estético, torna-se necessário também realizar ações de mediação no plano pedagógico.

Problematizar, sob uma perspectiva crítica, os procedimentos de ensino-aprendizagem e as práticas didáticas desses ambientes culturais, em que a construção do conhecimento é realizada por meio de ações pedagógicas distintas, é colocar em questão a própria metodologia do curso apresentada até aqui. Baseada em situações-problema, na ação-reflexão-ação e na prática dialógica, a pedagogia do *aprender a aprender*, preconizada pelas DCN para os cursos de licenciatura, foi construída no embate contra as pedagogias tradicionais, baseadas na transmissão de formas e conteúdos, saberes e técnicas, nas quais se inserem a arte, a pedagogia e a cultura de tradição popular. Reconhecer este paradoxo significa problematizar os paradigmas da educação preconizados pela Unesco e referendados pelo MEC para este terceiro milênio. O processo pedagógico de formação do professor de teatro, que objetiva a atuação deste como mediador entre estas culturas, deve explicitar e problematizar esta contradição, sob o risco de, ao negá-la, falsear a própria mediação e atuar mais uma vez de forma colonizadora culturalmente e de forma extrativista do patrimônio material e imaterial destas populações desfavorecidas economicamente.

Neste sentido, a Prática Pedagógica como Componente Curricular, dividida em Artes Cênicas, Teatro na Comunidade, Teatro na Escola, Pedagogia do Espectador e Pedagogia da Encenação, estará presente desde o início do Curso, e deverá se estender ao longo de todo processo de formação acadêmica, através da articulação com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, o que irá contribuir para a formação da identidade do professor como educador.

10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

10.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular do curso Teatro Licenciatura da UFAL está construída a partir do entendimento de três documentos: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior e para a formação continuada, Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015 CNE/CP 2/2015; a Resolução nº 04 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 04 de março de 2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Teatro; e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino das linguagens artísticas (PCN-Arte).

Com base na Resolução nº 2 do CNE/CP 2/2015, esta proposta apoia-se em três núcleos:

- I. Núcleo de Estudos de Formação Geral;
- II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional;
- III. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Já a Resolução nº 4, da Câmara de Educação Superior, em seu artigo 5º, indica que as disciplinas das Graduações em Teatro devem estar divididas em três eixos interligados de formação:

I – conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Artes Cênicas, a Música, a Cultura e a Literatura, sob as diferentes manifestações da vida e de seus valores, bem assim com a História do Espetáculo Teatral, a Dramaturgia, a Encenação, a Interpretação Teatral e com a Ética Profissional;

II – conteúdos Específicos: estudos relacionados com a História da Arte, com a Estética, com a Teoria e o Ensino do Teatro, além de outros relacionados com as diferentes formas de expressão musical e corporal, adequadas à Expressão Teatral e às formas de Comunicação Humana;

III – conteúdos Teórico-Práticos: domínios de técnicas integradas aos princípios informadores da formação teatral e sua integração com atividades relacionadas com Espaços Cênicos,

Estéticos, Cenográficos, além de domínios específicos em produção teatral, como expressão da Arte, da Cultura e da Vida.

Já os PCN-Arte indicam que o processo de ensino e aprendizagem das linguagens artísticas na Educação Básica deve ser realizado por meio de uma abordagem triangular de seus conteúdos, na qual produção, apreciação e contextualização da obra artística são partes inerentes na construção do conhecimento. Nesta abordagem, proposta pela arte educadora Ana Mae Barbosa, a articulação teoria-prática é intrínseca ao processo educativo, e é nesta perspectiva que o curso Teatro Licenciatura da Ufal entende a formação do professor de teatro.

Perspectiva que procura estar em consonância com as resoluções do CNE também em relação à prática do ensino do Teatro, como componente curricular que está presente desde o início do Curso de Licenciatura em Teatro e deverá se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, a prática concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador, presente nas disciplinas de saberes específicos na formação do professor/a de Teatro.

As relações dialógicas entre teoria e prática do teatro com teoria e prática pedagógicas estão presentes nas Práticas Pedagógicas como componente curricular. Este eixo procura atender as exigências da atualidade tendo como princípio a sua contextualização, o permanente aperfeiçoamento, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Esses são elementos fundamentais que procuram proporcionar no(a) estudante a capacidade crítica e criativa, o seu desenvolvimento intelectual, e profissional de maneira autônoma e permanente.

Vejam, a seguir, os quadros com os detalhamentos sobre cada núcleo e sua relação com os conteúdos:

		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		TEATRO DE ANIMAÇÃO	14	40	-	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA TEATRAL NA COMUNIDADE	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA TEATRAL NA ESCOLA	-	54	54	54
CONTEÚDOS BÁSICOS	NÚCLEO I	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR	-	54	54	54
		PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS	10	44	-	54
		LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA	-	54	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 1	14	40	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 2	14	40	-	54
		ESTUDOS DO MOVIMENTO 3	14	40	-	54
		ATUAÇÃO PARA A CENA 1	14	40	-	54
		ATUAÇÃO PARA A CENA 2	14	40	-	54
		VOZ EM CENA	10	26	-	36
		LITERATURA DRAMÁTICA 1	54	-	-	54

		LITERATURA DRAMÁTICA 2	54	-	-	54
		LITERATURA DRAMÁTICA 3	54	-	-	54
		LITERATURA DRAMÁTICA 4	54	-	-	54
		ANTROPOLOGIA DA ARTE	54	-	-	54
		HISTÓRIA DO TEATRO 1	54	-	-	54
		HISTÓRIA DO TEATRO 2	54	-	-	54
		HISTÓRIA DA ARTE 1	54	-	-	54
		HISTÓRIA DA ARTE 2	54	-	-	54
		FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO	27	27	-	54
		ARTE E SOCIEDADE	54	-	-	54
		ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA	36	-	-	36
		TEATRO BRASILEIRO	54	-	-	54
		TEATRO EM ALAGOAS	54	-	-	54
		ILUMINAÇÃO	10	44	-	54
		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		PROFISSÃO DOCENTE	54	-	-	54

		POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	72	-	-	72
		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	72	-	-	72
		GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR	72	-	-	72
		DIDÁTICA	72	-	-	72
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	NÚCLEO II	PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO	54	-	-	54
		LIBRAS	33	21	-	54
		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	54	-	-	54
		TEATRO EDUCAÇÃO	27	27	-	54
		JOGO TEATRAL 1	14	40	-	54
		JOGO TEATRAL 2	14	40	-	54
		PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS	10	44	-	54
		ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO	-	54	-	54
		DISCIPLINA	Carga horária teórica	Carga horária prática	Prática como Componente Curricular	Carga horária semestral
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2	-	54	54	54

		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3	-	54	54	54
		PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO	-	90	90	90
		PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)	-	-	-	60
CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS	NÚCLEO III	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)	-	-	-	60
		PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)	-	-	-	60
		PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)	-	-	-	60
		OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)	-	-	-	60
		OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)	-	-	-	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	-	-	-	100
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	-	-	-	100

11. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

11.1. MATRIZ CURRICULAR

Período	Disciplina	Carga horária					
		Obrigatória	Semanal	Teórica	Prática	Prática como Componente Curricular	Total
1º	PROFISSÃO DOCENTE	Sim	3	54	-	-	54*
	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Sim	3	54	-	-	54
	JOGO TEATRAL 1	Sim	3	14	40	-	54*
	HISTÓRIA DO TEATRO 1	Sim	3	54	-	-	54
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 1	Sim	3	14	40	-	54
	ANTROPOLOGIA DA ARTE	Sim	3	54	-	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 1	Sim	3	54	-	-	54
TOTAL			21	298	80	-	378
2º	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1	Sim	3	-	54	54	54
	JOGO TEATRAL 2	Sim	3	14	40	-	54*
	HISTÓRIA DO TEATRO 2	Sim	3	54	-	-	54
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 2	Sim	3	14	40	-	54
	LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Sim	3	54	-	-	54*
	LITERATURA DRAMÁTICA 2	Sim	3	54	-	-	54

TOTAL			22	262	134	54	396
3º	DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2	Sim	3	-	54	54	54
	VOZ EM CENA	Sim	2	10	26	-	36
	PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS	Sim	3	10	44	-	54*
	ESTUDOS DO MOVIMENTO 3	Sim	3	14	40	-	54
	FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO	Sim	3	27	27	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 3	Sim	3	54	-	-	54
	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
TOTAL			24	187	251	54	438
4º	DIDÁTICA	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3	Sim	3	-	54	54	54
	ATUAÇÃO PARA A CENA 1	Sim	3	14	40	-	54
	TEATRO EDUCAÇÃO	Sim	3	27	27	-	54*
	ARTE E SOCIEDADE	Sim	3	54	-	-	54
	LITERATURA DRAMÁTICA 4	Sim	3	54	-	-	54
	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
TOTAL			22	221	181	54	402
5º	GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	4	72	-	-	72*
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA COMUNIDADE	Sim	3	-	54	54	54
	HISTÓRIA DA ARTE 1	Sim	3	54	-	-	54

	ATUAÇÃO PARA A CENA 2	Sim	3	14	40	-	54
	PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO	Sim	3	54	-	-	54*
	PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			24	194	254	54	448
6º	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA ESCOLA	Sim	3	-	54	54	54
	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO	Sim	5	-	90	90	90
	HISTÓRIA DA ARTE 2	Sim	3	54	-	-	54
	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA	Sim	2	36	-	-	36
	PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			21	90	304	144	394
7º	LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA	Sim	3	-	54	-	54
	ILUMINAÇÃO	Sim	3	10	44	-	54
	TEATRO BRASILEIRO	Sim	3	54	-	-	54
	ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO	Sim	3	-	54	-	54*
	OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			20	64	312		376
8º	TEATRO EM ALAGOAS	Sim	3	54	-	-	54
	TEATRO DE ANIMAÇÃO	Sim	3	14	40	-	54

	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR	Sim	3	-	54	54	54
	PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS	Sim	3	10	44	-	54
	OFICINAS LIVRES DE TEATRO 2 (ACE)	Sim	3	-	60	-	60
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	Sim	5	-	100	-	100
TOTAL			20	78	298	54	376

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	HORA/RELÓGIO 60 MIN	PERCENTUAL
Disciplinas obrigatórias	2.034	57,2%
Disciplinas eletivas	108	3,1%
Estágio Supervisionado	400	11,3%
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200	5,6%
Prática como Componente Curricular	414	11,6%
TCC	40	1,1%
Atividades Curriculares de Extensão	360	10,1%
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.556	100%

PRÉ-REQUISITOS:

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
Literatura Dramática 2	Literatura Dramática 1
Literatura Dramática 3	Literatura Dramática 2
Literatura Dramática 4	Literatura Dramática 3
História do Teatro 2	História do Teatro 1

11.2. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UFAL, a flexibilização curricular é um dos princípios básicos da formação do graduando que no exercício de sua autonomia pode e deve incorporar outras formas de aprendizagem na sua formação profissional. A oferta das disciplinas eletivas não se caracteriza como a única opção para uma flexibilização curricular, no entanto, oferece uma ampliação de conteúdos relacionados a área do teatro que contribuirão para a formação do profissional.

Com a escolha de embasar a formação do licenciado em teatro a partir de áreas afins, como História e Crítica, Poéticas do Corpo, Visualidades Cênicas e Poéticas da Cena, as disciplinas voltadas para o ensino desses componentes serão ofertadas no quadro de disciplinas eletivas com o intuito de oferecer aos discentes a possibilidade de escolhas que sejam de seu maior interesse.

Além da oferta de disciplinas eletivas, o Curso de Teatro Licenciatura Ufal aplica o princípio da flexibilização curricular a partir das seguintes ações:

1 - Análise cuidadosa da utilização ou não de pré-requisitos entre as disciplinas, para facilitar ao aluno uma melhor organização do seu currículo. Assim, os discentes ficarão mais livres para cumprir disciplinas que fazem parte dos semestres diferentes do que ele está cursando, ajudando-os, desta forma, a atualizar e/ou adiantar o seu processo de integralização no curso;

2 - Aproveitamento de atividades extracurriculares, devidamente comprovadas, para contabilização de carga horária e dispensa de disciplinas, tais como: disciplinas cursadas em outros cursos, atividades de prática docente, programas de mobilidade ou intercâmbio estudantil.

QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS

Período	Disciplina	Obrigatória	Carga horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Semestral
-	FIGURINO	Não	3	14	40	54
-	FUNDAMENTOS DA CENOGRAFIA	Não	3	14	40	54
-	MAQUIAGEM E MÁSCARA	Não	3	14	40	54
-	SONOPLASTIA E SONORIZAÇÃO	Não	2	18	18	36
-	DRAMATURGIA	Não	2	10	26	36
-	LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS CONTEMPORÂNEAS	Não	3	10	44	54
-	CRÍTICA TEATRAL	Não	3	54	-	54
-	ESTÉTICA TEATRAL	Não	3	54	-	54
-	OFICINA DE DIREÇÃO TEATRAL	Não	3	10	44	54
-	CIRCO	Não	3	10	44	54
-	LITERATURA DRAMÁTICA: MODERNO TEATRO BRASILEIRO I	Não	3	54	-	54
-	LITERATURA DRAMÁTICA: MODERNO TEATRO BRASILEIRO II	Não	3	54	-	54
-	TÉCNICAS CIRCENSES	Não	3	10	44	54
-	COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA	Não	3	10	44	54
-	ESTUDOS DO MOVIMENTO 4	Não	3	10	44	54
-	DANÇAS DAS TRADIÇÕES POPULARES DE ALAGOAS	Não	3	-	54	54
-	DANÇAS BRASILEIRAS	Não	3	10	44	54
-	COMEDIA DELL'ARTE	Não	3	10	44	54
-	NARRATIVAS NA RUA – DA INSPIRAÇÃO AFRICANA À RODA DE HISTÓRIAS COMO ARTE PÚBLICA	Não	3	10	44	54
-	IMPROVISACIÓN TEATRAL - DE BOAL AOS CONTOS AFRICANOS	Não	3	-	54	54
-	FOTOGRAFIA CÊNICA	Não	3	10	44	54
-	FUNDAMENTOS DO CIRCO	Não	3	10	44	54
-	CONFEÇÃO DE MÁSCARAS CÊNICAS	Não	3	10	44	54

LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA	Não	3	-	54	54
JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO	Não	3	27	27	54
ENCENAÇÃO E PEDAGOGIA	Não	3	14	40	54
A PEÇA DIDÁTICA DE BERTOLT BRECHT	Não	3	10	44	54
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TCC	Não	3	54	-	54
PRODUÇÃO CULTURAL PARA ARTES DO ESPETÁCULO	Não	3	54	-	54
TEATRO DO OPRIMIDO	Não	3	20	34	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE BONECOS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE SOMBRAS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE MÁSCARAS	Não	3	-	54	54
LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE OBJETOS	Não	3	-	54	54
PESQUISA ORIENTADA	Não	3	54	-	54
POÉTICAS DO FEMININO: HISTÓRIA, ARTES E POLÍTICA	Não	3	54	-	54
BRECHT E O CINEMA	Não	3	54	-	54
TEATRO E CINEMA	Não	3	54	-	54
TRAGÉDIA E CINEMA	Não	3	54	-	54
TEATRO, MÍDIA E EDUCAÇÃO	Não	3	54	-	54
ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Não	3	54	-	54
TEATRO E CINEMA: A TRAGÉDIA NA OBRA DE PASOLINI	Não	3	54	-	54

11.3. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade, outro princípio básico da formação do discente, pressupõe estratégias conciliadoras dos conhecimentos próprios de cada área, com o objetivo de estabelecer conexões entre elas, para uma melhor complementariedade e colaboração na resolução de problemas.

Pensando na interdisciplinaridade dos conteúdos ofertados pelo Curso de Teatro Licenciatura, são realizadas reuniões pedagógicas mensais do Núcleo Docente Estruturante - NDE em parceria com os docentes do curso, no intuito de compartilhar os conteúdos que serão trabalhados em cada semestre, buscando uma conexão entre os mesmos, que auxiliarão os discentes a

pensarem de modo sistemático e flexível. Assim, a partir das reuniões onde cada docente toma conhecimento dos conteúdos das disciplinas que serão trabalhadas no semestre, articulam-se ações que fortaleçam as conexões entre elas. A exemplo disto, podemos citar a Matriz Curricular em que as disciplinas de cada período são organizadas de forma a induzir interdisciplinaridade entre elas. Assim, as Práticas como componente curricular estão organizadas de maneira a trabalhar os saberes e fazeres das demais disciplinas daquele semestre e integram a estrutura curricular do curso em seis dos oito períodos, bem como as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), se estabelecem como uma ponte entre o ambiente teatral alagoano e o mercado de trabalho, a partir da articulação entre todos os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas de cada semestre.

11.4. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A relação dialógica do binômio teoria-prática, entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo, estará presente desde o primeiro ano do curso mediante projetos e atividades, incluídos na carga horária dos diferentes componentes curriculares. É com base nessa lógica que a Resolução CNE/CP 2/2015 discute a Prática como Componente Curricular.

Os cursos de licenciatura em linguagens artísticas, no que se refere às articulações teoria-prática, apresentam singularidades que os diferenciam de outras graduações voltadas à formação de professores. Enquanto licenciatura, torna-se necessário estabelecer processos pedagógicos que privilegiem práticas docentes em constante diálogo com teorias pedagógicas e pesquisas na área da educação formal. Conforme o parecer 09/2001 CNE/MEC a articulação teoria-prática é necessária para que os discentes aprendam em situação real, construindo estratégias para as realidades complexas, aprendendo a enfrentar obstáculos epistemológicos, didáticos, dentre outros e relacionando-os em tempo presente com as aprendizagens teórico-acadêmicas-curriculares.

Enquanto curso de formação em uma das quatro linguagens artísticas presentes nos PCN-Arte, tornam-se necessárias metodologias de ensino baseadas na articulação entre a prática artística, os estudos referenciados na área e pesquisas estéticas. Ressalte-se que estas duas articulações, entre prática e teoria pedagógicas e entre prática e teoria artísticas, precisam também se articular entre si, formando um todo se possível coerente. Eis o desafio da formação de professores na linguagem teatral.

O curso Teatro Licenciatura da Ufal vê a articulação entre a teoria e a prática como intrínseca aos processos pedagógicos em arte. Tal perspectiva provém tanto de pedagogias voltadas ao Teatro Educação, quanto do aprendizado de elementos específicos da linguagem teatral, como também está

presente nos PCN-Arte. Estes parâmetros indicam uma abordagem triangular, tal qual a formulada pela arte educadora Ana Mae Barbosa, dos conteúdos, práticas e processos de criação artística na Educação Básica. Segundo esta abordagem, os processos de ensino e aprendizagem em arte devem contemplar a produção, a apreciação e a contextualização. Aprender a fazer, a ler e a refletir devem ser ações articuladas no processo de construção do conhecimento na perspectiva das artes.

Deste modo, a formação do egresso do Curso de Teatro Licenciatura está diante de parâmetros que desenvolvam sua consciência crítica e autorreguladora, seu posicionamento diante das necessidades e possibilidades da comunidade.

11.5. TRANSVERSALIDADE

A Transversalidade se caracteriza por temáticas que atravessam e perpassam os diferentes campos do conhecimento. Porém, para atender a esta demanda social, não se trata de qualquer temática, mas àquelas relacionadas a conceitos éticopolítico-sociais, atrelados para a melhoria da sociedade e da humanidade. Os temas transversais podem ser voltados à educação em valores; voltados a respostas aos problemas sociais, conectando a escola à vida das pessoas; e devem ser abertos à incorporação de novos problemas sociais.

A transversalidade no Curso de Teatro Licenciatura da Ufal, como já explicitado anteriormente neste Projeto, é contemplada em diversos componentes curriculares, tais como: Jogos Teatrais, Teatro Educação, Arte e Sociedade, Antropologia da Arte, Teatro em Alagoas e, principalmente, nas Práticas Pedagógicas, além das disciplinas eletivas Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiências, Crítica Teatral, Estética Teatral, Narrativas na Rua, Jogos e Brincadeiras na Educação, Teatro do Oprimido e Poéticas do Feminino: História, Artes e Política. Destaquem-se as três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas, que têm como foco, a análise e compreensão das cenas e vozes da realidade encontrada nas escolas, grupos, famílias e comunidades, através do estudo dos saberes e fazeres presentes nas manifestações cênicas da tradição popular. Além de possibilitar a intersecção de gênero e raça nas vivências das artes cênicas, estas práticas apontam para as possibilidades do teatro como conteúdo formativo para os gêneros e raça.

12. CONTEÚDOS CURRICULARES

12.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

No âmbito do Curso de Teatro Licenciatura da Ufal, este tema é tratado de forma transversal nas três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas, que contemplam os saberes e fazeres das manifestações cênicas da tradição popular, assim como na disciplina obrigatória Laboratório de Artes Cênicas na Rua e nas disciplinas eletivas Laboratório de Práticas Teatrais Contemporâneas, Narrativas na Rua, Teatro do Oprimido, Jogos e Brincadeiras na Educação e Produção Cultural para Artes do Espetáculo, que abordam a relação do teatro com o meio ambiente.

12.2. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Em atenção a Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, o curso de Teatro Licenciatura da Ufal vem tratando a temática de forma transversal nas três Práticas Pedagógicas em Artes Cênicas, que privilegiam o estudo dos saberes e fazeres nas manifestações cênicas da tradição popular alagoana, em Prática Pedagógica: Teatro na Comunidade, nas disciplinas obrigatórias Jogo Teatral 1 e 2, Estudos do Movimento 1, 2 e 3, Antropologia da Arte, Arte e Sociedade, História da Arte 1 e 2, Teatro Educação, Teatro de Animação, Fundamentos da Encenação, Teatro Brasileiro, Teatro em Alagoas, Artes Circenses na Educação e Pedagogia das Máscaras Cênicas, e disciplinas eletivas Laboratório de Práticas Teatrais Contemporâneas, Dramaturgia, Teatro do Oprimido, Narrativas na Rua, Jogos e Brincadeiras na Educação, Estética Teatral e Danças Brasileiras.

12.3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos na Ufal adequa-se à Resolução CNE/CP nº. 01/2012. Para os cursos de Licenciatura, a Resolução CONSUNI/UFAL 59/2014 estabelece que a temática dos direitos humanos

deverá atender à legislação específica. Nesta perspectiva, o art. 8º da Resolução CNE/CP 01/2012 determina:

A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais. Assim, sua inserção nos cursos de licenciatura deve ocorrer sob a forma de disciplina de oferta obrigatória, contribuindo para a formação de professores. Ainda, em atendimento ao Art. 12 da mesma resolução, podem ser programadas ações de extensão voltadas para a promoção de direitos humanos considerando o contexto em que a IES se insere.

O curso de Teatro Licenciatura trata a temática de Educação de Direitos Humanos, de forma transversal, em todas suas Práticas Pedagógicas, e em diálogo estreito com as disciplinas obrigatórias Antropologia da Arte, Arte e Sociedade e Teatro Educação, e com as disciplinas eletivas Ensino de Arte Educação para Pessoas com Deficiência, Poéticas do Feminino: História, Artes e Política e Teatro do Oprimido.

12.4. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no curso de Teatro Licenciatura, LIBRAS se constitui como uma disciplina obrigatória ofertada no segundo período, dando um suporte básico para a comunicação aos discentes em suas práticas de Estágio Supervisionado em escolas e/ou Instituições que atendam a pessoas surdas, bem como educando-os para a importância da utilização desta linguagem em espetáculos teatrais.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Lei do Estágio (Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008) define o estágio “como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na Ufal, os estágios curriculares supervisionados são regulamentados pela Lei do Estágio e pela Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que o definem como componente curricular presente em todos os cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados obrigatórios e não obrigatórios.

Nos cursos de Licenciatura o componente curricular Estágio Supervisionado visa promover a integração entre os conhecimentos práticos e teóricos, possibilitando uma formação docente de qualidade, desenvolvido no ambiente de trabalho, em situações reais do cotidiano escolar.

A estruturação dos estágios curriculares supervisionados formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

- Confecção e emissão de Termo de Compromisso de Estágio: o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante, o representante da Ufal e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio da Pró-Reitoria de Graduação da UFAL (GEST/PROGRAD).

- Elaboração do plano de trabalho: o estágio deve estar vinculado ao contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Coordenador de Estágio depois de ser devidamente aprovado pelo Orientador de Estágio.

- Desenvolvimento das ações programadas: o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.

- A avaliação final do estágio: deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Orientador de Estágio que deverá ser assinado pelo supervisor de campo e arquivado pelo Coordenador de Estágio.

Dessa maneira, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório para o curso de Teatro Licenciatura está previsto e orientado a partir do Inc. II, do §1º,

do Art. 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, sendo esse supervisionado periodicamente por um professor do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio. Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da UFAL. Além disso, enfatizamos que a carga horária do estágio curricular deverá ser de 400 horas, conforme determinação feita pelas DCN e em resoluções e pareceres específicos do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Pensar sobre formação docente em Teatro direcionado a um curso de Licenciatura, nos levou a elaborar a Instrução Normativa nº 01 de 2019 (anexos). No entanto, com a finalidade de perceber as implicações dessas instruções normativas para a formação docente, em especial, no Curso de Teatro, na modalidade Licenciatura, formulamos através da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Resolução CNE-CP Nº 2 de 1º de Julho de 2015 e do Portal da UFAL no link: <https://ufal.br/estudante/graduação/estagios>.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se de atividades teóricas, práticas e/ou administrativas realizadas pelos alunos fora do âmbito das disciplinas do curso, do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso. As mesmas têm como objetivo aperfeiçoar e aprofundar o domínio das habilidades e competências necessárias à atuação profissional, bem como complementar a formação acadêmica e cultural do aluno.

Tais atividades complementares podem ser de caráter acadêmico, científico e cultural, de ensino, pesquisa, extensão e representação estudantil, até o limite de 200 horas obrigatórias, podendo ser substituídas, parcial ou totalmente, por disciplinas extracurriculares e/ou complementares ou projetos na atividade do ensino do teatro.

Serão aceitas atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso de graduação nas seguintes modalidades:

I - Participação em peças teatrais, performances, esquetes, cenas curtas ou trechos de montagens sob a forma de direção, assistência, atuação, iluminação, cenografia, dramaturgia, criação e confecção de figurinos etc.

II - Participação em cursos, disciplinas optativas, atividades de ensino e oficinas em áreas afins, oferecidas dentro ou fora do âmbito da Universidade;

III - Realização de ações de extensão junto à comunidade;

IV - Participação em seminários e eventos acadêmicos;

V - Apresentação de pesquisa em congressos científicos;

VI - Participação em projetos de extensão, além daquelas que se referem aos 10% obrigatórias, segundo o PNDE (2014);

VII - Participação em projetos de iniciação científica, iniciação à docência e pesquisa;

VIII - Participação em grupos de estudos do Curso de Teatro Licenciatura da UFAL;

IX - Monitoria e estágio complementar;

X - Participação em atividades administrativas, órgãos colegiados e entidades estudantis como CAs, DCE etc.

É importante destacar que os casos omissos nas modalidades supramencionadas serão avaliados pelo Colegiado que decidirá sua validade para a integralização na carga horária de atividades complementares.

Todas as atividades complementares deverão ser listadas em formulário específico pelo aluno. O formulário de atividade complementar deverá ser entregue juntamente com a cópia de toda comprovação (diplomas, certificados, material gráfico, clippings, cartas de referência etc.) ao Coordenador do Curso, que deverá apreciar e aprovar segundo as atividades supracitadas. Elas poderão ser aproveitadas total ou parcialmente para integrar-se à carga horária e devem somar 200 h/relógio no total, de acordo com a tabela a seguir.

A apresentação da solicitação com a documentação comprobatória deverá ser encaminhada à coordenadoria pelo discente até o semestre anterior à conclusão do curso.

14.1. QUADROS DAS ESPECIFICAÇÕES DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

GRUPO 1 : ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.

Atividade	Formas de Comprovação	Valor em Horas
Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Centro Acadêmico, DCE, UNE).	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração ou término do mandato, emitidas pelo órgão colegiado.	60 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 120 horas para o total de atividades deste tipo.
Disciplina eletiva, cursada com aproveitamento, na UFAL ou em outra instituição de Ensino Superior.	Histórico Escolar	Até 60 horas
Atividades de pesquisa com bolsa (UFAL, CNPq, CAPES...).	Documento que atestem a aprovação do relatório final (e parcial quando for o caso) do bolsista, emitido pelo órgão que financiou a pesquisa.	90 horas por ano de bolsa respeitando o teto de 180 horas para atividades deste tipo.
Atividades de pesquisa sem bolsa. (obs.: atividades de pesquisa sem bolsa que forem submetidas ao comitê da UFAL que avalia o PIBIC e que forem aprovadas seguirão os mesmos critérios de atividades de pesquisa com bolsa)	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso de Teatro. No Documento deverá constar uma descrição sumária da atividade, seus objetivos e uma apreciação do desempenho do aluno.	Até 40 horas por semestre, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.
Atividades de extensão com bolsa	Documento que ateste a participação do aluno no projeto e seu desempenho,	90 horas por ano de bolsa, respeitando o teto de 180 horas

	emitido pelo órgão que financiou o mesmo.	para atividades deste tipo.
Atividades de extensão sem bolsa (obs.: atividades de extensão sem bolsa que forem submetidas ao comitê da UFAL que avalia o PIBEG e que forem aprovadas seguirão os mesmos critérios de atividades de extensão com bolsa)	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso de Teatro. No Documento deverá constar uma descrição sumária da atividade, seus objetivos e uma apreciação do desempenho do aluno.	Até 40 horas por semestre, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.
Atividades de monitoria em disciplinas de graduação.	Documento emitido pelo colegiado competente, atestando a participação e o desempenho do aluno na atividade.	Até 40 horas por semestre, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.
Atividades de monitoria em ambientes acadêmicos da UFAL.	Documento emitido pelo Colegiado que ateste a realização da monitoria e o desempenho do monitor.	Até 40 horas por semestre, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.

GRUPO 2. ATIVIDADES DE CARÁTER CIENTÍFICO E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Atividade	Formas de Comprovação	Valor em Horas
Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, e outros.	Certificado de participação, emitido pela entidade promotora e constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Frequência e aprovação em disciplinas eletivas (nas quais o aluno esteja efetivamente matriculado), cursadas durante seu tempo de integralização curricular no curso de Teatro.	Registro da disciplina facultativa no Histórico Escolar, constando sua aprovação.	Carga horária total das disciplinas cursadas respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos (semanas acadêmicas, semanas de Teatro, ABRACE...).	Certificado de apresentação emitido pela entidade promotora.	10 horas por comunicações ou pôsteres apresentados ou carga horária constante no certificado de participação, respeitando o teto de 80 horas para atividades deste tipo.
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado e certificado do organizador dos anais do evento.	10 horas por publicações em anais, respeitando o teto de 40 horas para atividades deste tipo.
Publicação resumos em anais de eventos científicos.	-Cópia do material publicado e do certificado do organizador dos anais do	05 horas por resumo publicado em anais, respeitando o teto de 20

	evento.	horas para atividades deste tipo.
Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial.	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	30 horas por artigo publicado respeitando o teto de 60 horas para atividades deste tipo.
Publicação de artigos em periódicos de divulgação científica ou de caráter não científica (jornais, revistas...).	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico.	15 horas por artigo publicado, respeitando o teto de 60 horas para atividades deste tipo.
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informacional (divulgação científica) ou didático (livros, CD-ROMs, vídeo exposições)	Cópia do material desenvolvido e certificado do coordenador ou organizador do projeto.	20 horas por material desenvolvido, respeitando o teto de 80 horas para atividades deste tipo.
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições.	Cópia do material desenvolvido e certificado do coordenador ou organizador do projeto.	20 horas por material desenvolvido, respeitando o teto de 80 horas para atividades deste tipo.
Organização ou participação na organização de eventos científicos (semanas acadêmicas, Calourada, semanas de Teatro...)	Certificado de participação emitido pela entidade promotora.	10 horas por evento organizado, respeitando o teto de 40 horas para atividades deste tipo.
Outras atividades de caráter científico ou de divulgação científica. (Sujeito à aprovação do colegiado)	A critério do colegiado do curso.	10 horas por atividade respeitando o teto de 30 horas para atividades deste tipo.

GRUPO 3-ATIVIDADES DE CARÁTER ARTÍSTICO E CULTURAL:

Atividade	Formas de Comprovação	Valor em Horas
Produção ou participação na produção de objetos artísticos (teatro, performance, dança, cultura popular, circo, vídeo, artes plásticas, curadoria, literatura, música...). (Sujeito à aprovação do colegiado)	A critério do colegiado do curso	20 horas por produção, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.
Participação com direção ou atuação em festival de artes cênicas e de cultura popular.	Folder ou Certificado de Participação	30 horas por produção, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Participação técnica em festival de artes cênicas e de cultura popular.	Folder ou Certificado de Participação	20 horas por produção, respeitando o teto de 40 horas para o total de atividades deste tipo.
Participação em oficinas, cursos ou mini-cursos relacionados a manifestação artística e culturais.	Certificado de participação emitido pela entidade promotora e constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 60

		horas para o total de atividades deste tipo.
Outras atividades de caráter artístico ou cultural. (Sujeito à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso.	15 horas por atividade, respeitando o teto de 45 horas para o total de atividades deste tipo.

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE CARÁTER TÉCNICO E EDUCATIVO:

Atividade	Formas de Comprovação	Valor em Horas
Vistas técnicas a museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições voltadas ao enriquecimento cultural e artístico.	Certificado da instituição promotora ou do coordenador do projeto, constando carga horária.	Igual a carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 40 horas para o total de atividades deste tipo.
Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ISSN e política seletiva.	Cópia do material publicado e certificado do editor do periódico	20 horas por material publicado, respeitando o teto de 40 horas para atividades deste tipo
Realização de trabalhos voltados à educação e/ou alfabetização de jovens e adultos. (Sujeitos à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso	À critério do colegiado do curso respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo
Realização de trabalhos voltados à promoção do exercício da cidadania. (Sujeito à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso	A critério do colegiado do curso, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo
Participação em oficinas, cursos ou mini-cursos, relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à profissão teatral, das artes cênicas ou da cultura popular.	Certificado de participação emitido pela entidade promotora constando a carga horária da atividade.	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste tipo
Outras atividades de caráter técnico ou educativo. (Sujeito à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso	10 horas por atividade, respeitando o teto de 30 horas para atividades deste tipo.

GRUPO 5 - VIAGENS

Atividade	Formas de Comprovação	Valor em Horas
Viagens para pesquisa de campo, relacionadas a projetos de pesquisa.	À critério do colegiado do curso	15 horas por atividade, respeitando o teto de

extensão ou complementares a atividades de ensino que não sejam obrigatórias. (Sujeito à aprovação do colegiado)		45 horas para atividades deste tipo.
Excursões promovidas pela UFAL ou pela Coordenação de Teatro, exceto aquelas voltadas à participação em eventos acadêmicos. (Sujeito à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso	15 horas por atividade, respeitando o teto de 45 horas para atividades deste tipo.
Excursões promovidas por outras unidades acadêmicas da UFAL ou por instituições externas. (Sujeito à aprovação do colegiado)	À critério do colegiado do curso	10 horas por atividade, respeitando o teto de 30 horas para atividades deste tipo.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC está institucionalizado através da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005 que em seu Art. 18 afirma: “O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL”.

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC, de 40 horas, e computada para a integralização do Curso.

Nesta perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento, apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias. Tendo como referência a Instrução Normativa Nº2 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas de 27 de setembro de 2013, o Curso de Teatro Licenciatura, através de Instrução Normativa Nº 1/2018, do Colegiado do Curso de Teatro Licenciatura, de 23 de agosto de 2018, estabeleceu as Normas de Trabalho de Conclusão do Curso (anexo).

16. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

O local onde o Curso de Teatro Licenciatura está inserido possui um Laboratório de Informática com 6 computadores conectados à internet no qual os alunos podem ter acesso a sites de busca, plataformas de dados e imagens, bibliotecas virtuais, sendo que poderão também usar os recursos e ferramentas para construção de trabalhos acadêmicos e didáticos.

A implantação de uma plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da Ufal para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação tem sido pontos estruturantes para a transformação das aulas, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a Ufal está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente conectadas e interativas.

A Ufal está atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre a renovação das práticas pedagógicas.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão disponibilizadas por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem como a Plataforma Moodle, de modo que as aulas possam ocorrer de forma não presencial, desde que não ultrapassem 20% da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 1134, de 10 de outubro de 2016, que revoga a Portaria Nº 4059 de 10 de dezembro de 2004.

O uso das TICs por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação e a autonomia durante as atividades acadêmicas. Assim, a Ufal possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

17. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, avaliação é um fator de gestão, pois possibilita a realização de correções, a reorientações de práticas pedagógicas, a reflexão sobre os projetos pedagógicos, a delimitação dos obstáculos administrativos, além de se processar no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino e aprendizagem. Deste modo, ela se explicita de forma clara e objetiva no Projeto Pedagógico de Curso que deverá prever um tempo amplo para o processo de sua autoavaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFAL.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao Projeto Pedagógico como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a Ufal. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino e aprendizagem do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

17.1. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – DBEN, no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do

curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

A avaliação da aprendizagem se fará a partir do que está estabelecido pelo Conselho Universitário - CONSUNI, na Resolução nº 25/2005 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, nos moldes que seguem:

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º da referida Resolução, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10º afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo”.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei nº 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

(a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;

(b) Prova Final (PF), quando for o caso;

(c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2º - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1º - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral

(AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2º - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior.

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1º - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2º - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Ao nível do PPC do curso de Teatro Licenciatura, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

Torna-se importante, portanto, desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do/a estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos e práticos trabalhados no curso.

Além disso, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, de assegurar a implementação de uma educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ao final do curso, o/a estudante deve apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e defendê-lo perante uma banca examinadora, conforme Resolução do Colegiado do curso.

17.2. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso de Teatro Licenciatura implantou três estratégias de auto-avaliação do curso, mantidas neste PPC:

- O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) ampliados, fóruns nos quais toda a comunidade acadêmica do curso Teatro Licenciatura tem direito à voz e ao voto (com exceção dos casos previstos em lei).

- O Espaço Aberto, fórum realizado ao final do semestre letivo no qual são avaliados todos os aspectos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem do período.

- A Plenária, realizada no início de cada semestre letivo, quando a avaliação crítica do Espaço Aberto anterior é problematizada e são propostas ações concretas de superação dos problemas apresentados.

O Curso será avaliado também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com escolas da Educação Básica alagoana, estágios curriculares obrigatórios, empreendimentos culturais e artísticos.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;

2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;

3. Infra-estrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

17.3. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Teatro Licenciatura é realizada por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto-avaliação da Ufal como Comissão de Auto-avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos.

O Curso de Teatro Licenciatura é avaliado anualmente pela citada Comissão e, em caráter permanente, pelos membros do NDE. Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA que coleta dados através de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo da UA ou UE.

Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica através de formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Desta forma, os dados computados são organizados e analisados pela CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso de Teatro Licenciatura implementado com esta proposta é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem - de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias, que possam efetivar a ampla discussão do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Em relação ao NDE, há um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

A avaliação se dará num processo contínuo, investigativo e sistemático, priorizando os processos de ensino e aprendizagem e não somente os produtos finais. A proposta de avaliação adotada pelo Curso de Teatro Licenciatura é a de um instrumento de aperfeiçoamento dos próprios processos que o Projeto Pedagógico do Curso almeja, tendo em vista o desenvolvimento de todos os envolvidos.

18. COLEGIADO DO CURSO DE TEATRO LICENCIATURA

O Colegiado do Curso de Teatro Licenciatura reúne-se ordinariamente em toda primeira quinta-feira do mês, entre 9h30 e 12h, e extraordinariamente sempre que necessário. Funciona de acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas, que em seus artigos 25 e 26, estabelece como objetivo do Colegiado de Curso de Graduação coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente (Vice-Coordenador), escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V. exercer outras atribuições compatíveis.

19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010, a Ufal instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação, os Núcleos Docentes Estruturantes em conformidade com as especificações legais.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é uma instância consultiva, constituído por 5 (cinco) docentes, escolhido pelo Colegiado entre os docentes que ministram aulas do curso, com mandato de 3 (três) anos, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

O NDE do Curso de Teatro Licenciatura da UFAL reúne-se ordinariamente toda terceira quinta-feira do mês, entre 9h30 e 12h00, e extraordinariamente sempre que necessário. É o responsável pela concepção e redação deste Projeto Pedagógico para o qual fará o acompanhamento de sua implantação pelo Colegiado do curso. Faz parte de suas atribuições realizar, quando necessárias, indicações de mudanças e encaminhamentos pedagógicos durante a consolidação deste PPC, tornando-se, desta forma, sua instância avaliadora permanente.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante – NDE:

I – propor a formulação ou a reformulação do Projeto Pedagógico do curso para apreciação e aprovação pelo respectivo colegiado e, posteriormente, pelo Conselho Superior da Ufal;

II – estabelecer parâmetros de resultados a serem alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa;

III – apreciar e encaminhar para homologação do Colegiado e das instâncias deliberativas superiores e competentes, projetos de Pesquisa, de cursos de Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* e de cursos e/ou atividades de Extensão, com vista a tornar efetiva a aplicação, no âmbito da Unidade, do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV – acompanhar e avaliar a implantação e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, propondo as alterações necessárias à sua melhor consecução;

V – emitir, sempre que solicitado pelo Colegiado do Curso, pareceres sobre as propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;

VI –participar da elaboração do Plano Anual de Trabalho do Curso a ser apreciado pelo Colegiado e aprovado pelos órgãos competentes da Ufal, bem como acompanhar sua execução;

VII – recomendar as diretrizes dos programas das disciplinas do Curso de Graduação e suas respectivas ementas, encaminhando ao Coordenador do Curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;

VIII – participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso;

IX – coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros insumos necessários ao Curso;

X – acompanhar as ações de assistências estudantis nos seus diversos programas ofertados pelas instâncias superiores;

XI – contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

XII – exercer as demais funções que lhe são explícitas ou implicitamente conferidas pelo Regimento Geral da Ufal e do Curso e de outras legislações e regulamentos a que se subordine.

20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DO CURSO

20.1. POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a Ufal, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5.707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor:

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das 71 ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p. 71).

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT, promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor – PASS, baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções. Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior – PROFORD, que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

No curso de Teatro Licenciatura, a política de valorização do docente e técnicos administrativos, se manifesta pelo incentivo na participação de cursos de capacitação administrativa e de gestão, assim como de programas de qualidade de vida, ofertados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP. Anualmente, o Colegiado do curso organiza a distribuição das verbas direcionadas a passagens e diárias para a participação dos docentes em Congressos e Simpósios Nacionais, assim como, incentiva a participação dos docentes nos processos de seleção para publicação em editais da Editora da Ufal – Edufal e demais editoras.

20.2. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de

Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a Ufal tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- Apoio pedagógico: buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- Estímulo à permanência: atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

- Apoio financeiro: disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

- Organização estudantil: ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

- Plano de acompanhamento do assistido: proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios. O curso de Teatro Licenciatura, em consonância com o compromisso social da Universidade Federal de Alagoas, recebe a cada ano, alunos cotistas oriundos da população afrodescendente e de escolas públicas de Alagoas bem como de outros estados do Brasil. Esta iniciativa faz parte do Programa de Ações Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior da Ufal, com o objetivo de minimizar e/ou eliminar as desigualdades sociais históricas. De acordo com o Decreto nº 5.296/05 que regulamenta as Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Curso de Teatro Licenciatura está inserido em um espaço físico reorganizado para atender os Cursos de Artes da Ufal. Apesar deste local possuir algumas estruturas que possibilitam a acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção como rampas e elevador, faz-se necessário a continuidade das adequações para atender a todos os tipos de deficiência. Como política de permanência do discente na Universidade, o Curso de Teatro Licenciatura direciona seus alunos aos Programas de Bolsa Permanência, ofertados pela Pró-Reitoria Estudantil, que são destinados àqueles com maior vulnerabilidade social. Outros caminhos para a oferta de bolsas para os discentes são realizados através dos Projetos de Extensão, da oferta de bolsas de Monitoria, dos Programas de Iniciação a Docência e de Iniciação Científica. Outro incentivo aos discentes está relacionado à orientação e apoio nos processos de seleção para os Intercâmbios Internacionais e de Mobilidade Acadêmica.

21. CONDIÇÕES PARA VIABILIZAÇÃO DO CURSO

21.1. RECURSOS HUMANOS

O Curso Teatro Licenciatura conta com onze professores lotados no ICHCA e que respondem por todos os encargos didáticos referentes às disciplinas específicas da linguagem teatral atualmente: Prof. Dr. Antonio Lopes Neto, Prof. Msc. Francisco Rogers Cavalcanti Ayres, Prof. Dr. Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos, Prof. Dr. José Acioli da Silva Filho, Profa. Dra. Telma César Cavalcanti, Prof. Dr. Marcelo Gianini, Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho, Prof. Msc. Ronaldo de Andrade Silva, Prof. Msc. Washington Monteiro da Anunciação, Profa. Dra. Ana Flavia de Andrade Ferraz e Profa. Dra. Lara Barbosa Couto. É importante salientar que o curso conta também com docentes designados pelo Centro de Educação (CEDU) e pela Faculdade de Letras (FALE), responsáveis pelas disciplinas do tronco comum das Licenciaturas da Ufal, e pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS). O curso conta com os Técnicos Administrativos Sonia Maria Nascimento e Celso Antonio de Melo Araújo.

21.2. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

O Curso de Teatro Licenciatura desenvolve suas atividades no espaço físico do Espaço Cultural Salomão de Barros Lima (antiga reitoria), Localizado na Praça Visconde de Sinimbu, 206 – Centro. Sendo uma extensão do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ICHCA, no Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Todo o espaço físico disponibilizado é compartilhado com os Cursos de Licenciatura: Dança e Música, com espaços destinados às atividades pedagógicas (salas de aula, auditório, laboratório de informática, laboratório de corpo, laboratório de encenação, laboratório de cenografia e figurinos), administrativas (secretaria e coordenação), e também, uma biblioteca setorial.

Está prevista para maio de 2019 a ocupação do antigo prédio do ICS (anexo ao prédio do ICHCA) pelo Curso de Teatro Licenciatura, quando também terá acesso, de forma compartilhada com o curso de Licenciatura em Dança, aos seguintes espaços: Sala de Coordenação, Sala de Professores, Sala de Reuniões, Sala do Centro Acadêmico do Teatro, dois Laboratórios de Corpo, Laboratório de Encenação e Iluminação, Laboratório de Figurinos e Cenografia e quatro salas de aula teóricas. A Coordenação do curso de Teatro, o Colegiado e o NDE estão no processo de elaboração das normas de funcionamento e segurança de cada um dos laboratórios do curso.

21.3. LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS

As atividades que serão desenvolvidas pelo curso de Teatro Licenciatura da UFAL nos espaços do novo prédio das artes:

LABORATÓRIO DE ENCENAÇÃO:

- **objetivo:** aulas de encenação, interpretação, corpo e iluminação; projetos de extensão em iniciação teatral; projetos de pesquisa.

- **atividades acadêmicas:** Ensino: aulas na área Poéticas da Cena (Fundamentos da Encenação, Atuação 1 e 2, Iluminação), da área Poéticas do Corpo (Circo e afins, Estudos do Movimento), do Eixo Pedagogias (teatro Educação, Pedagogia das Máscaras), das Práticas Pedagógicas; Extensão: apresentações públicas da produção cênica dos cursos de arte da UFAL; Pesquisa: manifestações cênicas da cultura de tradição popular alagoana.

LABORATÓRIO DE FIGURINO/CENOGRAFIA:

- **objetivo:** Espaço para criação, reforma, aulas e acervo.

- **atividades acadêmicas:** Ensino: aulas da área Visualidades Cênicas (Figurino, Cenografia); área Poéticas da Cena (Teatro de Animação); Pesquisa: confecção e estudo de máscaras da cultura de tradição popular alagoana; Extensão: Indumentária, adereços e objetos cenográficos da cultura de tradição alagoana.

LABORATÓRIO DE CORPO:

- **objetivo:** espaço para aulas e treino dos alunos, além de servir para ensaios e desenvolvimentos de projetos de extensão e pós.

- **atividades acadêmicas:** Ensino: aulas da área Poéticas do Corpo (Estudos do Movimento 1,2,3 e 4, Circo, Danças Brasileiras, Danças da Tradição Popular Alagoana); Extensão: Danças da Tradição Popular Alagoana; Pesquisa: manifestações da cultura popular alagoana.

SALAS PARA AULAS TEÓRICAS (04):

- **objetivo:** aulas teóricas e sala de estudo.

- **atividades acadêmicas:** Ensino: aulas da área História e Crítica (Literatura Dramática 1, 2, 3 e 4, História da Arte 1 e 2, Teatro Brasileiro, Teatro em Alagoas, Estética Teatral), do Eixo Pedagogias (disciplinas do tronco comum das Licenciaturas – Ufal); Extensão: projetos relativos às áreas Pedagogias e História e Crítica; Pesquisa: aulas, seminários.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS:

- **objetivo:** espaço para aulas e treino dos alunos, além de servir para ensaios e desenvolvimentos de projetos de extensão e pós.

- **atividades acadêmicas:** Ensino: aulas do Eixo Pedagogias (Teatro Educação, Pedagogia das Máscaras), da área Poéticas da Cena (Atuação 1 e 2), das Práticas Pedagógicas; Extensão: projetos de mediação com as culturas de tradição popular alagoana; Pesquisa: a arte dos brincantes.

22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR

NÚCLEO 1: CONTEÚDOS BÁSICOS

HISTÓRIA E CRÍTICA

LITERATURA DRAMÁTICA 1

Ementa: Estudo dos gêneros literários e das relações entre literatura e teatro; instrumentalização para a leitura e a análise de textos.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Poética**. S. Paulo: Ars Poética, 1993.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro Grego: Tragédia e Comédia**. Petrópolis: Vozes, 2001 (8ª ed.)

VERNANT, Jean-Pierre, VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2011 (2ª ed.).

Bibliografia complementar:

ÉSQUILO. **Oréstia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

EURÍPIDES. **Medeia; Hipólito; As Troianas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate *et al.* **O teatro através da história – O Teatro Ocidental**. (Volume 1). Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011 (3ª ed.).

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LITERATURA DRAMÁTICA 2

Ementa: Estudo das relações entre literatura e teatro; Instrumentalização para leitura e análise de textos.

Bibliografia básica:

ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 2010 (7ª ed.).

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia complementar:

ARISTOFANES. (Tradução, Mário da Gama Kury). **A greve do sexo (Lisístrata); A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MENANDRO. **O Díscolo**. (Tradução, Maria de Fátima Sousa e Silva). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

PLAUTO. (Tradução, Jaime Bruna). **Comédias**. São Paulo: CULTRIX, 1978.

LITERATURA DRAMÁTICA 3

Ementa: Conhecimento das correntes literárias e leitura crítica, vertical, de obras da literatura dramática, situando-as no tempo, no espaço e no momento de produção de seu autor.

Bibliografia básica:

- GASSNER, John. *Mestres do teatro I*. (Tradução, Alberto Guzik; J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2011 (3ª ed.).
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HELIODORA, Bárbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 2009 (2ª ed.).

Bibliografia complementar:

- MOLIÈRE. *Teatro Escolhido*. (2 volumes). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- RACINE, Jean. *Fedra; Ester; Atália*. (Tradução, Jenny Klabin Segall). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROUBINE, Jean-Jacques. *Introdução às grandes teorias do teatro*. (Tradução, André Telles). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- SHAKESPEARE, William. *Otelo*. (Tradução, Onestaldo de Pennafort). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- VEGA, Lope de. *Fuenteovejuna*. (Tradução, Mário Lago). Edição mimeografada.

LITERATURA DRAMÁTICA 4

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

- BENDER, Ivo C. *Comédia e riso: uma poética do teatro cômico*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDPUCRS, 1996.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MAGALDI, Sábato. *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo: Perspectiva, 2010 (2ª ed.).

Bibliografia complementar:

- BRECHT, Bertolt. *Teatro Completo em 12 volumes*. (Tradução, Fernando Peixoto, Willi Bolle, Geir Campos). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FASSBINDER, Rainer Werner. *As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant*. Lisboa: Cotovia, 1999.
- GOGOL. *O Inspetor Geral*. (Tradução, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri). Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d.
- GOLDONI, Carlo. *Arlequim, Servidor de dois amos*. (Tradução, Elvira Rina Malerbi Ricci). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- IBSEN, Henrik. *Casa de Bonecas*. (Tradução, Cecil Thiré). São Paulo: Nova Cultural, 2003.

HISTORIA DO TEATRO 1

Ementa: O estudo sobre os fatos que marcam a necessidade e formas de realização da arte do teatro, tomando como referências notáveis dinâmicas culturais nacionais, com ênfase no teatro europeu e no teatro africano, das origens à Idade Média.

Bibliografia básica:

- ARAÚJO, Nelson. *História do Teatro*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1991.
- BORBA FILHO, Hermilo. *História do espetáculo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1968.
- BRANDÃO, Junito. *Teatro Grego: tragédia e comédia*. Ed. Vozes. 1985.
- CARLSON, Marvin. *Teorias do Teatro: estudo histórico crítico, dos gregos à atualidade*. São Paulo: Unesp, 1995.
- GASSNER, J. *Mestres do teatro I*. Trad. A. G. e J. Guinsburg. Ed. Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- CIVITA, VICTOR, *Teatro Vivo, Introdução e História*. – Ed. Abril Cultural, 1976
- HELIODORA, Barbara. *Caminhos do teatro ocidental*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2013.
- HUBERT, Marie-Claude. Trad. Eduardo Brandão. *As grandes teorias do teatro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2013.
- MARGOT, Berthold. *Historia Mundial do Teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2000.
- MOUSSINAC, Léon. *História do Teatro*. Lisboa: Bertrand, 1957.
- SENA, Jorge de. *Do teatro em Portugal*. Lisboa-Portugal: Edições 70 Lda., 1988.
- VAZ, Carlos. *Para um conhecimento do teatro africano*. Lisboa – Portugal: Edição e distribuição do autor. 1978.

Bibliografia complementar:

- BENTLEY, Eric. *A experiência viva do teatro*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- GIROUX, Sakae M. e SUZUKI, Tae. *Bunraku: um teatro de bonecos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- GIROUX, Sakae M. *Zeami: cena e pensamento nô*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1991.
- MACGOWAN, K. , MELNITZ, W. *Las edades de oro del teatro*. México, Fondo de Cultura Económica –1985.
- REBELLO, Luis Francisco. *História do teatro português*. Mira-Sintra-Mem Martins, Portugal: Gráfica Europam, Lda., 1967.
- REBELLO, Luis Francisco. *O primitivo teatro português*. Venda Nova – Amadora, Portugal: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1977.

HISTORIA DO TEATRO 2

Ementa: O estudo sobre os fatos que marcam a realização da arte do teatro, tomando como referências notáveis dinâmicas culturais nacionais, com ênfase no teatro europeu e no teatro africano, do Renascimento à contemporaneidade.

Bibliografia básica:

- GASSNER, J. *Mestres do teatro II*. Trad. A. G. e J. Guinsburg. São Paulo: Ed. Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- MARGOT, Berthold. *Historia Mundial do Teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2000.
- MIRALLES, ALBERTO, *Novos Rumos de Teatro*. – Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979

- PAVIS, Patrice. **Dicionário do teatro** (Trad. para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira). Ed. : Perspectiva. 1999.
- PRONKO, Leonard C. **Teatro: Leste & Oeste**. Ed. Perspectiva, 1996.
- ROBERTO FARIA, JOÃO, **O Teatro na Estante**. Ed. Ateliê Editorial, 1998
- REIS, Demian Moreira. **Caçadores de Risos – o maravilhoso mundo da palhaçaria**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno (1880-1950)**. Ed. Cosac & Naify, 2001.
- USCATESCU, George. **Teatro Occidental Contemporaneo**. Madrid – Espanha: Edições Guadarrama, 1968.

Bibliografia complementar:

- ABEL, Lionel. **Metateatro – uma visão nova da forma dramática**. Trad. de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- APPIA, Adolphe. **A obra de arte viva**. Trad. de Redondo Junior. Lisboa – Portugal: Editora Arcádia, s.d.
- ARTAUD, Antonin. **O teatro e seu duplo**. Trad. de Teixeira Coelho. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda., 1984.
- BENTLEY, Eric. **A experiência viva do teatro**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- BRECHT, BERTOLD, **Estudos Sobre Teatro**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1978.
- BROOK, Peter. **El espacio vacío – arte y técnica del teatro**. Traducción de Ramon Gil Novales. Barcelona – Espanha: Diagrafic s/a – Ediciones Península, 1986.
- BRUSTEIN, Robert. **O teatro de protesto**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro & pensamento**. Trad. Karen Astrid Müller e Silvana Garcia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.
- DOWNER, ALAN S. (Org.). **O teatro norte-americano de hoje**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.
- DUVIGNAUD, Jean. **Sociologia Del teatro – ensayo sobre las sombras colectivas**. México, Editora Fondo de Cultura Económica, 1966.
- ESSLIN, Martin. **O teatro do absurdo**. Trad. de Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- GUINSBURG, J. **Stanislavski, Meierhold & Cia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GROTOVSKI, Jerzy. **Em busca de um teatro pobre**. Trad. de Aldomar Conrado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- LAFFITTE, Sophie. **Tchekov**. Trad. de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- PEIXOTO, Fernando. **Brecht vida e obra**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1991.
- PRONKO, Leonard C. **Teatro: Leste & Oeste**. Trad. Jacó Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- RIPELLINO, A.M. **Maiakovski e o teatro de vanguarda**. Trad. de Sebastião Uchoa. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1986.
- STANISLAVSKI, Konstantin. S. **Minha vida na arte**. Trad. de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1989.
- SANS, José María Monner. **Introducción al teatro Del siglo XX**. Buenos Aires – Argentina: Editorial Columba S.A.C.I., 1958.

TEATRO BRASILEIRO

Ementa: As diversas formas de manifestações de teatro e teatrais. Os protótipos europeus, africanos, indígenas brasileiros e suas configurações no fazer teatral brasileiro, do Século XVI aos dias atuais.

Bibliografia básica:

- ARAÚJO, Nelson. *História do teatro*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1991.
- BORBA FILHO, Hermilo. *Historia do Teatro*. 1951.
- CACCIAGLIA, Mario. *Pequena história do teatro no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo. 1980.
- CAFEZEIRO, Edwaldo. *Historia do Teatro Brasileiro*. Ed UFRJ-FUNARTE. 1996.
- DORIA, Gustavo Alberto Acioli, *Moderno teatro brasileiro*. 1975.
- GARCIA, Silvana (Org.) *Odisséia do teatro brasileiro*. São Paulo: SENAC, 2002.
- HESSEL, Lothar. RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil, sob Dom Pedro II*. 1ª e 2ª partes. Porto Alegre: Ed. UFRGS-IEL, 1979.
- PRADO, Décio de Almeida. *Historia Concisa do Teatro Brasileiro*. São Paulo: Ed EDUSP. 1999.
- PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- RUIZ, Roberto. *O Teatro de Revista no Brasil: Das origens à Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: INACEN, 1988.
- SOUZA, José Galante de, *O teatro no Brasil*, 2 vol. Rio de Janeiro: 1960.

Bibliografia complementar:

- AGUIAR, Teresa. *O teatro no interior paulista. Do TEC ao Rotunda, um ato de amor*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor. 1992.
- AMARAL, Ana Maria . *Teatro de Bonecos no Brasil e em São Paulo de 1940 a 1980*. São Paulo: Com.Arte, 1994.
- ANCHIETA. P. Joseph de. *O teatro de Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BORBA FILHO, Hermilo. *Espetáculos Populares do Nordeste*. Recife: Editora Massagana, 2007.
- BUCHALSKI, Simão. *Memórias da minha juventude e do teatro Ídiche no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). *Arte em Alagoas: algumas reflexões*. Maceió: Edufal, 2013.
- CARVALHEIRA, Luiz Maurício Britto. *Por um teatro do povo e da terra: Hermilo Borba Filho e o Teatro do Estudante de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986.
- COSTA, Marta Morais da; ALVETTI, Celina; LACERDA, Maria Thereza B.; FRANCIOSI, Eddy. *Teatro no Paraná*. Rio de Janeiro: INACEN, 1986.
- COSTA, Cristina. *Censura em cena: teatro e censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; FAPESP; IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006.
- DUARTE, Abelardo. *Autores Alagoanos & Peças Teatrais*. Maceió: FUNTED, 1980.
- FERRAZ, Leidson. DOURADO, Rodrigo. JUNIOR, Wellington (Orgs.). *Memórias da cena pernambucana 01*. Recife: Editora dos Autores, 2005.
- FRAGA, Eudinyr. *O simbolismo no teatro brasileiro*. São Paulo: Art & Tec, 1992.
- GUILHERME, Ricardo. *História do Teatro (1880-1910)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.
- HESSEL, Lothar. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- HONÓRIO, Erotilde (Org.) *História do teatro no Ceará através de grupos e companhias (1967-1997)*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto; Bureau de Artes Cênicas do Ceará; Theatro José de Alencar, 2002.

- KAUFMAN, Tânia Neumann. **Arte Cênica em Pernambuco: âncora e plataformas da identidade judaica: a dramaturgia judaica em Pernambuco**. Recife: CEPE, 2008.
- KÜHNER, Maria Helena. **Teatro Amador: Radiografia de uma realidade-1974-1986**. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.
- LEÃO, Raimundo Matos de. **Abertura para outra cena: o moderno teatro na Bahia**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos: EDUFBA, 2006.
- LIMA JUNIOR, Félix. **História dos teatros de Maceió**. Maceió: DAC/SENEC, 1961.
- LINS, Ronaldo Lima. **O teatro de Nelson Rodrigues – uma realidade em agonia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- LOTT, Alcides Moura. **Teatro em Mato Grosso: veículo da dominação colonial**. Brasília: Brasiliiana, 1987.
- MACHADO, Lúcia. **A modernidade no Teatro (Ali e Aqui) Reflexos Estilhaçados**. Recife: Ed. do Autor, 2009.
- MACHADO, Maria Clara. **Maria Clara Machado eu e o teatro**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.
- MAGALDI, Sábato, VARGAS, Maria Thereza. **Cem anos de Teatro em São Paulo(1875-1974)**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- MALUF, Sheila Diab. TOMAZ, Jerzuí Mendes Torres. **O legado de Nelson Rodrigues – reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MICHALSKI, Yan. **Ziembinski e o Teatro brasileiro**. São Paulo: Hucitec, MEC/FUNARTE, 1995.
- MICHALSKI, Yan. **O teatro sob pressão: uma frente de resistência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- MICHALSKI, Yan. TROTТА, Rosyane. **Teatro e Estado: as Companhias Oficiais de Teatro no Brasil: História e polêmica : Comédia Brasileira (1940-1945); Companhia Dramática Nacional (1953-1954); Teatro Nacional de Comédia (1956-1967)**. Rio de Janeiro: Editora HUCITEC – IBAC, 1992.
- MOSTAÇO, Edelcio. **O espetáculo autoritário: pontos, riscos, fragmentos críticos**. São Paulo: Proposta Editorial Ltda., 1983.
- NONATO, Raimundo. **Aspectos do teatro em Mossoró**. Rio de Janeiro: SNT, 1967.
- PONTES, Joel. **O teatro moderno em Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1990.
- PRADO, Décio de Almeida. **Ensaio 108: João Caetano e a Arte do Ator**. São Paulo: Ática, 1984.
- SILVA, Armando Sérgio da. **Uma oficina de atores – a Escola de Arte Dramática de Alfredo Mesquita**. São Paulo: Edusp, 1987.
- SILVA, Armando Sérgio da. **Do teatro ao te-ato**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- RUIZ, Roberto. **Hoje tem espetáculo ? – As origens do Circo no Brasil**. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.
- SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. **As noites do Ginásio: Teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

TEATRO EM ALAGOAS

Ementa: Situar o estudante no universo das formas de teatro praticadas no território alagoano considerando as diversas etapas de evolução política até 1817 e de então durante o Reino, o Império e todo período republicano, em seus aspectos “popular” e “erudito”.

Bibliografia básica:

ANDRADE, Ronaldo de, BRANDÃO, Izabel (Orgs.). **O teatro & Linda Mascarenhas: amadores em Maceió**. Maceió: Edufal, 2011.

- ARAÚJO, Sandro Gama de (Org.) *Theatro Deodoro 100 anos de arte*. Maceió: Grafmarques, 2010.
- AZEVEDO, João (Org.) *Senador Guilherme Palmeira: Alagoanos sempre lembrados: Tavares Bastos, Jaime de Altavila, Linda Mascarenhas*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1996.
- CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). *Arte em Alagoas: algumas reflexões*. Maceió: Edufal, 2013.
- DUARTE, Abelardo. *Autores Alagoanos & Peças Teatrais*. Maceió: FUNTED, 1980.
- LIMA JUNIOR, Félix. *História dos teatros de Maceió*. Maceió: DAC/SENEC, 1961.

Bibliografia complementar:

- BRANDÃO, Théo. *O reisado alagoano*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- COSTA, João Craveiro. *A instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios*. Maceió: EDUFAL, 2011.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *O engenho de açúcar no Nordeste: documentário da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Ciclos temáticos na literatura de cordel*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2012.
- DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação*. Maceió: EDUFAL, 2010.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Maceió: EDUFAL, 2008.
- VASCONCELOS FILHO, Marcos. *Manuel Diéguas Junior o regional e o cultural*. São Paulo: Intermeios, 2012.

Revistas:

- Teatro Contemporâneo. Maceió: (1-2), 1961-1963.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Vol. 50, Maceió, 2013.
- Revista Mocidade. Maceió, 1943-1957.
- Boletim Alagoano do Folclore – José Aloísio Vilela, em memória. Nº1. Maceió: Comissão Alagoana do Folclore, 1977
- Debates de História Regional nº01 – 1992. Revista do Departamento de História da UFAL. Maceió: EDUFAL, 1992.
- Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos. Maceió: UFAL, 1979

ANTROPOLOGIA DA ARTE

Ementa: O fenômeno artístico fora do eixo do primeiro mundo. Pré-história e etnologia das Américas. Teorias e métodos da antropologia da arte em relação à região da América Latina. Arte afro-brasileira. Arte africana, arte asiática e da Oceania. Arte indígena brasileira. Teorias e métodos em antropologia da arte. Colonialismo cultural.

Bibliografia básica:

- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.
- LAYTON, Robert. *Antropologia da Arte*. Ed. 70. 2001.
- LANGER, Susanne. *Sentimento e Forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Bibliografia complementar:

- BRANDÃO, Téo. *Reisados e Guerreiros*. Instituto Histórico de Alagoas, 1946.
- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

- LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1957.
- RADCLIFFE-BROWN, A. **Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas**. São Paulo: 70, 1979.

ARTE E SOCIEDADE

Ementa: Estudo de relações possíveis entre arte, filosofia e contexto social. As relações entre a Educação e as manifestações culturais de tradição popular, a indústria cultural e a arte erudita/acadêmica. Conceituação de Arte, Cultura, *performance* e patrimônio imaterial. Reflexão sobre a identidade expressiva do brasileiro. Teorias e métodos de pesquisa em Arte, Cultura e Etnicidade.

Bibliografia básica:

- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições70, 2009 (3ª ed.).
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- STRINATI, Dominic. **Cultura popular uma introdução**. São Paulo: Hedra, 1999.

Bibliografia complementar:

- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Magia e técnica, arte e poética**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORBA FILHO, Hermilo. **Espectáculos populares do Nordeste**. Recife, Massangana, 2007 (2ª ed.).
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
- EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. Trad. J.L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.

HISTÓRIA DA ARTE 1

Ementa: Estudo, análise e vivência da produção nas grandes artes no mundo. Do período da Pré-História ao período da Arte da Idade Contemporânea, abordando os ícones representativos da pintura, escultura e arquitetura, do estilo e seus contextos históricos, culturais, artísticos e estéticos e suas correlações com a linguagem do Teatro e Educação.

Bibliografia básica:

- CAROL, STRICKLAND e BOSWELL, John. **Arte Comentada – da Pré-História ao Pós-Moderno**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1999.
- BASIN, Germain. **História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- JANSON, H.W. **História da Arte**. Lisboa: Calouste Gubelkian, 10994.
- PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Bibliografia complementar:

- BARILLI, Renato. **Art Nouveau**. São Paulo: Martins Fontes, 1991
- GOMBRICH, E.H. **História da Arte**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

HOUSER, A. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 2002.

RAMIREZ, Juan Antonio. *História del arte*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

HISTÓRIA DA ARTE 2

Ementa: Estudo, análise e vivência da produção nas grandes artes no mundo. Do final do século XIX, suas rupturas e a nova visão estética, à atualidade. Abordagem dos ícones representativos da pintura, escultura e arquitetura, do estilo e seus contextos históricos, culturais, artísticos e estéticos. A Arte Brasileira através dos tempos e a Arte em Alagoas. Suas correlações com a linguagem do Teatro e Educação.

Bibliografia básica:

FUSCO, Renato de. *Arte Contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GULLAR, Ferreira. *Etapas da Arte Contemporânea*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto.

MANGE, Mrielyn Diggs. *Arte brasileira para criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Bibliografia complementar:

CHIARELLI, Tadeu. *Arte Internacional Brasileira*. São Paulo: Lemos editorial, 1999.

LUCIE-SMITH, Edward. *Movimentos artísticos desde 1945*. Barcelona: Ediciones Destino, 1995.

PROENÇA, Graça. *História da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Ementa: Elaboração de projetos experimentais em artes cênicas; normas da ABNT; identificação de objetivos, hipóteses, métodos, instrumentos e ferramentas de pesquisa; produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer na universidade.

Bibliografia Básica:

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana.

Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.

Maceió. EDUFAL, 2010.

CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. *Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação*. 2ª ed. Niterói/RJ: Intertexto, 2004.

Bibliografia complementar:

BRANDÃO, Z. (org.) *A crise dos paradigmas e educação*. São Paulo: Cortez, 1994

LAVILLE, C. e DIONNE, J. *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói; COSMA, José; BAPTISTA, Naidison. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 2012.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

POÉTICAS DO CORPO

ESTUDOS DO MOVIMENTO 1

Ementa: A organização do corpo em movimento a partir da perspectiva da educação somática. Ações corporais e movimento estruturado. Corpo e criatividade.

Bibliografia básica:

CALAIS-GERMAN, Blandine. *Anatomia para o movimento V.1: introdução a análise das técnicas corporais*. São Paulo: Manole, 2010.

FERNANDES, Ciane. *O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas*. São Paulo: Annablume, 2006.

FORTIN, Sylvie. Educação somática: Novo ingrediente da formação em dança. *Cadernos do GIP-CIT*, Salvador, n. 2, p.40-55 fev.1999.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, M. Sonia. *O papel do corpo no corpo do ator*. São Paulo: Perspectiva, 2012 (2ª ed.).

CALAIS-GERMAN, Blandine. *Anatomia para o movimento V.2: bases de exercícios*. São Paulo: Manole, 2010.

RENGEL, Lenira. *Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências*. São Paulo: Annablume, 2008.

MILLER, Jussara. *A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna*. São Paulo: Summus, 2007.

RASCH, J. Philippe & BURKE, Roger K. *Cinesiologia e Anatomia aplicada: a ciência do movimento humano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ESTUDOS DO MOVIMENTO 2

Ementa: O espaço como categoria para a exploração criativa do movimento. As noções de orientação espacial e a ação cênica.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Ciane. *O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas*. São Paulo: Annablume, 2006.

LABAN, Rudolf. *Dança Educativa Moderna*. São Paulo: Ícone, 1990.

MIRANDA, Regina. *Corpo-espaço: aspectos de uma geofilosofia do corpo em movimento*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

Bibliografia complementar:

DANTAS, Monica. *Dança o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MOMESON & PETRELA (org). *Reflexões sobre Laban, o mestre do movimento*. São Paulo: Summus, 2006.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011 (28ª ed.).

PAIXÃO, Paulo. *E é pra dança perder o juízo?* In *Humus 2*. Caxias do Sul: Itaú cultural, 2007.

SCHULMANN, Nathalie. Da prática do jogo ao domínio do gesto. In *Lições de Dança 1*. Rio de Janeiro: UniverCidade. (sem referência ao ano de publicação).

ESTUDOS DO MOVIMENTO 3

Ementa: A expressividade como categoria para exploração criativa do movimento. O tônus muscular, o ritmo e o desenho do movimento no espaço como elementos constitutivos da expressividade.

Bibliografia básica:

- BONFITTO, Matteo. **O ator compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislávski a Barba**. São Paulo: Perspectiva, 2013 (3ª ed.).
- FERNANDES, Ciane. **O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Annablume. 2006.
- LABAN, Rudolf. **O domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1987.

Bibliografia complementar:

- AZEVEDO, M. Sonia. **O papel do corpo no corpo do ator**. São Paulo: Perspectiva, 2012 (2ª ed.).
- HERCÓLES, Rosa. *Corpo e dramaturgia*. In **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.
- LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MACHADO, Mª. A. A. Pinheiro. *Corpo do ator e comunicação*. In **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011 (28ª ed.).

VOZ EM CENA

Ementa: Conscientização das possibilidades e treinamento da voz: projeção, ressonância, modulação, elasticidade, agilidade, ritmo e utilização de tais conceitos nos processos ensino-aprendizagem. Estudo da anatomia e fisiologia corporal/vocal. Conscientização e orientação sobre saúde vocal, ênfase na prevenção primária e secundária. Análise, execução e domínio de exercícios corporais e vocais, individuais e em grupo, aplicados ao teatro. Adequação da voz ao espaço cênico. Voz e o uso e abuso de drogas.

Bibliografia básica:

- GAYOTTO, L.H. **Voz, partitura e ação**. São Paulo: Summus, 1997.
- GROTOVSKI, J. & FLASZEN, L. **O Teatro Laboratório de Jerzy Grotovski 1959-1969**, Ed. SESC/Perspectiva, São Paulo, 2010.
- QUINTERO, Eudósia Acuña. **Estética da voz: uma voz para o ator**. São Paulo: Summus, 1989.

Bibliografia complementar:

- BEUTTENMULLER, Maria da Glorinha e LAPORT, Nelly. **Expressão vocal e expressão corporal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974.
- BARBA, E. & SAVARESE, N. **A Arte Secreta do Ator**. Um Dicionário de Antropologia Teatral. HUCITEC/UNICAMP, E Realizações, São Paulo, 2012.
- FORTUNA, Marlene. **A performance da oralidade teatral**. São Paulo: Annablume, 2000.
- MOLIK, Z. **O Trabalho de Voz e Corpo de Zygmunt Molik: O Legado de Jerzy Grotovski**. Ed. E Realizações, São Paulo, 2012.

QUINTEIRO, E.A. – *Estética da voz para o teatro e a vida*. Carapicuíba: Pró-fono, 1995.

VISUALIDADES CÊNICAS

FUNDAMENTOS DA CENOGRAFIA

Ementa: Fundamentos da cenografia. Estudo dos espaços cênicos e da arquitetura teatral. Funções e relações da cenografia no espetáculo cênico. Noções sobre técnicas de elaboração de cenários e exercícios práticos.

Bibliografia básica:

- ANCHIETA, José (Costa). *Auleum*. São Paulo: A Books. 2002
- ARISTÓFANES. *As Aves*. São Paulo: Hucitec. 2000
- BARSANTE, Cássio Emmanuel. *Santa Rosa em Cena*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas. 1982.
- BERTOLD, M. *História Mundial do teatro*. São Paulo. Perspectiva. 2001
- BROCKETT, Oscar G. *History of the theatre*. Seventh edition. Massachusetts, EUA. Allyn end Bacon. 1995
- BROOK, P. *A Porta aberta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995
- CRAIG, Gordon, *Da Arte do Teatro*. Ed. Arcádia, Lisboa.
- GARCIA, Clóvis. *Evolução do Espaço Cênico Ocidental in Catálogo da XX Bienal Internacional de São Paulo*. SESC. São Paulo. 1996
- GUERRA, Lisette; ADRIANA, Leite. *Figurino: uma experiência na televisão*. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- GUINSBURG, Jacó, *Da Cena em Cena*. São Paulo. Perspectiva, 2001.
- JÚNIOR, Redondo (org). *O Teatro e sua estética*, Lisboa. Arcádia. S.d.
- KATS, Renina; HAMBURGER, Amélia (org.) *Flávio Império*. São Paulo. EDUSP. Coleção Artistas Brasileiros 13. 1999.
- MANTOVANI, A, *Cenografia*. São Paulo: Ática. 1989.
- PAVIS, Patrice. *A Análise dos Espetáculos*. São Paulo. Perspectiva. 2003.
- _____. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva. 1999.
- RATTO, G *Antitratado de Cenografia*. Editora SENAC. São Paulo. 2000
- ROUBINE, J.J. *Os Instrumentos do Espetáculo in A Linguagem da Encenação Teatral*. Rio de Janeiro. Zahar. 1982. pág. 105-145
- SERRONI, J. C. *Teatros: uma memória do espaço cênico no Brasil*. São Paulo. SENAC. 2002
- SOARES, Carmela C. *A Criação das Pequenas Formas na Sala de Aula*. In Anais do SOUZA, Newton de. *A roda, a engrenagem e a moeda: vanguarda e espaço cênico no teatro de Victor Garcia no Brasil*. São Paulo. Editora UNESP. 2003.
- SPOLIN, V. *O jogo Teatral no Livro do Diretor*. São Paulo. Perspectiva. 1999.
- TRAGTENBERG, Livio. *Música de cena*. São Paulo: FAPESP. Perspectiva. 1999.

Bibliografia complementar:

- BARBA, Eugenio; SAVARESE, Nicola. *A Arte Secreta do ator*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora UNICAMP, 1995.
- GROTOWSKI, J. *Em busca do teatro pobre*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.
- Revistas e periódicos:
- Revista LUZ & CENA**. Editora Música & Tecnologia. Rio de Janeiro. Publicação mensal. Site: www.luzecena.com.br.

Revista LUME. Cavallo & Crelier Editora. Rio de Janeiro. Publicação mensal. Site: www.lume.com.br.

Espaço Cenográfico News. Boletim mensal do Espaço Cenográfico. São Paulo. Disponível no site: www.espacoscenografico.com.br

ILUMINAÇÃO

Ementa: Teoria e prática da iluminação cênica, os princípios básicos de eletricidade. Estudo dos espaços e efeitos definidos através da iluminação. Observação e estudo dos efeitos luminosos e sua elaboração e aplicação cênica. Projeto de iluminação e sua aplicação no ensino do teatro, que represente o aprofundamento do Espaço Cênico em relação ao domínio tecnológico. Iluminação e Meio Ambiente.

Bibliografia básica:

BABLET, Denis. "A Luz no Teatro" in *O Teatro e sua Estética*. Lisboa: Editora Arcádia, 1964.

CAMARGO, Roberto Gill. *Função estética da luz*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMARGO, Roberto Abdelnur. *Luz e Cena: processos de comunicação co-evolutivos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2006.

PEDROSA, Israel. *Da Cor à Cor Inexistente*. Ed. Fename- MEC, 1982.

ROUBINE, Jean-Jacques. *A linguagem da encenação teatral*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SARAIVA, Hamilton F. *Eletricidade Básica Para Teatro*. Ed. MEC/Inacen, 1973.

SARAIVA, Hamilton F. *Iluminação Teatral: História, Estética E Técnica*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1989.

SIMÕES, Cibele Forjaz. *À Luz da Linguagem: a iluminação cênica – de instrumento da visibilidade à "scriptura do visível" (primeiro recorte: do fogo à revolução teatral)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 2008.

_____. Cibele Forjaz. "A Linguagem da Luz: A Partir do Conceito de Pós-Dramático Desenvolvido por Hans-Thies Lahmann", in GUINSBURG, Jacó, e FERNANDES, Sílvia. *O Pós-Dramático*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Bibliografia complementar:

APPIA, Adolphe. *A obra de arte viva*. Lisboa: Arcádia, s/d.

CHAVES, Robert . *O Eletricista é Você* . Ed. de Ouro, 1987.

DODNDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUINSBURG, Jacó & COELHO, Teixeira (Orgs.). *Semiologia do Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LANGER, Susanne K. *Sentimento e forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

MOREIRA, Vinicius. *Iluminação Elétrica*. Ed. Blucher. 1999.

RIPELLINO, A. M. *O truque e a alma*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Revista Lume – Ed. Cláudia Cavallo, Rio de Janeiro.

Revista Luz & Cena – Ed. Peter Gasper, Rio de Janeiro.

POÉTICAS DA CENA

FUNDAMENTOS DA ENCENAÇÃO

Ementa: Introdução aos elementos da encenação teatral através de estudos e exercícios que demonstrem suas relações intrínsecas. Análise e pesquisa dos processos dos principais encenadores e encenadores-pedagogos. A encenação nas

manifestações espetaculares da cultura de tradição popular alagoana. Aplicação dos referidos conteúdos nos currículos da educação formal no ensino do Teatro.

Bibliografia básica:

- ARTAUD, Antonin. **O Teatro e Seu Duplo**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- BORBA Filho, Hermilo. **Espetáculos Populares do Nordeste**. 2º. Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- BRECHT, Bertolt, **Estudos sobre o teatro**. Trad. Brandão, Fiama Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005 (2ª ed.).
- GUINSBURG, J. **Stanislávski, Meyerhold & cia**. São Paulo; Perspectiva, 2008.
- ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral - 1880-1980**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Bibliografia complementar:

- BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo. Hucitec/ UNICAMP, 2012.
- GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- KANTOR, Tadeusz. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- THAÍS, Maria. **Na Cena do Dr. Dapertutto**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ATUAÇÃO PARA A CENA 1

Ementa: Improvisação teatral. Improvisação livre e orientada. Estudo teórico-prático dos elementos criadores do estado interior - ação, visualização, ritmo interno e externo, vontade e contra-vontade, imaginação, memória; estudo da palavra - ritmo, visualização, ação verbal; as ações físicas; a construção da personagem. Estudo prático de elementos técnicos pertencentes a diferentes técnicas de atuação. Estudo e apresentação de cenas.

Bibliografia básica:

- STANISLAVSKI, Constantin. **A construção do personagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Bibliografia complementar:

- BURNIER, Luis Otávio. **A arte de ator: da técnica à representação**. Elaboração, codificação e sistematização de ações físicas e vocais para o ator. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2009 (2ª ed.).
- CHEKHOV, Michael. **Para o Ator**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERRACINI, Renato. **A Arte de não interpretar como poesia corpórea do ator**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GROTOWSKI, J. **Em busca de um teatro pobre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- KUSNET, Eugênio. **Ator e método**. São Paulo: Hucitec, 2003.

ATUAÇÃO PARA A CENA 2

Ementa: Improvisação teatral. Máscara neutra. Estudo teórico-prático dos elementos comunicacionais da atuação. Meierhold e a Biomecânica. Brecht e o ator épico: *gestus* e estranhamento. O Ator-narrador. A composição da personagem. Estudo prático de elementos técnicos pertencentes a diferentes técnicas de atuação. Estudo e apresentação de cenas.

Bibliografia básica:

BORNHEIM, Gerd. **Brecht: a estética do teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
BRECHT, Bertolt. **Escritos sobre teatro**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1967. 3v.
FO, Dario. **Manual mínimo do ator**. São Paulo: SENAC, 2004.

Bibliografia complementar:

BARBA, Eugenio e N. Savarese (Orgs.). **A arte secreta do ator**. Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 2012.
BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
JAMESON, Fredric. **O método Brecht**. Petrópolis: Vozes, 1999.
KOUDELA, Ingrid Dormien. **Texto e Jogo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
RIZZO, Eraldo Pêra. **Ator e estranhamento: Brecht e Stanislávski, segundo Kusnet**. São Paulo: SENAC, 2004.

PEDAGOGIA DAS MÁSCARAS CÊNICAS

Ementa: Desenvolver o estudo e a linguagem da Pedagogia das Máscaras na formação do ator, através da investigação teórica e prática sobre os diversos estilos de máscaras teatrais, geralmente utilizadas como instrumentos de formação corporal, expressivo e dramático. Técnicas de observação, improvisação e criação de personagens tipos no percurso das máscaras: neutra, larvárias, geométricas; expressivas inteiras; meia máscara expressiva; orientais (Bondrés); Commedia dell'Arte; clown, bufão; de corpo inteiro e máscaras da cultura popular brasileira. Estudos teóricos e de pesquisa sobre máscaras de matriz africana e indígenas.

Bibliografia básica:

AMARAL, Ana Maria. **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
LECOQ, Jacques. **O corpo poético: uma pedagogia da criação teatral**; com a colaboração de Jean-Gabriel Carasso e de Jean-Claude Lallias; tradução de Marcelo Gomes-São Paulo: Senac São Paulo: SESC-SP. 2010.
SANTOS, Ivanildo L. Piccoli dos. **O Dueto Cômico: da Commedia dell'Arte ao Cavalo Marinho**. Tese de Doutorado. UNESP. São Paulo. 2015.

Bibliografia complementar:

BARNI, Roberta. **A Loucura de Isabella**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
BOLOGNESI Mário Fernando. **Palhaços**. São Paulo, Editora UNESP, 2003.
BRONDANI, Joice Aglae (org.). **Scambio dell'Arte: Commedia dell'Arte e Cavalo Marinho. Teatro-Máscara-Ritual – Interculturalidades**. Salvador: Fast Desing, 2013.
SANTOS, Ivanildo L. Piccoli. **Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano**. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.

SOARES, Ana Lúcia Martins (Ana Aschcar). **O Papel do jogo da máscara teatral na formação e no treinamento do ator contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Teatro). Centro de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação, UNIRIO, 1999.

LABORATÓRIO DE ARTES CÊNICAS NA RUA

Ementa: Historicidade da representação cênica fora da caixa teatral e nos espaços alternativos. Exploração e experimentação das artes cênicas de/na Rua, através de práticas cênicas, visando o domínio gradativo dos princípios básicos do Teatro de/na Rua, das manifestações culturais e outros fenômenos que se utilizam da rua, praça, espaços públicos e coletivos como seu espaço de representação e/ou de ação/intervenção cênica.

Bibliografia básica:

CRUCIANI, Fabrizio; FALLETI, Clélia. **O Teatro de Rua**. Tradução de Roberta Baardi; São Paulo: Hucitec, 1998.

TELLES, Narciso. **Pedagogia do teatro: e o teatro de rua**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara. **Tá na rua: teatro sem arquitetura, dramaturgia sem literatura, ator sem papel**. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Tá Na Rua para as Artes, Educação e Cidadania, 2008.

Bibliografia complementar:

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2000.

REBOUÇAS, Evill. **A dramaturgia e a encenação no espaço não convencional**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. FAPESP, 2009.

TELLES, Narciso; C ARNEIRO, Ana (orgs). **Teatro de Rua: olhares e perspectivas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

TELLES, Narciso. **O teatro que caminha pelas ruas: a linguagem do teatro de rua do Grupo Revolucionária**. São Paulo: Nativa, 2002.

VIEIRA, César. **Em busca de um teatro popular**. Brasília: FUNARTE, 2007. 4ª ed. atualizada.

PEDAGOGIAS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA COMUNIDADE

Ementa: Prática pedagógica voltada ao teatro em espaços não formais de ensino. Prática de modalidades pedagógicas. Teatro para comunidades, teatro com comunidades, teatro por comunidades. Teatro como ação sócio-cultural. Estudo teórico-prático e metodológico da linguagem teatral e suas relações com a educação (jogos espontâneos, jogos dramáticos, jogos teatrais, teatro-fórum, sociodrama, peça didática etc.) e a cultura (direitos humanos, relações etno-raciais, uso e abuso de drogas e meio ambiente). O educador teatral como mediador entre a cultura da tradição popular alagoana e a cultura acadêmica/erudita. O ensino do teatro e o ensino através do teatro. Relações do Ensino do Teatro com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Bibliografia básica:

- BARBOSA, Ana Mae. (Org.). **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2013.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

Bibliografia completar:

- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª ed.).
- COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PUPO, Maria Lúcia de S.B. **Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: TEATRO NA ESCOLA

Ementa: Prática pedagógica voltada ao teatro em espaços formais de ensino. Fundamentos do ensino da linguagem teatral na Educação Básica. Teatro e Arte como objeto de conhecimento e de identidade cultural. O estudo e a fundamentação teórica das diferentes abordagens dramáticas em espaços formais de ensino. Planejamento de aulas de Arte a partir do componente curricular Teatro. Avaliação da aprendizagem em Teatro. O ensino do teatro e o ensino através do teatro. Relações do Ensino do Teatro com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Bibliografia básica:

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997, 130p.
- GIANINI, Marcelo. **Diálogo de surdos. Reflexões acerca do ensino de teatro na Educação Básica de Alagoas (e suas possíveis reverberações em outros contextos)**. Tese de doutoramento. São Paulo: PPGAC-ECA-USP, 2016. (Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27155/tde-20022017-143131/publico/MARCELOGIANINIVC.pdf>)
- SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais na sala de aula**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Bibliografia completar:

- ANDRÉ, Carminda Mendes. **O teatro pós-dramático na escola**. São Paulo: Uditora Unesp, 2011..
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paz e Terra, 2014.
- JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papyrus, 2001.
- KOUDELA, Ingrid D. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MACHADO, Irley; TELLES, Narciso; MERISIO, Paulo & MEIRA, Renata B. (org). **Teatro: ensino, teoria e prática**. Uberlândia: EDUFU, 2004.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DO ESPECTADOR

Ementa: Prática pedagógica voltada à formação do espectador. Apreciação e recepção da obra cênica. Preparação para a ida ao teatro. Práticas de mediação. Desenvolvimento e avaliação pós-espetáculo. Leitura da obra cênica. Planejamento de

aulas. Criação e desenvolvimento de um processo de Formação de Público com preparação prévia e posterior ao espetáculo. Criação de textos com senso crítico e analítico

Bibliografia básica:

- BALAGAN, Cia. Teatro. Formação do Olhar para o Teatro – 1ª etapa, in Cadernos Pedagógicos: do inumano ao mais-humano (1ª versão). Disponível em: <<http://www.ciateatrobalagan.com.br/cadernos/cadernos-inumano/>> 2012a.
- BALAGAN, Cia. Teatro. Formação do Olhar para o Teatro – 2ª etapa, in Cadernos Pedagógicos: do inumano ao mais-humano (1ª versão). Disponível em: <<http://www.ciateatrobalagan.com.br/cadernos/cadernos-inumano/>> 2012b.
- DESGRANGES, Flavio. **A Pedagogia do Espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- KOUDELA, Ingrid. **A ida ao teatro**. Sistema Cultura e Currículo. São Paulo. Disponível em: <http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/Escola%20em%20Cena/Escola_Cena.aspx?projeto=4>. Acesso em: 1 abril 2013.
- KOUDELA, Ingrid D.; ALMEIDA Junior, José S. (org.). **Léxico de pedagogia do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- MOSTAÇO, Edélcio. **Soma e sub-tração: territorialidades e recepção teatral**. São Paulo: Edusp, 2015.

Bibliografia complementar:

- LARROSA, Jorge. “Notas sobre a Experiência ou sobre o Saber da Experiência”. In **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- DESGRANGES, Flavio. **A Inversão da Olhadela - Alterações no ato do espectador teatral** São Paulo: Hucitec, 2012.
- GIANINI, Marcelo. O papel de “espectador” na formação do professor de Teatro. In FERRAZ; WILDHAGEN; CABRAL (orgs.) **Pluralidades Cênicas**. Maceió: Edufal, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. Tradução de Jerussa P. Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

NÚCLEO II: CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

JOGO TEATRAL 1

Ementa: Jogos, brincadeiras e brinquedos como recursos didático-pedagógicos. Jogo simbólico, Jogo dramático, jogo teatral, jogos tradicionais, jogos espontâneos: possíveis interações com a prática escolar. Jogos indígenas e africanos. O papel e as formas do jogo na cultura de tradição popular alagoana. Jogo e pensamento.

Bibliografia básica:

- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COURTNEY, Richard. **Jogo, Teatro e Pensamento: As Bases Intelectuais do Teatro na Educação**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.
- KOUDELA, Ingrid. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 2013 (7ª ed.).

Bibliografia complementar:

- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2009 (2ª ed.).
- CHACRA, Sandra. *Natureza e sentido da improvisação teatral*. São Paulo: Perspectiva, 2010 (2ª ed.).
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva/EDUSP, 2012 (7ª ed.).
- KISHIMOTO, Tizuko M.(org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo, Cortez, 2010 (14ª ed.).
- SLADE, Peter. *O jogo dramático infantil*. São Paulo: Summus, 1978.

JOGO TEATRAL 2

Ementa: Introdução à linguagem teatral por meios de jogos teatrais. Os jogos teatrais como instrumento da experiência cênica e educativa. A metodologia do jogo mais livre e espontâneo e dos jogos mais elaborados quanto às regras. Aplicações e o sentido dos jogos tanto para a construção atoral quanto para o Teatro na educação. Jogos preparatórios. Jogos improvisacionais. O texto no jogo teatral. Jogos etno-raciais e suas possibilidades cênicas. O trânsito dos jogos da tradição popular para a cena.

Bibliografia básica:

- KOUDELA, Ingrid. *Jogos teatrais*. São Paulo: Perspectiva, 2013 (7ª ed.).
- RYNGAERT, Jean Pierre. *Jogar, representar*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.
- SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo : Perspectiva, 2012.

Bibliografia complementar:

- BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não-atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KOUDELA, Ingrid. *Brecht: um jogo de aprendizagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010 (2ª ed.).
- KOUDELA, Ingrid. *Texto e jogo: uma didática brechtiana*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 2010.
- PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. *Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- TAVARES, Renan (Org.). *Entre coxias e recreios: recorte da produção carioca sobre o ensino de teatro*. São Paulo: Yendis, 2006.

TEATRO EDUCAÇÃO

Ementa: O binômio Teatro Educação. Teatro como forma de conhecimento. O domínio da linguagem teatral através do envolvimento do jogo. O estudo e a fundamentação teórica das diferentes abordagens dramáticas na educação. Estudos teórico-práticos e metodológicos da linguagem teatral em espaços formais e não formais de ensino. O teatro e a educação para a mudança e a transformação social.

Bibliografia básica:

- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. *Brecht: um jogo de aprendizagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- RYNGAERT, Jean-Pierre. *Jogar. Representar*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o Teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

Bibliografia complementar:

CABRAL, B. *O drama como método de ensino*. São Paulo: Hucitec, 2006.

DESGRANGES, Flávio. *Pedagogia do Teatro: provocação e dialogismo*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paz e Terra, 2014.

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Jogos teatrais*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PUPO, Maria Lúcia de S.B. *Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: uma aventura teatral*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PEDAGOGIA DAS VISUALIDADES CÊNICAS

Ementa: Estuda as questões e fundamentos relacionados com o desenvolvimento integral para a cena. Experienciando-se aspectos teórico-práticos das Artes Visuais para a cena. Construindo-se e acreditando-se enquanto docentes/discente sujeitos críticos capazes de constituírem ações educacionais, sensíveis, criativas e sustentáveis no contexto do ensino do teatro.

Bibliografia básica:

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial. Dissertação de mestrado, Orientador: Prof. Dr. Sérgio da Costa Borba, defendida no CEDU-UFAL em 2010.

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). Panorama da cenografia do teatro de Maceió. – O Teatro e Linda Mascarenhas. Ronaldo de Andrade e Izabel Brandão (Org). Maceió: EDUFAL. 2011

OSTROWER, F. Criatividade e Processos de Criação. Ed. Vozes, 1997.

Bibliografia complementar:

ACIOLI FILHO, José (da Silva). 2017. A Lei nº 11.645/2008 e seus reflexos na educação étnico-racial: uma proposta dialógica através do Teatro de Animação. Tese acadêmica em Doctorado em Ciências da Educação – Faculdade de Ciências Humanas e de Comunicação - Universidad Autónoma de Asunción – UAA, 2017. Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres Gonzales.

ACIOLI FILHO, José. (da Silva). A Lei nº 11.645/2008 no contexto das Relações Étnico-Raciais na Escola. (Org) Ferraz, A. F./ Wildhagem, J. / Cabral, O. Pluralidades Cênicas. Maceió: Edufal, p. 13 a p. 43. 2017

GOMBROCH, E.H. História da Arte. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORIN, Edgar, 1921 - A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento / tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ARTES CIRCENSES NA EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo prático e teórico das Artes Circenses voltado à prática de ensino. Historicidade mundial e nacional. Estudo prático e teórico das habilidades circenses

destinadas ao ensino básico através de educativos de: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Criação de números artísticos com o repertório estudado. Pesquisa sobre as formas de transmissão de conhecimento específico. Experimentação do ensino do universo circense na sala de aula com acompanhamento do orientador.

Bibliografia básica:

- BORTOLETO, Marco Antônio Coelho. *Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II*. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010
- GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. *Artes Circenses no Âmbito Escolar*. UNIJUI, 2010.
- RUIZ, Roberto. *Hoje Tem Espetáculo? As Origens do Circo no Brasil*. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.

Bibliografia complementar:

- BOLOGNESI, Mário Fernando. *Palhaços*. São Paulo: Unesp, 2003.
- MACEDO, Cristina Alves de. *Educação no Circo: crianças e adolescentes no contexto itinerante*. São Paulo: Quarteto, 2008.
- SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. *Respeitável Público... o Circo em Cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.
- SILVA, Ermínia. *Circo-Teatro: Benjamim de Oliveira e a Teatralidade Circense*. São Paulo: Altana / disponível on line Portal Funarte.
- WALLON, Emmanuel. *O Circo no Risco da Arte*. Autêntica, 2002.

PESQUISA EDUCACIONAL EM TEATRO

Ementa: Pressupostos e características da pesquisa educacional em teatro. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa educacional em teatro. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

Bibliografia básica:

- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalho de graduação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- _____. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BASTOS, PAIXÃO, FERNANDES, DELUIZ. *Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.
- BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. *Introdução à Metodologia Científica*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). 8. ed. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BORBA, Sergio da Costa. *Multirreferencialidade na formação do professor-pesquisador*. Maceio, EDUFAL, 1997.

- CARVALHO, Anésia de Souza. **Metodologia da entrevista**. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1991.
- COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP #E_COMERCIAL# A, 2002.
- _____. **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 1. e d. Rio de Janeiro: DP #E_COMERCIAL# A, 2002.
- DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. **A pesquisa e as transformações do conhecimento**. t3. ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- GATTI, Bernadete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília/DF: Editora Plano, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: E.P.U., 1980.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- _____. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia Complementar:

- BARBOSA, Jaquim Gonçalves. **Reflexões em torno de uma abordagem multireferencial**. São Carlos: EdUFScar, 1998.
- _____. **Multireferencialidade nas ciências e na educação**. São carlos: EdUFSCar, 1998.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. (Fotocópia)
- BORBA, Sérgio. **Espaços de Formação**. Maceió: Edições Catavento, 2000.
- _____. **A Complexa Arte da Avaliação**. Maceió: EDUFAL, 2003.
- CARTAXO, Carlos. **O ensino das artes cênicas na escola fundamental e média**. João Pessoa: Ed UFPB, 2001.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2007.
- HESS, Remi. **Produzir sua obra: o momento da tese**. Brasília: Líber, 2005.
- IBIAPINA, Ivana M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber, 2008.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em Jogo: experimento de aprendizagem e criação do teatro**. São paulo: HUCITEC, 2004.
- NEILL, A. S. **Liberdade, Escola, Amor e Juventude**. São Paulo: IBRASA, 1978.
- NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora, 2007.
- PAVIS, Patrice, **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PENA-VEIGA, Alfredo e ALMEIDA, Elimar Pinheiro de. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de janeiro: Garamond, 1999.
- ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Introdução às grandes teorias do Teatro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Ementa: Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

Bibliografia Básica:

- ABREU, Mariza. *Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB*. Ijuí/SC: UNIJUI, 1999.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. *A educação como política pública*. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BRZEZINSKI, Iria (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FÁVERO, Osmar (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Moraes, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 2º ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). *Caminhos da Educação da Colônia aos Tempos Atuais*. Maceió/São Paulo. Ed. Catavento:2001.

PROFISSÃO DOCENTE

Ementa: Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como lócus e expressão desse trabalho.

Bibliografia Básica:

- COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho Docente e Profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga; DAVID, Alessandra. *As interfaces da profissão docente*. São Paulo: Junqueira & Marin, 2012.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Profissão Docente: novos estudos, novas perspectivas*. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia Complementar:

- APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: ARTMED, 1995.
- ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre*. SP: Vozes, 2001.

- MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Org.) **Formação de Professores: Tendências Atuais**. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 5a. ed., 2002.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p

DIDÁTICA

Ementa: Estudo da didática como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor/aluno/conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

- GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. **Planejamento na sala de aula**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI. **Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar:

- CASTRO, Amélia Domingues de. **Piaget e a Didática: ensaios**. São Paulo, Saraiva
- LIBÂNEO, José Carlos. ALVES, Nilda. (Org.) **Temas de Pedagogia: diálogo entre didática e currículo**. São paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Ementa: Estudos dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

Bibliografia Básica:

- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, vol. 1.
- MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2007.
- SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar:

- HURLOCK, E. B. - **Desenvolvimento do Adolescente** - São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
- INHELDER, B. e PIAGET, J. **Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente**: Ensaio sobre a Construção das Estruturas Operatórias Formais. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.
- KUPFER, M. C. **Freud e a Educação. O mestre do impossível**. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

- LIBÂNEO, J. C. - *Psicologia Social: O Homem em Movimento* - São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sóciohistórico*. São Paulo: Scipione, 2010.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR

Ementa: Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento, e da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

Bibliografia básica:

- GANDIN, Danilo. *Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5 ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2011.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2005.

Bibliografia complementar:

- FURLAN, M. e HARGREAVES, A. *A Escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEYER Jr., Victor. A Escola como organização complexa. In: Ana Maria Eyng; Maria Lourdes Gisi. (Org.). *Políticas e Gestão da Educação Superior: desafios e perspectivas*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, v., p. 231-261.
- VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). *As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola*. 8 ed. São Paulo: Papyrus, 2010.
- VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

Ementa: As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos. Leitura como leitura de mundo. Ensino, Pesquisa e Extensão: o tripé da formação universitária brasileira. Produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer universidade. Arte e ciência como conhecimento. Intuição, intelecto e criatividade em arte e ciência. O paradigma em arte e ciência.

Bibliografia básica:

- ALVES – MAZOTTI, A. J. e GWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- CARVALHO, M. C. M. de (Org.) *Construindo o Saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

ZAMBONI, Silvo. **A pesquisa em arte**: um paralelo de artes e ciência. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2006.

Bibliografia complementar:

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana.

Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.

Maceió. EDUFAL, 2010.

BRANDÃO, Z. (org.) **A crise dos paradigmas e educação**. São Paulo: Cortez, 1994

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1991.

FAZENDA, I. (Org.) **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

LIBRAS

Ementa: Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia básica:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. **Línguas de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

LOPES FILHO, Otacílio (org.) **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática**. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

NÚCLEO III: CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PEDAGOGIA DA ENCENAÇÃO

Ementa: Prática pedagógica voltada ao desenvolvimento de projeto de montagem cênica. Evidenciar o processo pedagógico da criação cênica e dos diversos elementos teatrais envolvidos. Possibilitar o contato direto do estudante de teatro com a montagem cênica, conferindo-lhe responsabilidade sobre todas as etapas que envolvem uma montagem. Apresentação pública dos resultados alcançados.

Bibliografia básica:

- ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**, Santo André, v. 1, nº 0, 2003.
- BROOK, Peter. **A porta aberta**: reflexões sobre a interpretação e o teatro. 3. ed. Trad. Antônio Mercado. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, Antonio de Araújo. **A gênese da Vertigem**: o processo de criação de O Paraíso Perdido. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Bibliografia complementar:

- ABREU, Luís Alberto. A personagem contemporânea. **Sala Preta**, São Paulo, v. 1, nº 1, 2001.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na pósmodernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- PALLOTTINI, Renata. **Introdução à dramaturgia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROUBINE, J.J. **A linguagem da encenação teatral - 1880-1980**. Rj,Zalar,1998.
- RYNGAERT, J. P. **Introdução à análise do teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 1

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

- BORBA FILHO, Hermilo. **Espectáculos Populares do Nordeste**. Recife: Editora Massagana, 2007.
- BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Bibliografia complementar:

- BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 2010 (7ª ed.).
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). **Arte em Alagoas: algumas reflexões**. Maceió: Edufal, 2013.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
- PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 2

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

- BORBA FILHO, Hermilo. **Espectáculos Populares do Nordeste**. Recife: Editora Massagana, 2007.

BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.
DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Bibliografia complementar:

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 2010 (7ª ed.).
BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). **Arte em Alagoas: algumas reflexões**. Maceió: Edufal, 2013.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES CÊNICAS 3

Ementa: Prática pedagógica voltada às manifestações cênicas da tradição popular alagoana e brasileira. Processos de criação e transmissão. Produção de material didático.

Bibliografia básica:

BORBA FILHO, Hermilo. **Espetáculos Populares do Nordeste**. Recife: Editora Massagana, 2007.
BRANDÃO, Théo. **O reisado alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2007.
DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas: áreas da cana-de-açúcar: pesquisa e interpretação**. Maceió: EDUFAL, 2010.

Bibliografia complementar:

BAKTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e Renascimento**. O contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 2010 (7ª ed.).
BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
CABRAL, Otávio. FERRAZ, Ana Flávia (Orgs.). **Arte em Alagoas: algumas reflexões**. Maceió: Edufal, 2013.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
PAVIS, Patrice. **O teatro no cruzamento das culturas**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada projeto de extensão ao qual está vinculado. Propõe a atuação dos discentes em projetos de pesquisa, produção e difusão das artes cênicas à comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**, Santo André, v. 1, nº 0, 2003.

- ARAÚJO, Antonio. A Encenação Performativa. In **Revista Sala Preta 9**. São Paulo: ECA/USP, 2009.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A construção da personagem**. Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Ed, Civilização Brasileira, 1986.

Bibliografia complementar:

- COHEN, Renato. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**, São Paulo, Ed. 34, 1998.
- FERNANDES, Sílvia. **Memória e invenção: Gerald Thomas em Cena**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES CÊNICAS 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada projeto de extensão ao qual está vinculado. Propõe a atuação dos discentes em projetos de pesquisa, produção e difusão das artes cênicas à comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

- ABREU, Luís Alberto. Processo Colaborativo: relato e reflexões sobre uma experiência de criação. **Cadernos da ELT**, Santo André, v. 1, nº 0, 2003.
- ARAÚJO, Antonio. A Encenação Performativa. In **Revista Sala Preta 9**. São Paulo: ECA/USP, 2009.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A construção da personagem**. Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A criação de um papel**. Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- STANISLAVSKI, Constantin. **A preparação do ator**. Ed, Civilização Brasileira, 1986.

Bibliografia complementar:

- COHEN, Renato. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CORRÊA, José Celso Martinez. **Primeiro ato**, São Paulo, Ed. 34, 1998.
- FERNANDES, Sílvia. **Memória e invenção: Gerald Thomas em Cena**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir da proposição de atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, as artes cênicas, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento. Planejamento, pré-produção, execução, pós-produção e avaliação de eventos acadêmicos no âmbito do curso.

Bibliografia básica:

- BARBOSA, Ana Mae. (Org.). *Arte-Educação*: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 (7ª ed.).
- ZAMBONI, Silvo. *A pesquisa em arte*: um paralelo de artes e ciência. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2006.

Bibliografia complementar:

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. Maceió. EDUFAL, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paz e Terra, 2014.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana. Danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRODUÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir da proposição de atividades interdisciplinares acadêmicas à comunidade alagoana, com a intenção de estabelecer amplos diálogos entre o teatro, as artes cênicas, outras linguagens artísticas e demais áreas do conhecimento. Planejamento, pré-produção, execução, pós-produção e avaliação de eventos acadêmicos no âmbito do curso.

Bibliografia básica:

- BARBOSA, Ana Mae. (Org.). *Arte-Educação*: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 (7ª ed.).
- ZAMBONI, Silvo. *A pesquisa em arte*: um paralelo de artes e ciência. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2006.

Bibliografia complementar:

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013 (4ª ed.).
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

- COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.** Maceió. EDUFAL, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paz e Terra, 2014.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana. Danças, piruetas e mascaradas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OFICINAS LIVRES DE TEATRO 1 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares voltadas a atuação dos discentes em realidades sociais e espaços coletivos distintos, como escolas, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, entre outros. Visa a realização de oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

- GUENÓUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: Perspectiva, 2004.
- GAMA, Joaquim. "Produto ou processo: em qual deles estará a primazia?". **Sala Preta**, v. 2 nº 2. São Paulo: ECA USP, 2002.
- GIANINI, Marcelo. **João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade.** (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA USP, 2009.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro.** (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.
- RYNGAERT, Jean Pierre. **Jogar, representar.** São Paulo: Cosac e Naif, 2009.
- SPOLIN, Viola. **O jogo teatral no livro do diretor.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

Bibliografia complementar:

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paz e Terra, 2014.
- GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson.** São Paulo: Perspectiva, 2011.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. **Brecht na Pós-Modernidade.** São Paulo, Perspectiva, 2012.
- LARROSA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a Experiência ou sobre o Saber da Experiência.** In **Tremores.** Escritos sobre a Experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo.** São Paulo: Hucitec, 2004.

OFICINAS LIVRES DE TEATRO 2 (ACE)

Ementa: Componente estruturado a partir de atividades interdisciplinares voltadas a atuação dos discentes em realidades sociais e espaços coletivos distintos, como escolas, ONGs, SESC, SESI, Associações Culturais e/ou Comunitária, entre outros. Visa a realização de oficinas e cursos de teatro voltados à participação livre da comunidade alagoana.

Bibliografia básica:

- GUENÓUN, Denis. **O teatro é necessário?** São Paulo: Perspectiva, 2004.

- GAMA, Joaquim. "Produto ou processo: em qual deles estará a primazia?". *Sala Preta*, v. 2 nº 2. São Paulo: ECA USP, 2002.
- GIANINI, Marcelo. *João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA USP, 2009.
- MARTINS, Marcos Bulhões. *Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.
- RYNGAERT, Jean Pierre. *Jogar, representar*. São Paulo: Cosac e Naif, 2009.
- SPOLIN, Viola. *O jogo teatral no livro do diretor*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Bibliografia complementar:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paz e Terra, 2014.
- GALIZIA, Luiz Roberto. *Os processos criativos de Robert Wilson*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. *Brecht na Pós-Modernidade*. São Paulo, Perspectiva, 2012.
- LARROSA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a Experiência ou sobre o Saber da Experiência*. In *Tremores*. Escritos sobre a Experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MARTINS, Marcos Bulhões. *Encenação em jogo*. São Paulo: Hucitec, 2004

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou em atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, ou ainda naquelas realizadas em ONGs, Pontos de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Estudos teóricos das leis e diretrizes da educação, em vigor, com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro.

Bibliografia básica:

- BRASIL. Governo Federal. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEB, 1998.

Bibliografia complementar:

- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural?* São Paulo: Brasiliense, 2002.
- VIGANÓ, Suzana Schmidt. *As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ou em atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, ou ainda naquelas realizadas em ONGs, Pontos de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Estudos teóricos das leis e diretrizes da educação, em vigor, com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais - Arte**. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Brasília: MEC/SE, 2017.

Bibliografia complementar:

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo: A ação sociocultural em teatro e ideal democrático**. São Paulo: Hucitec, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido impreterivelmente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e nas respectivas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro, e/ou interdisciplinar e pedagógica.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais - Arte**. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Brasília: MEC/SE, 2017.

Bibliografia complementar:

MASSCHELEIN, Jan e SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4

Ementa: Estágio supervisionado de observação e regência desenvolvido impreterivelmente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e nas respectivas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte, componente curricular Teatro, e/ou interdisciplinar e pedagógica.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais - Arte**. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Brasília: MEC/SE, 2017.

Bibliografia complementar:

MASSCHELEIN, Jan e SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ELETIVAS

CRÍTICA TEATRAL

Ementa: A evolução da Crítica enquanto linguagem. As várias teorias que nortearam a produção de crítica. Os principais críticos de teatro no Brasil. A crítica teatral em Alagoas. O exercício da linguagem crítica, tomando como referência os espetáculos de teatro produzidos por grupos, companhias, associações e produtores culturais em Alagoas. Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: Indústria Cultural, Cultura de Massa, Cultura Popular.

Bibliografia básica:

- BARTHES, Roland. *Escritos sobre teatro*. Trad. de Maria Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.
- DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- ESSLIN, Martin Essler. *Uma Anatomia do Drama*. São Paulo Ed Zahar.. 1978.
- FERSEN, Alessandro. *O Teatro em Suma*. Rio de Janeiro. Ed. Civ. Brasil. 1987.
- GASSNER, John. *Mestres do Teatro I e II*. São Paulo Ed Perspectiva.. 1980.
- GIRON, Luis Antonio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte: 1826-1861*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: EDIOURO, 2004.
- GUÉNOUN, Denis. *O teatro é necessário ?* São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.
- HORKHEIMER, Max. *Filosofia e Teoria Crítica*, in Textos Escolhidos, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1968.
- LARA, Cecília de. *De Pirandello a Piolim: Alcântara Machado e o teatro no modernismo*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.
- MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e crítica*. São Paulo: Editora G.Gili, Ltda., 2007.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ROSENFELD, Anatol. *Teatro Moderno*. São Paulo. Ed Perspectiva. 1977
- ROSENFELD, Anatol. *Prismas do teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- ROUBINE, Jean-Jacques. *A Linguagem da Encenação Teatral*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1982

Bibliografia complementar:

- DIDEROT, Denis. *Discurso sobre a poesia dramática*. São Paulo: Cosac Naif, 2005.
- MAGALDI, Sábato. *Depois do espetáculo*. São Paulo: Perspectiva,
- PRADO, Décio de Almeida. *Exercício findo*. Crítica teatral (1955-1964) São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PRADO, Décio de Almeida. *Teatro em progresso*. Crítica teatral (1964-1968) São Paulo: Perspectiva, 1987.
- WELLEK. *História da crítica moderna*. São Paulo: Editora da USP, 1967. (5 vol.).
- WILSON, Edmund. *O Castelo de Axel*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESTÉTICA TEATRAL

Ementa: Estudo e reflexão sobre a relação entre a teoria do teatro elaborada por filósofos, críticos e historiadores das artes cênicas, feita a partir de leituras das obras de encenadores e *performers*, e as poéticas definidas pelos próprios artistas no processo de criação de seus trabalhos. Aliar a teoria e a prática para a compreensão mais ampla

do fenômeno teatral. A estética teatral das manifestações artísticas da tradição popular alagoana.

Bibliografia básica:

BORIE, Monique; ROUGEMONT, Martine de; SCHERER, Jacques. *Estética teatral: textos de Platão a Brecht*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
GUINSBURG, J. *Da cena em cena*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
PAVIS, Patrice. *Dicionário do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Bibliografia complementar:

BADIOU, Alain; TRUONG, Nicolas. *Elogio ao teatro*. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
DIDEROT, Denis. *Paradoxo sobre o comediante*. In Os pensadores - Diderot. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
GUÉNOUN, Denis. *A exibição das palavras – Uma ideia (política) do teatro*. Tradução de Fátima Saadi. Rio de Janeiro: Teatro do Pequeno Gesto, 2003.
LEHMANN, Hans-Thies. *Teatro pós-dramático*. Tradução de Pedro Sússekind. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
ORTEGA Y GASSET, José. *A ideia do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LITERATURA DRAMÁTICA – MODERNO TEATRO BRASILEIRO I

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ /EDUERJ/FUNARTE, 1996.
FIGUEIREDO, Guilherme. *A Raposa e as Uvas*. São Paulo: Martins Editora, s/d.
LINS, Osman. *Lisbela e o Prisioneiro*. São Paulo: Planeta, 2003.
MARINHO, Luiz. *A Afilhada de N. S. da Conceição; Um sábado em 30; A Incelença*. Recife: Imprensa Universitária, 1968
PIMENTEL, Altamar. *Teatro de Raízes Populares*. João Pessoa: Edição do Autor, 2003.

Bibliografia complementar:

BOAL, Augusto. *Murro em ponta de faca*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
BUARQUE, Chico. *Opera do Malandro*. São Paulo: Cultura, 1978.
GOMES, Dias. *A Invasão / A Revolução dos beatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LITERATURA DRAMÁTICA – MODERNO TEATRO BRASILEIRO II

Ementa: Estudo do texto dramático, identificando filiação estética, estilos e convenções ao lado da reflexão sobre a visão de mundo do autor e os caminhos da renovação da dramaturgia moderna e contemporânea.

Bibliografia básica:

ANDRADE, Jorge. *Marta, a Árvore e o Relógio*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
BUARQUE, Chico. *Opera do Malandro*. São Paulo: Cultura, 1978.

- BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. *Gota D'Água*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CAVALCANTE, Homero. *Liberdade e sonho em cena*. Maceió: CESMAC/EDUFAL, 2009.
- NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

Bibliografia complementar:

- RODRIGUES, Nelson. *Teatro Completo I: peças psicológicas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RODRIGUES, Nelson. *Teatro Completo, 4: tragédias cariocas II*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- RODRIGUES, Nelson. *Teatro completo, v.3*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

TEATRO, MÍDIA E EDUCAÇÃO

Ementa: Estudo das relações entre teatro e mídia: arte, cultura e sociedade. As mídias e a sala de aula. Comunicação, arte e educação: potencialidades. Reflexão teórico-crítica entre arte e mídia e suas aplicações metodológicas no contexto educacional.

Bibliografia básica:

- BUSARELLO, Raul Inácio; BIEGING, Patricia e ULBRICHT, Vania Ribas (org). *Mídia e Educação: novos olhares para a aprendizagem sem fronteiras / - São Paulo: Pimenta Cultural, 2013.*
- BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. *A formação do professor de arte: do ensaio à encenação*. Campinas (SP), Papyrus, 1999.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Bibliografia complementar:

- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007 (10ª ed.)
- FANTIN, M. Mídia-educação e a formação do educador. In *Mídia-educação: conceitos, experiências diálogos Brasil-Itália*. Cidade Futura: Florianópolis, 2006 (cap. 1).
- GENEVIEVE, Jacquinot. *O que é um educador?* São Paulo: NCE/USP, 1998.
- JAPIASSU, R. *Metodologia do ensino do teatro*. Campinas: Papyrus, 2000.
- BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

ESTUDOS DO MOVIMENTO 4

Ementa: O relacionamento como possibilidade de desenvolvimento da criatividade e da ampliação do repertório de movimento. Estudos das relações com objetos e com companheiros em ações variadas de aproximar, afastar, tocar, transportar, etc.

Bibliografia básica:

- DANTAS, Monica. *Dança, o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- FERNANDES, Ciane. *O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SCHULMANN, Nathalie. Da prática do jogo ao domínio do gesto. In *Lições de Dança 1*. Rio de Janeiro: UniverCidade. (sem referência ao ano de publicação).

Bibliografia complementar:

- GERALDI, Silvia. *Representações sobre técnicas para dançar*. In **Humus 2**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2006.
- LABAN, Rudolf. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- MACHADO, M^a. A. A. Pinheiro. *Corpo do ator e comunicação*. In **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011 (28^a ed.).
- RENGEL, Lenira. **Os Temas de Movimento de Rudolf Laban: modos de aplicação e referências**. São Paulo: Anablume, 2008.

COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA

Ementa: Reflexões e práticas sobre processos de composição coreográfica no contexto da dança e do teatro. Contextualização histórico-conceitual de diferentes abordagens de composição coreográfica no contexto das artes cênicas no ocidente.

Bibliografia básica:

- FERNANDES, Ciane. **O Corpo em movimento: o sistema Laban/ Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. São Paulo: Ed. Anablume, 2006.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011 (28^a ed.).
- OSTROWER, Fayga. **Acasos e Criação Artística**. Ed. Unicamp, 2013 (1^a ed.).
- PAIXÃO, Paulo. E é pra dança perder o juízo? In **HUNUS 2**. Caxias do Sul: Itaú cultural, 2007.

Bibliografia complementar:

- DANTAS, Monica. **Dança, o enigma do movimento**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- GERALDI, Silvia. *Representações sobre técnicas para dançar*. In **Humus 2**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2006.
- MACHADO, M^a. A. A. Pinheiro. *Corpo do ator e comunicação*. In **Humus 1**. Caxias do Sul: Sigrid Nora, 2004.
- SCHULMANN, Nathalie. Da prática do jogo ao domínio do gesto. In **Lições de Dança 1**. Rio de Janeiro: UniverCidade. (sem referência ao ano de publicação).

DANÇAS DAS TRADIÇÕES POPULARES DE ALAGOAS

Ementa: Estudos das danças tradicionais e populares de Alagoas a partir da apreensão de seus repertórios poético-musicais-coreográficos, relacionados ao reconhecimento de seus contextos históricos e sócio-culturais, buscando aproximação com seus ambientes comunitários de realização pelos mestres da tradição.

Bibliografia básica:

- BRANDÃO Théo. **Folgedos Natalinos de Alagoas**. Maceió: DAC, série Estudos Alagoanos, Caderno n^o IX, 1961, 213p.
- ROCHA, J. M^a Tenório. **Folgedos e Danças de Alagoas**. Maceió: SEMED, 1983.
- VILELA, Aloísio. **O Coco de Alagoas: origem, evolução, dança e modalidades**. Maceió: Museu Théo Brandão-UFAL, 1980.

Bibliografia complementar:

- CAVALCANTI, Bruno César. “Bons e Sacudidos – o carnaval negro e seus impasses em Maceió”. In CAVALCANTI, B. C.; FERNANDES, C. S. e BARROS, R.R. de A. (orgs.) **Kulé-Kulé: visibilidades negras**. Maceió: EDUFAL, 2006, pp.26-40.
- DUARTE, Abelardo. **Folclore Negro das Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais, 1974, pp. 355-369.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- RAFAEL, Ulisses Neves. “Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912”. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2004. Tese de Doutorado, 262p.
- SANTOS, I. F. Santos. **Corpo e ancestralidade: proposta pluricultural de dança-arte-educação**. São Paulo: Terra margem, 2006.

DANÇAS BRASILEIRAS

Ementa: Estudo da mecânica e aprendizado de um vocabulário gestual e corporal oriundo de manifestações tradicionais e populares brasileiras. Estudo coreográfico das danças brasileiras.

Bibliografia básica:

- ALMEIDA, Renato. **A inteligência do folclore**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Americana; Brasília, INL, 1974.
- ALMEIDA, Renato. Folclore in **Cadernos de Folclore**. Gráfica Olímpica Editores, LTDA. Rio de Janeiro, 1976.
- RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. Folclore in **Biblioteca Educação é cultura**. – Rio de Janeiro: Bloch: FENAME, 1980.
- ROCHA, José Maria Tenório. **Folguedos carnavalescos de Alagoas**. Maceió: DAC (Departamento de Assuntos Culturais) SENE/MEC – IGASA- 1978.
- ROCHA, José Maria Tenório, e VASCONCLOS, Pedro Teixeira de. **Sobrevivência da lúdica folclórica em Alagoas**. Maceió – DAC (Departamento de Assuntos Culturais) SENE/MEC – 1975.

Bibliografia complementar:

- BARRETO, José Ricardo Paes e PEREIRA, Margarida Maria de Souza. **Festejos Juninos: Uma Tradição Nordestina**. Recife: Nova Presença, 2002.
- MELO, Floro de Araújo. **O folclore nordestino em suas mãos (Síntese de Toda uma Região)**. Estab. Gráficos Borsoi S.A. – Rio de Janeiro – 1982 – 1ª Edição.
- ROCHA, José Maria Tenório. **Folclore brasileiro**. CDFB – FUNARTE – Rio de Janeiro, 1977.
- ROCHA, José Maria Tenório. **Repensando o folclore nordestino (Verificando a sua Aplicabilidade na Sala de Aula)**. SECOM, Maceió, 1990.
- VILELA, Aloísio. **O coco de Alagoas: origem, evolução, dança e modalidades**. 2ª edição. Maceió, Museu Théo Brandão – EDUFAL/UFAL; 1980.

TÉCNICAS CIRCENSES

Ementa: Aperfeiçoamento ao estudo das Artes Circenses. Especificidade no estudo da historicidade mundial e nacional. Aperfeiçoamento ao estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Estudo do repertório cômico do

circo-teatro. Criação de um espetáculo envolvendo os números artísticos com o repertório estudado.

Bibliografia básica:

- RUIZ, Roberto. *Hoje Tem Espetáculo? As Origens do Circo no Brasil*. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.
- SILVA, Erminia. *Circo-Teatro: Benjamim de Oliveira e a Teatralidade Circense*. São Paulo: Altana / disponível on line Portal Funarte.
- WALLON, Emmanuel. *O Circo no Risco da Arte*. Autêntica, 2002.

Bibliografia complementar

- AVANZI, Roger e TAMAOKI, Verônica. *Circo Nerino*. São Paulo: Pindorama Circus/Códex, 2004.
- BOLOGNESI, Mário Fernando. *Palhaços*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. *Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II*. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010
- GALLARDO, Jorge Sergio e DUPRAT, Rodrigo Mallet. *Artes Circenses no Âmbito Escolar*. UNIJUI, 2010.
- SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. *Respeitável Público... o Circo em Cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

FUNDAMENTOS DO CIRCO

Ementa: Introdução ao universo das Artes Circenses. Introdução à historicidade mundial e nacional. Introdução ao estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios, técnicas e criação de palhaços e personagens cômicos. Criação de números artísticos com o repertório estudado.

Bibliografia básica:

- BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. *Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II*. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010
- GONÇALVES, Cristiane C. BELLUCI, Kiko, FAJTLOWICZ, Renee e BECHARA, Thiago S. *A Linguagem Corporal Circense*. Phorte, 2007.
- SANTOS, Ivanildo L. Piccoli. *Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano*. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.

Bibliografia complementar:

- CASTRO, Alice Viveiros de. *O Elogio da Bobagem – palhaços no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2005.
- DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte: Einthoven Científica Ltda., 2001.
- PANTANO, Andreia Aparecida. *A Personagem Palhaço*. São Paulo: Unesp, 2007.
- PIMENTA, Daniela. *Antenor Pimenta Circo e Poesia*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- WALLON, Emmanuel. *O Circo no Risco da Arte*. Autêntica, 2002.

CIRCO

Ementa: Estudo das Artes Circenses. Historicidade mundial e nacional. Estudo prático e teórico das habilidades circenses: acrobacia de solo, malabarismo e equilíbrios,

técnicas e criação de palhaços e personagens cômicos, aparelhos aéreos. Estudo do repertório cômico do circo-teatro. Criação de números artísticos com o repertório estudado. Experimentação do ensino do universo circense na sala de aula.

Bibliografia básica:

- BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. *Introdução a Pedagogia das Atividades Circenses I e II*. Jundiaí. Fontoura, 2008 e 2010
- GONÇALVES, Cristiane C. BELLUCI, Kiko, FAJTLOWICZ, Renee e BECHARA, Thiago S. *A Linguagem Corporal Circense*. Phorte, 2007.
- SILVA, Ermínia e ABREU, Luiz Alberto de. *Respeitável Público... o Circo em Cena*. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

Bibliografia complementar:

- AVANZI, Roger e TAMAOKI, Verônica. *Circo Nerino*. São Paulo: Pindorama Circus/Códex, 2004.
- BOLOGNESI, Mário Fernando. *Palhaços*. São Paulo: Unesp, 2003.
- DUARTE, Regina Horta. *O Circo em Cartaz*. Belo Horizonte: Einthoven Científica Ltda., 2001.
- PANTANO, Andreia Aparecida. *A Personagem Palhaço*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CAMARGO, Robson Corrêa de. “**A pantomima e o teatro de feira na formação do espetáculo teatral: o texto espetacular e o palimpsesto**”, in Fênix - Revista de História e Estudos Culturais. Out., Nov. e dez. de 2006, v. III - ano III - nº 4.

FIGURINO

Ementa: Conhecimentos básicos sobre a escolha do guarda roupa para o espetáculo teatral e a utilização de luz e som. Estudos experimentais de figurinos. Pesquisa de materiais expressivos e técnicas construtivas. Relação Conteúdo – Forma – Estrutura – Espaço - Função. O figurino como elemento cênico. Desenvolver em vivência um estudo aprofundado do Figurino dialogando com a iluminação, sonoplastia e música como instrumentos do espetáculo teatral.

Bibliografia básica:

- ANCHIETA, José (Costa). *Auleum*. São Paulo: A Books Editora, 2002
- CAMARGO, Roberto Gill. *Função Estética da Luz*. Sorocaba. Ed. TCM Comunicações. 2000
- GUERRA, Lisette; ADRIANA, Leite. *Figurino: uma experiência na televisão*. São Paulo. Paz e Terra. 2002.
- JÚNIOR, Redondo (org). *O Teatro e sua estética*, Lisboa. Arcádia. S.d.
- KATS, Renina; HAMBURGER, Amélia (org.) *Flávio Império*. São Paulo. EDUSP. Coleção Artistas Brasileiros 13. 1999.
- MUNIZ, Roseana. *Vestindo os nus*. Rio de Janeiro: Editora Senac. 2004.
- VIANA, Fausto. *O Figurino Teatral*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010

Bibliografia complementar:

- PAVIS, Patrice. *A Análise dos Espetáculos*. São Paulo. Editora Perspectiva. 2003.
- _____. *Dicionário de Teatro*. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1999.
- RATTO, G. *Antitratado de Cenografia*. São Paulo. Editora SENAC. 2000.
- _____. *A Mochila do Mascate*. São Paulo. Editora HUCITEC. 1996.
- ROUBINE, Jean-Jacques. *A Linguagem da Encenação Teatral*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982
- SERRONI, J. C. *Teatros: uma memória do espaço cênico no Brasil*. São Paulo. Editora SENAC. 2002

TRAGTENBERG, Livio. *Música de cena*. São Paulo: FAPESP. Editora Perspectiva. 1999.

MAQUIAGEM E MÁSCARA

Ementa: História da maquiagem e inter-relação com os outros elementos da linguagem da cena. Concepção e projeto de maquiagem e caracterização. Função e tipos de Maquiagem. Esquema de cores e suas misturas. Maquiagem e máscaras nas manifestações dramáticas de tradição popular em Alagoas. Estudo de material alternativo de maquiagem. Maquiagem e Máscaras africana e afro-brasileiras e indígenas.

Bibliografia básica:

- BOGATYREV, P. *O Signo Teatral - A Semiologia Aplicada à Arte Dramática*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.
- BOLOGNESI, Mario F. *Palhaços*. SP: UNESP, 2003.
- CEZIMBRA, Marcia. *Maquiagem Técnicas Básicas*. Ed SENAC. 2005.
- LHULIER, Yolanda. *Elementos de Editoração não Verbal na Pintura Corporal dos Índios Caduveo*. São Paulo: COM-ARTE, 1974.
- MOLINOS, Duda. *Maquiagem*. Ed SENAC. 2001.
- RUSSON, Jacqueline. *Pintando o Rosto*. São Paulo: Editora Manole Ltda., 1994.
- VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

Bibliografia complementar:

- CARBONCINI, Anna. *Perfume e Maquiagem - Numa Exposição*. São Paulo: Práxis Artes Gráficas Ltda, 1978.
- KLINTOWITZ, Jacob. *Máscaras Brasileiras*. Catálogo da Exposição. São Paulo: MASP, 1986.
- SMITH, Ray C. *Book of Make Up, Masks and Wigs*. Emmaus: Rodale Press, Inc., 1974.
- TORRES, Domingo Piga. *El Maquillaje Teatral*. Santiago, Chile: Publicaciones Escuela de Teatro, Universidad de Chile, 1968.

CONFECÇÃO DE MÁSCARAS CÊNICAS

Ementa: Desenvolver um estudo sistemático e pedagógico de construção de máscaras cênicas. Introdução e estudo das técnicas de confecção de diversas máscaras teatrais mundiais, de matriz africana, indígena e da cultura popular brasileira. Praticar as técnicas em materiais como: papelagem (cartaposta), couro e materiais recicláveis. Finalizar com uma exposição ou mesmo uma criação cênica de personagens explorando suas movimentações características, ritmos e possibilidades de comunicação em uma apresentação pública.

Bibliografia básica:

- AMARAL, Ana Maria. *Teatro de formas animadas: máscaras, bonecos objetos*. São Paulo: Edusp, 1996.
- SARTORI, Donato. *Le Maschere nell'antichità: storia modi e metodi della maschera dell'arte*. Pontedera: Bandecchi & Vivaldi. 2003.
- TESSARI, Roberto. *Teatro e Antropologia tra Rito e Spettacolo*. Roma: Carocci editore S.p.A, 2004.

Bibliografia complementar:

- ASLAN, Odette. *Le masque. Du rite au théâtre*. Paris: Centre national de la Recherche Scientifique.
- MACK, John. *Masks: the art of expression*. London: British Museum Press, 1994
- LODY, Raul. *Cazumbá: máscara e drama no boi do Maranhão*. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 1999.
- SANTOS, Ivanildo L. P. *Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalo Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano*. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.
- SOARES, Ana Lúcia Martins (Ana Aschcar). *O Papel do jogo da máscara teatral na formação e no treinamento do ator contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Teatro). Centro de Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação, UNIRIO, 1999.

DRAMATURGIA**Ementa:**

Reflexão sobre fenômeno teatral. O texto dramaturgic e o texto espetacular. Formas do texto teatral. Diferenças entre teatro épico e a dramática rigorosa. Dramaturgia em processo, adaptações e outras formas da produção dramaturgic. Dramaturgia africana e afrodescendente. Dramaturgia nas formas espetaculares da tradição popular alagoana. Prática dramaturgic.

Bibliografia básica:

- BULHÕES, Marcos Aurélio. *Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.
- NICOLETE, Adélia. *Ateliês de Dramaturgia: práticas de escrita a partir da integração artes visuais-texto-cena*. (Tese de doutorado). São Paulo: ECA/USP, 2013.
- NICOLETE, Adélia. *Da cena ao texto: dramaturgia em processo colaborativo*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: ECA/USP, 2005.
- PUPPO, Maria Lúcia. *Entre o Mediterrâneo e o Atlântico*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- REWALD, Rubens. *Caos/Dramaturgia*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2005.
- SOURIAU, E. *As duzentas mil situações dramáticas*. São Paulo: Ática, 1993.

Bibliografia complementar:

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- MAGALDI, S. *O texto no teatro*. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- PALLOTTINI, R. *Dramaturgia*. Construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.
- PALLOTTINI, R. *Introdução à dramaturgia*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS TEATRAIS CONTEMPORÂNEAS

Ementa: Desenvolvimento de projetos individuais ou em grupos que tenham como demanda o estudo de práticas e poéticas teatrais da contemporaneidade, como: arte da performance, teatro performativo, teatro documental, o pós-dramático, processos colaborativos de criação, entre outros.

Bibliografia básica:

FERNANDES, Sílvia e AUDIO, Roberto (org.) Teatro da Vertigem. BR-3. São Paulo, Perspectiva/Edusp, 2006.
KANTOR, T. **O Teatro da Morte**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
LEHMANN, Hans-Thies. **O teatro pós-dramático**. São Paulo, Cosac&Naify, 2007.

Bibliografia complementar:

BARBA, Eugênio. **Além das ilhas flutuantes**. São Paulo, Hucitec/UNICAMP, 1991.
COHEN, Renato. **Performance como Linguagem**, São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
FISCHER, Stela. **Processo Colaborativo e experiências de companhias teatrais brasileiras**. Hucitec, São Paulo, 2010.
GALIZIA, Luiz Roberto. **Os processos criativos de Robert Wilson**, São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.
PAVIS, Patrice. **A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LABORATÓRIO DE DRAMATURGIA

Ementa: Elaboração de textos teatrais a partir de procedimentos que integrem escrita e experimentação objetivando instrumentalizar o ator-dramaturgo para construção ficcional e cênica. Técnicas dramáticas dos principais autores ou formas teatrais. O conceito contemporâneo de dramaturgia. Processos coletivos de criação de texto. Transcrição e outras formas de construção dramática. A escrita cênica no processo de ensino-aprendizagem.

Bibliografia básica:

ABREU, Luís Alberto. A personagem contemporânea. **Sala Preta**, São Paulo, v. 1, nº 1, 2001.
BULHÕES, Marcos Aurélio. **Dramaturgia em jogo: uma proposta de aprendizagem e criação em teatro**. (Tese de Doutorado) São Paulo: ECA/USP, 2006.
COHEN, R. **Work in progress na cena contemporânea**. São Paulo: Perspectiva (Debates), 2002.
NICOLETE, Adélia. **Ateliês de Dramaturgia: práticas de escrita a partir da integração artes visuais-texto-cena**. (Tese de doutorado). São Paulo: ECA/USP, 2013.
NICOLETE, Adélia. Criação coletiva e processo colaborativo: algumas semelhanças e diferenças no trabalho dramático. **Sala Preta**, v. 2, nº 2. São Paulo: ECA/USP, 2002.
NICOLETE, Adélia. **Da cena ao texto: dramaturgia em processo colaborativo**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: ECA/USP, 2005.

Bibliografia complementar:

PALLOTTINI, R. **Dramaturgia**. Construção do personagem. São Paulo: Ática, 1989.
PALLOTTINI, R. **Introdução à dramaturgia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.
REWALD, Rubens. **Caos/Dramaturgia**. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2005.
SOURIAU, E.mil **As duzentas mil situações dramáticas**. São Paulo: Ática, 1993.

COMMEDIA DELL'ARTE

Ementa: Desenvolver o estudo prático e teórico da Pedagogia das Máscaras na formação do ator através da investigação de pesquisa com foco na Commedia

dell'Arte envolvendo para isso as técnicas de improvisação e criação de personagens tipos do imaginário popular brasileira relacionado à tradição europeia.

Bibliografia básica:

- SCALA, Flaminio. ***A loucura de Isabella***. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- TESSARI, Roberto. ***La Commedia dell'Arte. Genesi d'una società dello spettacolo***. Lecce, Italia: Laterza, 2013.
- TESSARI, Roberto. ***Commedia dell'arte: la Maschera e l'Ombra - problemi di storia dello spettacolo***. MURSIA. 1989.

Bibliografia complementar:

- AMARAL, Ana Maria. ***O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos***. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. ***A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento***. São Paulo. Hucitec, 1990.
- FO, Dario. ***Manual Mnimo do Ator***. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 1998.
- SANTOS, Ivanildo L. P. ***Os Palhaços das Manifestações Populares Brasileiras: Bumba Meu Boi, Cavalão Marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano***. Dissertação de Mestrado. UNESP. São Paulo, 2008.
- SANTOS, Ivanildo L. Piccoli dos. ***O Dueto Cômico: da Commedia dell'Arte ao Cavalão Marinho***. Tese de Doutorado. UNESP. São Paulo. 2015.

OFICINA DE DIREÇÃO TEATRAL

Ementa: Os principais diretores da História do Teatro e suas concepções. Noções de direção. Plano de direção. Estruturação do espetáculo. Análise do texto. Encenação. Direção teatral e Meio Ambiente. A definição dos elementos visuais: luz, figurino, cenário. Os elementos sonoros. Cronograma, produção, temporada.

Bibliografia básica:

- BROOK, Peter. ***A porta aberta***: reflexões sobre a interpretação e o teatro. 3. ed. Trad. Antônio Mercado. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.
- CORRÊA, José Celso Martinez. ***Primeiro ato***, São Paulo, Ed. 34, 1998.
- WEKWERTH, M. ***Diálogo sobre a encenação***. São Paulo: Hucitec, 1984.

Bibliografia complementar:

- FERNANDES, Sílvia. ***Memória e invenção***: Gerald Thomas em Cena. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- GALIZIA, Luiz Roberto. ***Os processos criativos de Robert Wilson***. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GROTOWSKI, J. ***Em busca de um teatro pobre***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- STANISLAVSKI, Constantin. ***A construção da personagem***. Ed. Civilização Brasileira, 1970.
- STANISLAVSKI, Constantin. ***A criação de um papel***. Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- STANISLAVSKI, Constantin. ***A preparação do ator***. Ed, Civilização Brasileira, 1986.

NARRATIVAS DA RUA – DA INSPIRAÇÃO AFRICANA À RODA DE HISTÓRIAS COMO ARTE PÚBLICA

Ementa: Técnicas de escuta, concentração e articulação de repertório para sessões de contos em espaços abertos através de princípios do contador de histórias da África Ocidental, de cultura mandinga.

Bibliografia básica:

- BARBOZA, Juliana Jardim. **Vestígios do dizer de uma escuta (repouso e deriva na palavra)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da ECAUSP. São Paulo: 2009.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012 (8ª ed.)
- BERNAT, Isaac Garson. O ofício do ator e a tradição do griot. In: RABETTI, Maria de Lourdes (org.). **Anais do IV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 56 a 58.
- BERNAT, Isaac Garson. **O olhar do griot sobre o ofício do ator: reflexões a partir dos encontros com Sotigui Kouyaté**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teatro do Centro de Letras e Artes da UNIRIO. Rio de Janeiro: 2008.
- BROOK, Peter. **O ponto de mudança, quarenta anos de experiências teatrais: 1946-1987**. Trad. Antônio Mercado e Elena Gaidano. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- FARIAS, Paulo F. de Moraes. **Griots, louvação oral e noção de pessoa no Sahel**, São Paulo: Casa das Áfricas (PUC/USP), 2004.
- FLECK, Felicia de Oliveira. **A profissionalização do contador de histórias contemporâneo**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Professora Drª. Miriam Vieira da Cunha, Linha de Pesquisa Profissionais da Informação, Florianópolis, 2009.
- FORD, Clyde W. **O herói com rosto Africano: mitos da África**. Trad. Carlos mendes Rosa. São Paulo: Summus, 1999.
- FROBENIUS, Leo. **A gênese africana: contos mitos e lendas da África**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Landy, 2005.
- GOMES, Lenice & MORAES, Fabiano(org.). **A arte de encantar: o contador de histórias contemporâneo e seus olhares**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MATOS, Gislayne Avelar. **A palavra do contador de histórias: sua dimensão educativa na contemporaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MATOS, Gislayne Avelar SORSY, Inno. **O ofício do contador de histórias: perguntas e respostas, exercícios práticos e um repertório para encantar**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**. São Paulo: Perspectiva. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- MOUTINHO, Viale (org.). **Contos Populares de Angola: Folclore Quimbundo (4 ed.)**. São Paulo, Landy, 2002.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- OLIVEIRA, Érico José Souza. **A roda do mundo gira: um olhar etnocenológico sobre a brincadeira do Cavalo Marinho Estrela de ouro (Condado- Pernambuco)**. Salvador: SESC Piedade, 2007.
- PHILIP, Neil. **Volta ao mundo em 52 histórias**. São Paulo: companhia das Letrinhas, 1998.

- PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo, Cia. Das Letras, 2001.
- RODRIGUES, Ricardo Alexandre Ribeiro. **Busca de princípios para uma atuação a partir de estudos sobre os griots africanos e os jograis medievais europeus**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes, Área de Concentração Artes Cênicas da UNESP. São Paulo : 2011.
- SILVA, Narciso Laranjeira Telles da. **Teatro de rua: dos grupos à sala de aula**. 2007. 224 p. Tese (Doutorado em Teatro) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SISTO, Celso. **Texto e pretextos sobre a arte de contar histórias**. (2º ed.) . Curitiba: Positivo, 2005.

Bibliografia complementar:

- BAKTHIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Francois Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 2002 (5ª ed.).
- BIÃO, Armindo. Na encruzilhada do ator-narrador: entre o teatro e a teoria. In: **Rebento: Revista de Artes do Espetáculo**. São Paulo: UNESP, 2010.
- MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Trad. Albert Christophe Migueis Stukenbuck. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MENDES, Miriam Garcia..**O negro e o teatro brasileiro entre 1889-1982**. Rio de Janeiro: FUNDACEN, 1988.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 2º ed. rev. e ampl. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

SONOPLASTIA E SONORIZAÇÃO

Ementa: Estudo teórico–prático da sonoplastia e da sonorização de espetáculos teatrais. Redimensionamento da conscientização do universo sonoro circundante. A sonoplastia como técnica e processo de criação. Sonoplastia e Meio Ambiente. A sonoplastia ao vivo e a sonoplastia gravada. Funções da sonoplastia: informação e expressão (intensificação, multiplicação, diminuição, clima, comentário, contraste e perspectiva). Música da cena e música cênica. Direção musical, trilha sonora e sonoplastia. A relação do som com os vários elementos do espetáculo. Criação, gravação, montagem, roteirização e operação de trilha sonora para o evento teatral.

Bibliografia básica:

- CAMARGO, Roberto Gill. **A sonoplastia no teatro**. Rio de Janeiro: INACEN, 1986.
- SCHAFER, Murray. **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- TRAGTENBERG, Lívio. **Música de cena**. S. Paulo: Perspectiva/Fapesp, 1999.

Bibliografia complementar:

- CAMARGO, Roberto Gill. **Som e cena**. Sorocaba, São Paulo: TCM Comunicação, 2001.
- CINTRA, Fabio C.M. **A musicalidade como arcabouço da cena**: caminhos para uma educação musical no teatro. São Paulo: ECA/USP, 2006 (tese de doutorado)
- ouvirOUver, v.1. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- SANTOS, Fátima Carneiro dos. **Por uma escuta nômade**: a música dos sons da rua. São Paulo: Educ, 2002.
- SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. S. Paulo: UNESP, 1997.
- WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO

Ementa: Estrutura, natureza e significados do jogo: distinção e relações entre jogo e esporte. O jogo no processo de formação do indivíduo. Classificações do jogo. O jogo e as brincadeiras como procedimento de ensino e como conhecimento. O jogo do ponto de vista da antropologia e da psicologia. O jogo na cultura indígena. Aspectos metodológicos do jogo e das brincadeiras na Educação. Ensino e prática dos jogos e brincadeiras, considerando os princípios sócio-educativos para diferentes populações (pessoas com necessidades especiais).

Bibliografia básica:

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1997.

BROUGÈRE, G. *Jogo e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979.

Bibliografia complementar:

CALLOIS, R. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CHATEAU, J. *O jogo e a criança*. São Paulo: Summus, 1987.

ROSAMILHA, N. *Psicologia do jogo e aprendizagem infantil*. São Paulo: Pioneira, 1979.

FREIRE, J. B. *Jogo: entre o riso e o choro*. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FREIRE, J. B.; VENÂNCIO, Silvana. (orgs.). *O Jogo dentro e fora da escola*. Campinas: Autores Associados. 2005. (Coleção Educação Física e Esportes).

ENCENAÇÃO E PEDAGOGIA

Ementa: Encenação como prática de ensino. Pedagogias da encenação. Encenadores pedagogos: princípios, sistemas e práticas de criação. Teatro como instrumento de aprendizagem ética. Prática da encenação como pedagogia de ensino da linguagem teatral.

Bibliografia básica:

BRECHT, Bertolt, *Estudos sobre o teatro*. Trad. Brandão, Fiama Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WEKWERTH, M. *Diálogo sobre a encenação*. São Paulo: Hucitec, 2007.

THAÍS, Maria. *Na Cena do Dr. Dapertutto*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia complementar:

ALENCAR, Sandra. *Atuadores da Paixão*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura/FUMPROARTE, 1997.

DOSSIÊ APOCALIPSE. *Sala Preta 1*, 2001, p. 117-172.

FERNANDES, Ciane. *Pina Baush e o Wuppertal dança-teatro: Repetição e Transformação*. Hucitec, 2000.

GAMA, Joaquim. "Produto ou processo: em qual deles estará a primazia?". *Sala Preta*, v. 2 nº 2. São Paulo: ECA USP, 2002.

GIANINI, Marcelo. *João, Artur e Alice: brincando de fazer teatro na contemporaneidade*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: ECA USP, 2009.

KANTOR, T. *O Teatro da Morte*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

MARTINS, Marcos Bulhões. *Encenação em jogo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

PAVIS, Patrice. *A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SILVA, Antonio Araújo. A Encenação Performativa. In *Revista Sala Preta 9*. São Paulo: ECA/USP, 2009.

SILVA, Antonio de Araújo. *A gênese da Vertigem*: o processo de criação de O Paraíso Perdido. São Paulo: Perspectiva, 2001.

A PEÇA DIDÁTICA DE BERTOLT BRECHT

Ementa: Pedagogia, estética, ética, dramaturgia e encenação das peças didáticas de Bertolt Brecht. A peça didática na educação. O Ato Artístico Coletivo. Jogo e texto.

Bibliografia básica:

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Brecht na Pós-Modernidade*. São Paulo, Perspectiva, 2012.

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Brecht: um jogo de aprendizagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Um Vôo Brechtiano. Teoria e Prática da Peça Didática*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 1992.

Bibliografia complementar:

BRECHT, Bertolt. *Escritos sobre teatro*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1967, 3 vol.

BRECHT, Bertolt, *Estudos sobre o teatro*. Trad. Brandão, Fiama Pais. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRECHT, Bertolt. *Histórias do sr. Keuner*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRECHT, Bertolt. *Poemas: 1913 – 1956*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

KOUDELA, Ingrid Dormien. *Texto e jogo*. São Paulo: Perspectiva, 2010

ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

TEATRO DE ANIMAÇÃO

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades: Teatro de Bonecos, Teatro de Sombras, Teatro de Máscaras, Teatro de Objetos, Teatro de Figurinos, Teatro de Brincantes, Teatro de Ruídos, e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

ACIOLI FILHO, José. *O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial*. Dissertação de mestrado defendida no CEDU-UFAL em 2010.

AMARAL, Ana Maria. *Teatro de animação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

_____. *Teatro de formas animadas*. São Paulo: USP, 1992.

Bibliografia complementar:

BALARDIM, Paulo. *As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação*. Ed. Balardim. 2004.

BORRALHO, Tácito Freire. *O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro*. São Luiz: Sesc, 2005.

BORBA FILHO, Hermilo. *Fisionomia e espírito do mamulengo*. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.

LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE BONECOS

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades. O **Teatro de Bonecos** e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

- ACIOLI FILHO, José. **O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial**. Dissertação de mestrado defendida no CEDU-UFAL em 2010.
- AMARAL, Ana Maria. **Teatro de animação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- _____. **Teatro de formas animadas**. São Paulo: USP, 1992.
- _____. **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BORRALHO, Tácito Freire. **O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro**. São Luiz: Sesc, 2005.
- BORBA FILHO, Hermilo. **Fisionomia e espírito do mamulengo**. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.

Bibliografia complementar:

- BALARDIM, Paulo. **As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação**. Ed. Balardim. 2004.
- OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Ed. Vozes, 1997.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Ed Perspectiva. 1999.

LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE SOMBRAS

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades. O **Teatro de Sombras** e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

- ACIOLI FILHO, José. **O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial**. Dissertação de mestrado defendida no CEDU-UFAL em 2010.
- AMARAL, Ana Maria. **Teatro de animação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- _____. **Teatro de formas animadas**. São Paulo: USP, 1992.
- _____. **O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BORRALHO, Tácito Freire. **O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro**. São Luiz: Sesc, 2005.
- BORBA FILHO, Hermilo. **Fisionomia e espírito do mamulengo**. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.

Bibliografia complementar:

- BALARDIM, Paulo. *As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação*. Ed. Balardim. 2004.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Ed. Vozes, 1997.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Ed Perspectiva. 1999.

LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE MÁSCARAS

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades. O **Teatro de Máscaras** e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

- ACIOLI FILHO, José. *O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial*. Dissertação de mestrado defendida no CEDU-UFAL em 2010.
- AMARAL, Ana Maria. *Teatro de animação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- _____. *Teatro de formas animadas*. São Paulo: USP, 1992.
- _____. *O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- BORRALHO, Tácito Freire. *O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro*. São Luiz: Sesc, 2005.
- BORBA FILHO, Hermilo. *Fisionomia e espírito do mamulengo*. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.

Bibliografia complementar:

- BALARDIM, Paulo. *As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação*. Ed. Balardim. 2004.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Ed. Vozes, 1997.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Ed Perspectiva. 1999.

LABORATÓRIO DE TEATRO DE ANIMAÇÃO – LATA: TEATRO DE OBJETOS

Ementa: Noções e conceitos teóricos e práticos acerca da linguagem do teatro de animação e suas modalidades. O **Teatro de Objetos** e suas múltiplas maneiras de concepção e montagem. A aplicação das técnicas na sala de aula e na ação cultural. Teatro de animação nas manifestações culturais da tradição alagoana, afro-brasileira e indígena.

Bibliografia básica:

- ACIOLI FILHO, José. *O Teatro de Animação enquanto linguagem artística pedagógica numa abordagem complexa e multirreferencial*. Dissertação de mestrado defendida no CEDU-UFAL em 2010.
- AMARAL, Ana Maria. *Teatro de animação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- _____. *Teatro de formas animadas*. São Paulo: USP, 1992.
- _____. *O ator e seus duplos: máscaras, bonecos, objetos*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

- BORRALHO, Tácito Freire. *O boneco do imaginário popular maranhense ao teatro*. São Luiz: Sesc, 2005.
- BORBA FILHO, Hermilo. *Fisionomia e espírito do mamulengo*. Rio de Janeiro: Inacen, 1984.

Bibliografia complementar:

- BALARDIM, Paulo. *As Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação*. Ed. Balardim. 2004.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e Processos de Criação*. Ed. Vozes, 1997.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Ed Perspectiva. 1999.

PESQUISA ORIENTADA

Ementa: Grupo de estudo orientado para pesquisa com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Organização da pesquisa acadêmica. Orientação para trabalhos de pesquisa. Socialização dos processos individuais. Estudos direcionados aos temas.

Bibliografia básica: de acordo com as demandas apresentadas pelos discentes.

Bibliografia complementar: de acordo com as demandas apresentadas pelos discentes.

IMPROVISAZÃO TEATRAL – DE BOAL AOS CONTOS AFRICANOS

Ementa: Através de jogos propostos por Augusto Boal, principalmente no livro *200 jogos para atores e não atores*, os acadêmicos irão apreender a noção de jogo para o teórico e farão improvisações em diversos níveis, partindo do espaço, personagens, temas e conflitos presentes em contos africanos publicados no Brasil. A experiência de diferentes possibilidades de estímulos (visuais, sonoros, pictóricos etc.), em consonância com as propostas pedagógicas de Augusto Boal, desenvolvem o raciocínio cênico e permitem a apropriação de contos performatizados ao final do semestre.

Bibliografia básica:

- BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não-atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BOAL, Augusto. *Técnicas Latino-Americanas de Teatro Popular*. Editora Hucitec, 1979.

Bibliografia complementar:

ENSINO DE ARTE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ementa: Introdução aos aspectos característicos e de desenvolvimento de diferentes tipos de deficiência, compreendendo as políticas públicas, a legislação brasileira, a tecnologia assistiva e os diversos recursos de acessibilidade educacional no ensino da

Arte para pessoas com deficiência. Estudo da Educação inclusiva: fundamentos e paradigmas como campo de saber sobre as alteridades da pessoa com deficiência, refletindo acerca da docência artística-educacional. Ensino e práticas corporais voltados às pessoas com deficiência, com vistas à construção de uma pedagogia da Arte, especialmente nas Artes Cênicas, favorecedora do acesso, permanência e sucesso do aluno com deficiência, sustentada em princípios éticos e na aceitação da pluralidade humana, em seus aspectos singulares, sociais e culturais.

Bibliografia básica:

- COURTINE, J.J.;CORBIN, A.; VIGARELLO, G. (org). *História do corpo*. Vol.3: as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DINIZ, Débora. *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- TONEZZI, José. *A Cena contaminada: Um Teatro das Disfunções*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Bibliografia complementar:

- ALBRIGHT, Ann Cooper. *Choreographing difference*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Vol. 3. 2ª Edição. Porto Alegre, Artmed: 2004.
- GREINER, Chistine. *O corpo em crise*. São Paulo: Editora Annablume, 2010.
- STRAZZACAPPA, Márcia. *Educação somática e artes cênicas: princípios e aplicações*. Papyrus, 2012.
- TEIXEIRA, Carolina. *Deficiência em cena*. João Pessoa: Ideia, 2011.

FOTOGRAFIA CÊNICA

Ementa: A disciplina possibilita acesso à técnica e à história da fotografia, assim como direciona, capacita o discente a captar imagens cênicas durante o semestre em compartilhamento com outras disciplinas.

Bibliografia básica:

- HACKING, Juliete. *Tudo sobre fotografia*. Editora Geral: Rio de Janeiro, 2012.
- MORLEY, Don. *Fotografia em movimento*. Trad. Eduardo Nogueira, Lisboa: Tempos Livres, 1983.
- LUIZI, Emidio. *Fotografia de Espetáculo*. 2a ed - Bauneário Camboriú,SC: Photos 2013.

Bibliografia complementar:

- ROUILLÉ, André. *A fotografia entre o documento e arte contemporânea*; tradução Constancia Egrejas. São Paulo, editora SENAC, São Paulo, 2009

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE TCC

Ementa: Elaboração de projetos experimentais em artes cênicas; normas da ABNT; identificação de objetivos, hipóteses, métodos, instrumentos e ferramentas de pesquisa; produção, transmissão, apreensão e expressão do conhecimento como modo de fazer na universidade.

Bibliografia básica:

- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
COSTA, Ana Rita F.; BERTOLDO, Edna; PIZZI, Laura Cristina V.; BARRIOS, Suzana. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. Maceió. EDUFAL, 2010.
CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. *Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação*. 2ª ed. Niterói/RJ: Intertexto, 2004.

Bibliografia complementar:

- BRANDÃO, Z. (org.) *A crise dos paradigmas e educação*. São Paulo: Cortez, 1994
LAVILLE, C. e DIONNE, J. *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
LUCKESI, Cipriano; BARRETO, Elói; COSMA, José; BAPTISTA, Naidison. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 2012.
PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas/SP: Papirus, 2000.
RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

TEATRO E CINEMA: A TRAGÉDIA NA OBRA DE PASOLINI

Ementa: Surgimento do cinema e sua relação com o teatro; o cinema impuro; estudo das adaptações fílmicas; arte e hibridismo; Pasolini, dramaturgo e cineasta; a tragédia grega e Pasolini.

Bibliografia básica:

- BAZIN, André. *O cinema – ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
CECCATTY, René. *Pasolini: biografia*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2015.
HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Florianópolis, editora da UFSC, 2013.
KINSKI, Davi. *Pasolini, do neorrealismo ao cinema poesia*. Laranja original, 2016.
MACHADO, Arlindo. *Arte e Mídia*. Editora Zahar, 2007.
MOTA, Marcos. *Dramaturgia fílmica*. IV Reunião Científica de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas.
NETO, Ulysses Maciel de Oliveira. *O cinema trágico-poético de Pier Paolo Pasolini: appunti per Un' Orestide Africana; Édipo Rei; Medeia*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, 2009.
OLIVEIRA, Maria Rita Aguilar Nepomuceno de. *Pier Paolo Pasolini, l'uomo arrabbiato: um percurso para o trágico*. Dissertação de mestrado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Multimeios do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2010.
SILVA, Marcel Vieira Barreto. *Cinema e literatura dramática: alguns pontos de vista sobre as linguagens teatral e cinematográfica*. graphos. João pessoa, v. 9, n. 1, jan./jul./2007.
STAM, Robert. *Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade*. New York University.

Bibliografia complementar:

- AUMONT, J. *O Cinema e a Encenação*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008.
CHARNEY, L., SCHWARTZ, V. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
XAVIER, I. *O Olhar e a Cena: Melodrama, Hollywood, Cinema Novo*, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PRODUÇÃO CULTURAL PARA AS ARTES DO ESPETÁCULO

Ementa: Organização da Cultura e Leis que a regem no Brasil. Elaboração de projetos culturais para as artes do espetáculo dentro e fora da escola. Fontes de financiamento e captação de recursos para projetos culturais. Prestação de contas em projetos culturais.

Bibliografia básica:

- AVELAR, Romulo. *O Averso da Cena: notas sobre produção e gestão cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2010.
- BARROS, Alice Monteiro de. *As relações de trabalho no espetáculo*. São Paulo: LTR, 2003.
- COSTA NETTO, José Carlos. *Direito Autoral no Brasil*. São Paulo: FTD, 1998.
- CRIBARI, Isabela (org). *Economia da Cultura*. São Paulo: Editora Massangana, 2009.
- _____. *Produção Cultural e Propriedade Intelectual*. São Paulo: Editora Massangana, 2007.
- RODRIGUES, Anna C. Q. O Perfil do Produtor de Teatro em Maceió: características do modo de fazer nos grupos de teatro atuantes em 2013. Mauritius, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 53-77.
- SESI. Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. *Estudos das leis de incentivo à cultura* / SESI. DN. – Brasília : SESI/DN, 2007. 2 v. ; 26 cm. 204 p.

Bibliografia complementar:

- AMORIM, Ana Maria. *Legislações Culturais*. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.
- BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural*. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.
- CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural*. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.
- FREIRE, Alberto. *Fomento à Cultura*. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.
- ITAÚ CULTURAL. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC* - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- REIS, Ana Carla Fonseca et all. *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

TEATRO DO OPRIMIDO

Ementa: Origem e princípios do Teatro do Oprimido (TO); Teoria e prática dos jogos do TO; Modelos teatrais: Teatro-Jornal, Teatro-Imagem e Teatro-Fórum; o Arco-Iris do

Desejo e da Estética do Oprimido; TO e construção da cidadania: Teatro Legislativo e Ações Sociais Concretas e Continuadas; Teatro e comunidade.

Bibliografia básica:

- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- BOAL, Augusto. **Teatro legislativo**: versão beta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SANTOS, Bárbara. **Teatro do Oprimido**: Raízes e Asas - uma teoria da práxis. Rio de Janeiro: Ibris Libris, 2016.

Bibliografia complementar:

- BOAL, Augusto. **A árvore do teatro do oprimido** in BOAL, Augusto et al [ed.] *Metáxis*: Informativo do Centro de Teatro do Oprimido. Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto. Rio de Janeiro: n. 4, J. Sholna, 2008, p. 72-75.
- BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BOAL, Augusto. **O arco-íris do desejo**: método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BOAL, Augusto. **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003
- BOAL, Augusto. **Técnicas latinoamericanas de teatro popular**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1979.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 7. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BOAL, Julian. **Por una historia política del teatro del oprimido** disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/lthc/article/view/44326/50291> acesso no dia 04.04.2018.
- BOAL, Julian. Opressão in SANTOS, Bárbara [ed.] [et al] *Metáxis*: Informativo do Centro de Teatro do Oprimido. Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto. Rio de Janeiro: n. 6, J Sholna, 2010, p. 124-126.

POÉTICAS DO FEMININO: HISTÓRIA, ARTES, POLÍTICA

Ementa: A disciplina busca refletir sobre a temática feminina na história da arte e nas manifestações artísticas contemporâneas. Procura, através das análises das criações simbólicas, discutir a trajetória política das mulheres artistas, bem como refletir sobre o projeto feminista e seus fundamentos teóricos-metodológicos.

Bibliografia básica:

- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2010, vol.18, n.36, pp.15-23. ISSN 0104-4478.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**
Artigo on line: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: CORRÊA, Mariza et al. (Ed.). **Cadernos Pagu** – Dossiê “História das Mulheres no Ocidente”. v. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 1995. p. 9-28.

Bibliografia complementar:

- Andrade, Valéria. (Universidade Federal de Campina Grande, Brasil). Dramaturgas brasileiras no século XIX: Escritura, Sufragismo e outras transgressões. In *Les femmes dans le théâtre brésilien* **Plural Pluriel. Revue des cultures de langue portugaise**, 2011 no. 8

- BEAUVOIR, Simone. Introdução. Vol.1 In: **O segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- MATOS, Lara Tatiane de. **Teatro feminista no Brasil**: Loucas de Pedra Lilás.
- NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas**. Edições Aurora. São Paulo, 20016.

BRECHT E O CINEMA

Ementa: Estudo da obra do dramaturgo Bertold Brecht em uma perspectiva extra-teatral; relação do dramaturgo com o cinema; sua contribuição, através do conceito estético-político de “distanciamento”, para a arte contemporânea, especialmente o teatro e cinema.

Bibliografia básica:

- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Lisboa: Potugália Editora.
- COSTA, Iná Camargo. **A hora do teatro épico no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- KOUDELA, Dormien Ingrid. **Um voo brechtiano**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- STAM, Robert. **O espetáculo interrompido: literatura e cinema de desmistificação**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

Bibliografia complementar:

- BAZIN, André. **O que é cinema?** Lisboa: Livros Horizonte, 1992
- EWEN, Frederic. **Bertolt Brecht: sua vida, sua arte, seu tempo**. São Paulo: Globo, 1991.
- JAMESON, Fredric. **O método Brecht**. Petrópolis: Vozes, 1999
- RAMOS, A. F. “Bertold Brecht e o cinema alemão dos anos 1920”, **Fênix: revista de história e estudos culturais**, vol. 3, n. 3, jul.-set. 2006; disponível em: www.revistafenix.pro.br

TRAGÉDIA E CINEMA

Ementa: estudo da tragédia e dramaturgia; tragediógrafos; releituras e adaptações da tragédia antiga; a tragédia contemporânea no teatro e cinema.

Bibliografia básica:

- ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.
- BRANDÃO, Junito. **Teatro Grego: origem e evolução**. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- LESKY, Albin. **A tragédia grega**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Bibliografia complementar:

- COSTA, Lígia Militz da Costa; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. **A Tragédia- estrutura e história**. Santa Maria: Editora Ática, 1988.
- EAGLETON, Terry. **Doce violência: a ideia do trágico**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o Trágico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. Tradução: Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia Grega**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SCHILLER, Friedrich. **Teoria da Tragédia**. São Paulo: EPU, 1991.

TEATRO E CINEMA

Ementa: estudo teórico-crítico das convergências, atritos e migrações entre a arte teatral e a cinematográfica. Análise da dramaturgia adaptada à linguagem cinematográfica. A personagem no teatro e cinema. Estudo histórico e estético das relações entre o teatro e o cinema.

Bibliografia básica:

AUMONT, Jacques. **O Cinema e a Encenação**. Lisboa: Texto&Grafia, 2006

BORDWELL, David. **Figuras Traçadas na Luz** – A Encenação no Cinema s: Papyrus, 2009.

BROOK, Peter. **O Teatro e Seu Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Bibliografia complementar:

BAZIN, André. **O Que é o Cinema?** Lisboa: Livros Horizonte, 1992

CANDIDO, Antonio (Org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2002

CHARNEY, L., SCHWARTZ, V. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

STAM, R. **O espetáculo interrompido: literatura e cinema de desmistificação**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

XAVIER, I. **O Olhar e a Cena: Melodrama, Hollywood, Cinema Novo**, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

23. REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e Esportes. *Referenciais Curriculares da Educação Básica*. Maceió: SEE, 2014.
- BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília. 2004.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília. 2003.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília. 2008.
- BRASIL. Governo Federal. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília. 2002.
- BRASIL. Governo Federal. Resolução CNE/CES n.02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília. 2007.
- BRASIL. Governo Federal. Decreto n.5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília. 2005.
- BRASIL. Governo Federal. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. 2012.
- BRASIL. Governo Federal. Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília. 2002.
- BRASIL. Governo Federal. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 1999.

- BRASIL. Governo Federal. Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002, Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 2002.
- BRASIL. Governo Federal. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília. 2002.
- BRASIL, Governo Federal. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o Estágio de estudantes. Brasília. 2008.
- BRASIL, Governo Federal. Resolução nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o Parágrafo 3º do Artigo 98 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Brasília. 2012. BRASIL. Ministério da Educação. Comissão de especialistas de ensino de pedagogia. Documento norteador para as comissões de verificação com vistas à autorização e reconhecimento de curso normal superior. Brasília: reunião em 31 de janeiro e 01 e 02 de fevereiro de 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação. Brasília. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP 9/2001*. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Subsídios para a elaboração de proposta de Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas*. Março/1999.
- BRASIL Ministério da Educação. SESU/ *Comissão de Especialistas de Ensino de Artes e Design*, CEEARTES. Outubro de 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 02 de 19 de fevereiro 2002 – Institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Brasília. 2002.

- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 02 de 1 de julho 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) – Dispõe sobre o credenciamento de instituições para ofertas de cursos ou programas, na modalidade a distância. Brasília. 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília. 2010. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.098 de 10 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília. 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Brasília. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1 de 30 de maio de 2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CP N.º03 de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Brasília. 2004.

- BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CP N.º09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação. Brasília. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. PARECER CNE/CES Nº:52/2007, que trata da autorização para o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas. Brasil. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília. 2013.
- BRASIL, Universidade Federal de Alagoas. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2009 Normatiza os procedimentos para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Dança e dá outras providências. Maceió – AL. 2009.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL. Conselho Universitário da UFAL. Maceió-AL. 2012.
- BRASIL, Universidade Federal de Alagoas. RESOLUÇÃO Nº 71/2006 CONSUNI/UFAL - Disciplina os Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da UFAL. Maceió. 2006. UFAL. Universidade Federal de Alagoas/Campus Sertão. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia de Produção*. Delmiro Gouveia/AL: UFAL, 2014.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.
- BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL. Pró-Reitoria de Graduação da UFAL. Maceió-AL. 2013.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Resolução nº 25/2005 – CEP, de 26 de outubro de 2005 – Institui e regulamenta o funcionamento do regime acadêmico semestral, nos cursos de graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Maceió. 2005.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Alagoas. Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação. Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017. Maceió, 1995.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Alagoas. Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Maceió-AL. 2005.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015(*)

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O **Presidente do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial do União de 25 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

CONSIDERANDO que as instituições de educação básica, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho; CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado,

Resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

§ 3º Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, devem concebê-la

atendendo às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

§ 2º Para fins desta Resolução, a educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

§ 7º Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem reconhecer que:

I - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do campo e da educação escolar

quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASE COMUM NACIONAL

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmicaprofissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para

o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Art. 6º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização, de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

CAPÍTULO III

DO (A) EGRESSO (A) DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O (A) egresso (a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; III - cursos de segunda licenciatura.

§ 1º A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada no capítulo II desta Resolução.

§ 2º A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;

II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional.

Art. 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos

planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguísticos sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR: ESTRUTURA E CURRÍCULO

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

V - deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12, consoante o projeto de curso da instituição;

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 5º A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituições de educação superior, preferencialmente universidades, que ofertem curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 6º A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, procederá à avaliação do desenvolvimento dos cursos de formação pedagógica para graduados, definindo prazo para sua extinção em cada estado da federação.

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

§ 2º Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 3º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus

fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Os cursos descritos no caput poderão ser ofertados a portadores de diplomas de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação.

§ 5º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

§ 8º A oferta dos cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 9º A oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 10. Os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão às diretrizes operacionais estabelecidas na presente Resolução.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Parágrafo único. A formação continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização lato sensu por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

§ 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá

no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino.

CAPÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SUA VALORIZAÇÃO

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;

§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

- I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;
- III - orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VII - atividades de desenvolvimento profissional;
- VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo

horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação lato sensu, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Art. 23. Os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Art. 24. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA



Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. ____/2019

Normatiza os procedimentos para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Teatro e dá outras providências.

O Colegiado do Curso de Teatro, através dos seus Membros, considerando o disposto na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Resolução CNE-CP Nº 2 de 1º de Julho de 2015 e do disponível no Portal da UFAL no link: <https://ufal.br/estudante/graduação/estagios>.

RESOLVE:

Art. 1º. O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular devendo abranger atividades de observação, participação, regência e pesquisa, visando à associação de caráter teórico prático, cuja especificidade é proporcionar o contato efetivo do aluno com a Instituição concedente, envolvendo experiências em organização, planejamento, intervenção pedagógica e exercício da docência nas escolas públicas e privadas nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola.

§1º As atividades de Extensão, de Monitorias, de Iniciações Científicas, (Lei 11.788 – 2008) de Residência Docente, das Organizações não Governamentais – ONGs, Ponto de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas, desenvolvidas pelos discentes, somente poderão ser equiparadas ao Estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e quando, os mesmos, estiverem sob a Coordenação de docentes vinculados aos Cursos de Artes da UFAL (Licenciaturas e Escola Técnica de Artes - ETA)

Art. 2º. (Normativa da Prograd nº 1 – 2013) Nos Cursos de Licenciatura, o Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório e deverá ocorrer a partir do início da segunda metade do curso e terá carga horária total de 400 (quatrocentas) horas sendo distribuídas em duas Etapas: **Etapa I** – Estágio Supervisionado I e II (semestre 5º e 6º) e **Etapa II** – Estágio Supervisionado III e IV (semestre 7º e 8º).

§1º **ETAPA I:** Se refere aos Estágios desenvolvidos em Extensão, Monitorias, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, Organizações não Governamentais – ONGs, Ponto de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Podendo contemplar a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e engloba:

I - Estágio Supervisionado I (100 horas) – Será ofertado no 5º Período do Curso e compreenderá os estudos teóricos das Leis e Diretrizes em vigor, com ênfase na disciplina Arte:Teatro e em diversas atividades escolares relacionadas à área de formação artística e/ou interdisciplinar e pedagógica. A carga horária será assim distribuída: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência e 20 horas para Atividades de acompanhamento e orientação;

II - Estágio Supervisionado II (100 horas) – Será ofertado no 6º Período do Curso e compreenderá os estudos teóricos das Leis e Diretrizes em vigor, com ênfase na disciplina Arte:Teatro e em diversas atividades escolares relacionadas à área de formação artística e/ou interdisciplinar e pedagógica. A carga horária será assim distribuída: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência e 20 horas para Atividades de acompanhamento e orientação.

§2º **ETAPA II:** Impreterivelmente no Ensino Fundamental e Ensino Médio, e nas respectivas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, e engloba:

I - Estágio Supervisionado III (100 horas) – Será ofertado no 7º Período do Curso e compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte:Teatro e/ou interdisciplinar e pedagógica. A carga horária será assim distribuída: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência e 20 horas para Atividades de acompanhamento e orientação;

II - Estágio Supervisionado IV (100 horas) – Será ofertado no 8º Período do Curso e compreenderá aspectos relacionados à área da formação artística com ênfase na disciplina Arte:Teatro e/ou interdisciplinar e pedagógica. A carga horária será assim distribuída: 30 horas de Observação, 50 horas de Regência e 20 horas para Atividades de acompanhamento e orientação.

§3º As Etapas das Atividades dos Estágios Supervisionados I, II, III e IV, serão apresentadas na sua totalidade no **Quadro 01**, com a distribuição da carga horária contemplada para as ações de Observação, Regência e Atividade de acompanhamento e orientação.

Quadro 01 – Atividades dos Estágios Supervisionados nos seus quatro períodos

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM TEATRO LICENCIATURA (400 HORAS)				
ETAPAS	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV

Observação	30 horas	30 horas	30 horas	30 horas
Regência	50 horas	50 horas	50 horas	50 horas
Atividade de acompanhamento e orientação	20 horas	20 horas	20 horas	20 horas
Carga Horária	100 horas	100 horas	100 horas	100 horas

Art. 3º. O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido na forma de Componente Curricular, relacionado à área da formação acadêmica, formação artística e produção cultural (dança, teatro, música, artes visuais, fotografia, maquiagem, cinema, entre outros). Abrangente às Instituições públicas e privadas, que desenvolvam atividades pertencentes a programas e projetos educacionais e artísticos, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Art. 4º. Os Estágios Curriculares Supervisionados I, II, III e IV terão os seguintes pré-requisitos para a matrícula de cada semestre:

§1º É impedido o discente de matricular em qualquer um dos Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado se ainda não cumpriu todas as disciplinas pedagógicas e 70% das disciplinas da área prática de Teatro, ou seja, as que constam do 1º ao 4º semestre do Curso.

§2º Não há impedimento de matrícula no Estágio subsequente, em caso de reprovação no Estágio anterior.

§3º Excepcionalmente o discente poderá cumprir dois Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado em um mesmo semestre. Com apresentação de justificativa por escrito (documentação comprobatória em anexo), ao Coordenador/a do Estágio.

§4º O discente poderá ter redução em até 100 (cem) horas das 400 horas da carga prevista para a integralização do Estágio Curricular Supervisionado, em um dos Estágios (I ou II) da Etapa I, quando já possui uma Graduação em Licenciatura em qualquer área de conhecimento, conforme Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de Julho de 2015 e, apresentar justificativa por escrito (documentação comprobatória em anexo) ao Coordenador/a do Estágio.

§5º O discente poderá ter redução em até 200 (duzentas) horas das 400 horas da carga prevista para a integralização do Estágio Curricular Supervisionado, em um dos Estágios (I ou II) da Etapa I, assim como em um dos Estágios (III ou IV) da Etapa II, quando já possui uma Graduação em Licenciatura em qualquer área de conhecimento e esteja no ensino da docência, conforme Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de Julho de 2015. Com apresentação de justificativa por escrito (documentação comprobatória em anexo) ao Coordenador/a do Estágio.

I – Cabe o discente apresentar documentação de vínculo de trabalho, regular e vigente, contratual ou estatutário, junto ao Coordenador/a do Estágio para ser anexado a Pasta do estagiário.

Art. 5º. O Estágio Curricular Supervisionado será acompanhado processualmente pelo Coordenador/a de Estágio, pelos Orientadores/as de Estágio do Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL e pelo Professor/a Supervisor/a da Escola Campo.

Art. 6º. A Instituição Concedente e/ou as ações culturais de Projetos e Programas artísticos, estabelecerá o número de turmas e os horários para a realização das atividades a serem desenvolvidas pelos discentes em processo de Estágio.

Art. 7º. Os casos omissos serão avaliados pelo/a Coordenador/a de Estágio, os Professores/as Orientadores/as de Estágio do Curso, bem como o Professor/a Supervisor/a da Escola Campo, que deverá tomar as decisões cabíveis para cada caso, de acordo com a legislação em vigor de Estágio Supervisionado.

Desenvolvimentos previstos nas ações de Observações, Regências e Atividades de acompanhamento e orientação, nas Etapas I e II. **Quadro 02.**

Quadro 02 – Atividades dos Estágios Supervisionados nos seus quatro períodos

<p>OBSERVAÇÃO 30 horas: Compreende: Escolas pública e privadas nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, bem como as atividades de Extensão, Monitorias, Iniciações Científicas, Residência Docente, Organizações não Governamentais – ONGs, Ponto de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas. Atento para os Programas artísticos, as atividades didáticas, pedagógicas e administrativas integrados ao cotidiano da instituição concedente, como componente de formação fundamental para o exercício do magistério, no intuito de possibilitar uma formação docente de qualidade, para o enriquecimento curricular.</p>	<p>ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:</p> <p>Acompanhar as ações das escolas públicas e privadas nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, bem como as atividades de Extensão, Monitorias, Iniciações Científicas, Residência Docente, Organizações não Governamentais – ONGs, Ponto de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas;</p> <p>Leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição concedente;</p> <p>Leitura do Regimento da Instituição concedente;</p> <p>Contato com os Diários de classe do Supervisor/a de Estágio;</p> <p>Participação em reuniões com pais, reuniões pedagógicas, conselhos ou colegiados escolares;</p> <p>Participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho de coordenação pedagógica e gestão escolar;</p> <p>Levantamento da Estrutura física da Instituição concedente;</p> <p>Funcionamento da Secretaria;</p>
<p>REGÊNCIA 50 horas: Vivência direta do exercício da atividade de docência de Arte:Teatro, através da regência de classe (escolas pública e privadas), e em ações culturais de Projetos e Programas artísticos.</p>	<p>ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:</p> <p>Estudo, pesquisa e demais atividades formativas, possibilitando as condições para o exercício do pensamento do desenvolvimento crítico e criativo da Instituição concedente;</p> <p>Assumir as atividades de regência do Supervisor/a de Estágio na sua efetiva preparação do material didático, elaboração de provas, organização da sala de aula, correção de trabalhos e avaliações, além de outras atividades internas e externas que compõem a Instituição concedente.</p> <p>Elaboração e Aplicação do Plano de Aula, articulando teoria e prática;</p>

	Relatório (diário de bordo) das atividades desenvolvidas nas diferentes Instituições concedentes (sala de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos, esportivos e ateliês). Constando dos meses, dias, horas (início e término) e a turmas.
ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO 20 horas: Corresponde: Estudos da Legislação do Estágio Supervisionado disponível no Portal da UFAL, bem como à organização e apresentação do Relatório de Estágio Supervisionado (Parcial e Final), através de Seminários e da Documentação da Pasta de Estágio.	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Estudar e compreender criticamente as Leis que regulamentam as Atividades de Estágio Supervisionado e outras determinações legais, como componente de formação fundamental para o exercício do magistério; Seminários: Apresentação dos resultados parcial e final das ações desenvolvidas no Estágio Supervisionado na Instituição concedente; Sistematizar e registrar no diário de bordo todas as atividades desenvolvidas nas Instituições concedentes (sala de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos, esportivos e ateliês). Entrega do Relatório Final: Pasta do estagiário.

III – Conjunto dos Ementários que compreendem os Estágios Supervisionados das Etapas I, II e Etapas III, IV, apresentado no **Quadro 03.**

Quadro 03 – Proposta das EMENTAS dos Estágios Supervisionados.

ETAPAS	EMENTAS
Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II	Vivência em Projetos de Extensão, Monitorias, Iniciação Científica, Residência Docente, Educação Profissional e Tecnológica, Organizações não Governamentais – ONGs, Ponto de Cultura, Grupos e Companhias de Artes Cênicas, podendo abranger a Educação Infantil e os Ensinos Fundamental e Médio (escola pública ou particular), incluindo as modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Atento as atividades acerca do ensino de Arte:Teatro nas relações internas e externas que compõem o espaço escola e nas ações culturais dos projetos artísticos.
Estágio Supervisionado III Estágio Supervisionado IV	Preparação, execução e avaliação direta da prática de ensino de Arte:Teatro, através da Observação e Regência de classe, impreterivelmente no Ensino Fundamental e Médio, assim como, as modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. Elementos estruturais administrativos, pedagógicos e as relações internas e externas da Instituição concedente.

IV – Atribuições do Supervisor de Estágio, Coordenador de Estágio e Orientador de Estágio que possibilita a formação dos profissionais:

- a) **Supervisor de Estágio:** É o profissional da Instituição concedente (escola campo) e quem deverá acompanhar todas as atividades de Observação e Regência do aluno Estagiário.
- b) **Coordenador de Estágio:** Todos os Professores lotados no Curso de Licenciatura em Teatro poderão assumir a função de Coordenador de Estágio conforme deliberação do Colegiado de Curso. O Coordenador de Estágio deverá assumir as seguintes atribuições: 1) Assinar a Carta de Encaminhamento de Estágio; 2) Receber e assinar o Termo de Compromisso de Estágio; 3) Intervir junto a Instituição concedente sobre questões administrativas sempre que necessário.

- c) **Orientador de Estágio:** Todos os Professores lotados no Curso de Licenciatura em Teatro poderão assumir a função de Orientador de Estágio conforme demanda apresentada pelo Coordenador de Curso. O Orientador de Estágio deverá assumir as seguintes atribuições: 1) Apresentar aos estagiários toda legislação referente ao Estágio Supervisionado; 2) Discutir a dinâmica dos encontros presenciais, bem como os Seminários realizados nas Atividades de acompanhamento e orientação, organizando um cronograma; 3) Receber a Pasta de Estágio e verificar se todos os documentos foram preenchidos e assinados corretamente; 4) Atribuir e lançar as notas AB1 e AB2 no sistema acadêmico juntamente com a frequência.

Art. 9º. Esta revisão da Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de aprovação pelos membros do Colegiado do Curso de Licenciatura em Teatro e será encaminhada à Direção do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes e a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira; OLIVEIRA, Sandra Maria de. A (re)Significação ao Aprender-e-ensinar: a pedagogia de projetos como uma proposta interdisciplinar no contexto da escola pública. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 2. 19-29, 2008.
- ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues; RESENDE, Marilene Ribeiro. Aspectos legais do estágio na formação de professores: uma retrospectiva histórica. **Educação em Perspectiva**. Viçosa, vol. 1, n. 2, p. 230-252, jul./dez., 2010.
- BRASIL. **Nova Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio:** Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Brasília: MTS, SPPE, DPJ, CGPI, 2010.
- FRANCO, Vítor. Percurso inclusivo na vida da pessoa com deficiência. In: CANDEIAS, Adelinda Araujo. (Org.) **Educação Inclusiva: Concepções e Práticas**. Évora: CIEP, 2009, p. 89-105.
- LÜCK, Heloísa. **Dimensão de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MONTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos e Saberes**, Mandaguari, vol. 8, n. 1, p. 93-108, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS [UFAL] (BRASIL). **Projeto Político-Pedagógico. Licenciatura em Teatro**. Maceió, 20_____.

Maceió (AL), _____ de _____ de 2019.

Marcelo Gianini

Coordenador do Curso de Teatro

Ronaldo de Andrade

Vice-Coordenador do Curso de Teatro

Antonio Lopes Neto, Ana Flávia De Andrade Ferraz, Lara Barbosa Couto, José Acioli da Silva Filho e Rogers Ayres

Equipe de Elaboração do Estágio Supervisionado

Representante dos Discentes no Colegiado

Representante dos Técnicos no Colegiado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES -
ICHCA**

CURSO DE TEATRO LICENCIATURA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 01/2018- COLEGIADO DO CURSO DE
TEATRO/LICENCIATURA, DE 23 DE AGOSTO 2018.**

Estabelece as Normas de Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, em Teatro Licenciatura da Ufal.

O Colegiado do Curso de Teatro Licenciatura da Ufal, no uso de suas atribuições homologa, em 23 de agosto de 2018, esta Instrução Normativa, e revoga a Instrução Normativa n. 01/2013.

**CONSIDERANDO O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
TEATRO LICENCIATURA RESOLVE:**

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1- O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - é um componente curricular obrigatório, previsto no Projeto Pedagógico do Curso. Possui carga horária de 146 horas/aula (Matriz 2006) e 120 horas (Matriz 2014) e é previsto na Resolução n. 25\2005- CEPE.

2- O TCC deverá contemplar as especificidades de Teatro Licenciatura;

3- O TCC, quando transitar pela inter, multi, transdisciplinaridade da área, deve respeitar o enfoque nas especificidades do curso.

4- O TCC é de caráter acadêmico científico e será apresentado sob forma de monografia e desenvolvido individualmente.

5- O(a) aluno(a) deverá cadastrar, junto à coordenação do curso, o TCC no 7º semestre e finalizar o trabalho no 8º período. Caso haja necessidade de prorrogação, respeitar-se-á a legislação vigente.

6- O(a) aluno(a) que não entregar a monografia ou não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado (a)

no semestre, podendo apresentá-la em qualquer período do ano letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico;

7- A nota deverá ser cadastrada no sistema acadêmico após o(a) aluno(a) ter entregue as cópias da Monografia, devidamente corrigidas após a apresentação, sendo 1 (uma) cópia impressa para a Coordenação do Curso e uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da Ufal/RIUFAL (Memo. Circular n°. 002/2018-SIBI/Ufal).

DA ORIENTAÇÃO DE TCC:

8- O TCC será orientado por professores(as) efetivos(as) ou substitutos(as) vinculados ao Curso de Teatro Licenciatura com titulação mínima de mestre;

9- Caso o TCC transite pela inter, multi, transdisciplinaridade da área, o aluno (a), em comum acordo com seu(sua) orientar(a), poderá recorrer à co-orientação. O(a) co-orientador(a) deverá ter titulação mínima de mestre e fica vedada sua participação na banca avaliadora.

10- O(a) aluno(a) deverá identificar seu(sua) orientador(a) ao longo do 7º período. O(a) aluno(a) que não conseguir orientador(a), deverá solicitar, obrigatoriamente, à coordenação de TCC a indicação de orientador(a), ficando estabelecido que nenhum(a) aluno(a) deverá concluir o 7º período sem projeto de TCC e orientador(a) cadastrados no sistema acadêmico.

11- Cada professor(a) orientador(a) deverá orientar no máximo até 5 (cinco) TCCs simultaneamente.

DAS COMPETÊNCIAS DO(A) PROFESSOR(A) COORDENADOR(A) DO TCC:

12- Divulgar junto aos discentes a relação dos(as) professores(as) efetivos(as) e substitutos(as) do Curso de Teatro, suas titulações e linhas de pesquisa;

13- Entregar ao(à) Discente o Termo de Compromisso.

14- Encaminhar ao Colegiado de Curso as possíveis propostas de mudança de Professor(a) Orientador(a), solicitada pelo(a) discente orientando(a), no decorrer dos 7º e 8º semestres;

15- Encaminhar ao Colegiado de Curso as possíveis propostas de mudança de Professor(a) Orientador(a), devido à ausência ou qualquer forma de desligamento do(a) mesmo(a);

16- Encaminhar ao(à) professor(a) orientador(a) formulário de acompanhamento de orientação de TCC;

17- Disponibilizar aos(às) professores(as) orientadores(as) modelo de ata e declaração de banca;

18- Publicar calendário de defesa de TCC;

19- Convocar e dirigir duas reuniões ordinárias semestrais (e quantas extraordinárias forem necessárias) com Professores(as) Orientadores(as).

20- Divulgar as etapas do Calendário do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC:

I- Na disciplina Pesquisa Educacional em Teatro, 6º período, o(a) aluno(a) orientando(a) desenvolverá seu Projeto de TCC e escolherá o(a) orientador(a), de acordo com o objeto de sua pesquisa;

II- O(a) aluno orientando(a) deverá apresentar o Projeto de TCC e o Termo de Compromisso ao seu(sua) orientador(a);

III- O(a) aluno(a) orientando(a) deverá devolver uma cópia do Projeto de TCC ao(à) Coordenador(a) de TCC, bem como o Termo de Compromisso devidamente assinado por orientando(a) e orientador(a), no início do 7º período;

IV- O(a) aluno(a) orientando(a) deverá desenvolver o TCC em, no mínimo, 30 páginas de elementos textuais, da Introdução até a Conclusão;

V- O(a) orientando(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias antes da defesa para a entrega dos exemplares da Monografia para a Banca Examinadora;

VI- O(a) orientador(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias antes da defesa para informar para a coordenação de TCC: autor(a), título, data de defesa e constituição da Banca Examinadora, que será composta pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e por mais 2 (dois) membros, sendo um, obrigatoriamente, do curso de Teatro Licenciatura.

VII- O(a) aluno(a) terá um prazo de 30 (trinta) dias para reformulação da monografia, caso necessário, indicada pela banca examinadora e acatado pelo(a) orientador(a);

VIII- O professor(a) orientador(a) só solicitará a inserção da nota após a entrega da versão final do TCC.

DAS COMPETÊNCIAS DO (A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

21- Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pelo Coordenador(a) de TCC;

22- Avaliar o Projeto de pretensos(as) orientandos(as), sugerindo ou não ajustes;

23- Assinar e Carimbar o Termo de Compromisso;

24- Atender seus(suas) orientandos(as) em horário previamente fixado; prevendo a quantidade mínima de três encontros de orientação por semestre;

25- Registrar as orientações em formulário próprio a serem encaminhados no final de cada semestre à coordenação de TCC;

26- Apresentar, ao(à) coordenador(a) de TCC, por meio de justificativa, o desligamento de orientando(a), até a última reunião do 7º semestre;

27- Verificar as 30 páginas mínimas de elementos textuais exigidas para o TCC de Teatro Licenciatura;

28- Contatar a banca examinadora que será composta por 2 (dois/duas) Professores(as) Examinadores(as), dos quais um(a) deles(as) deverá ser do quadro Docente do Curso de Teatro Licenciatura;

29- Informar ao coordenador de TCC as datas, horários e locais de defesa de TCC, além da composição da banca e tema de pesquisa, com, no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência;

30- Informar aos dois membros da banca o dia, hora e local da defesa da Monografia.

31- Entregar ao discente cópia da ATA de Apresentação do TCC, que será anexada à versão final da Monografia.

32- Receber do(a) orientando (a), 1 (uma) cópia da versão final da Monografia, obedecendo as Normas da ABNT e Padrão Ufal de Normalização, encadernada em capa dura de cor azul escuro com letras prateadas e uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da Ufal/RIUFAL.

33- Encaminhar ao (à) Coordenador(a) do TCC 1 (uma) cópia em Capa dura azul escura e letras prateadas da Monografia para acervo do curso.

34- Se certificar de que a nota será inserida no sistema Acadêmico só após a entrega da versão final de TCC.

DAS COMPETÊNCIAS DO(A) ALUNO(A) ORIENTANDO(A):

35- Escolher o(a) Professor(a) Orientador(a) conforme Linha de Pesquisa e formalizar o convite com o Termo de Compromisso entregue pelo(a) Coordenador(a) do TCC no 6º semestre;

36- Apresentar, ao(à) Professor(a) Orientador(a) pretendido o Pré-Projeto de TCC contendo os seguintes itens:

I— Capa

II — Tema

III — Delimitação de tema

IV —Introdução

V — Justificativa

VI —Revisão de literatura

VII — Objetivos: Geral e Específicos

VIII — Metodologia

IX — Cronograma

X —Referências Bibliográficas

XI- Anexos (caso necessário)

37- Entregar ao(à) Coordenador(a) de TCC uma cópia do Pré-Projeto de TCC e o Termo de Compromisso assinado pelo(a) Professor(a) Orientador(a) e pelo(a) discente, nas primeiras semanas do 7º período;

38- Participar de todas as reuniões e atividades convocadas pelo(a) professor(a) orientador(a);

39- Participar de, no mínimo, cinco defesas de TCC ao longo do curso, devidamente comprovadas através de lista de frequência;

40- Apresentar relatório de atividades ao(à) orientador(a) de TCC contendo: atividades de pesquisa desenvolvidas (participação de congressos, seminários, apresentações artísticas, apresentações de TCC), bem como cronograma de desenvolvimento de seu Projeto de TCC, ao final de cada semestre;

41- Entregar ao(à) orientador(a) de TCC três cópias encadernadas do seu Trabalho de Conclusão de Curso no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes da defesa, para serem distribuídas entre a Banca Examinadora;

42- Comparecer em dia, horário e local determinado pelo(a) Orientador(a) de TCC, para apresentar e defender sua Monografia perante a Banca Examinadora.

43- Entregar ao(à) Professor(a) Orientador(a) 1 (uma) cópia da versão final da Monografia, obedecendo as Normas da ABNT e Padrão Ufal de Normalização, encadernada em capa dura de cor azul escuro com letras prateadas e uma cópia em mídias digitais (CD ou DVD), acondicionada em capas protetoras de plástico flexível, para inserção no Repositório Institucional da Ufal/RIUFAL.

44- Depositar a versão final da Monografia, com as correções sugeridas pela banca (caso necessário) até o prazo de 30 (trinta) dias depois da defesa.

DAS COMPETÊNCIAS DA BANCA DE AVALIAÇÃO DE TCC:

45- Receber do(a) Professor(a) Orientador(a) a cópias da Monografia, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da banca de defesa;

46- Avaliar os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC considerando os seguintes aspectos:

I-Escolha do Tema (Significado, Relevância e Aderência ao curso);

II -Desenvolvimento do Tema;

III - Redação;

IV -Estrutura e Apresentação do Trabalho;

V- Referências Bibliográficas.

47- Estar presente no local da apresentação pública da monografia no horário estipulado pelo(a) Professor(a) Orientador(a);

48- Levar em consideração, no seu julgamento, o texto escrito, a exposição oral e a defesa do(a) aluno(a) durante a arguição e os esclarecimentos finais; 49- Ler e analisar para tecer considerações, arguir o(a) aluno(a) e fornecer parecer com as seguintes notas:

I — Nota de 7,0 a 10,0 (sete inteiros a dez inteiros) para aceitação da Monografia, condicionada ou não a correções;

II — Nota abaixo de 7,0 (sete inteiros) para não aceitação da Monografia;

50- Sugerir, por maioria dos membros, a reformulação e/ou ajuste da Monografia;

51- A Avaliação final da Banca Examinadora deve ser registrada na ATA anexada à versão final do TCC, seguindo o Padrão Ufal de Normalização.

DOS PROCEDIMENTOS DA BANCA EXAMINADORA, DO ORIENTADOR E DO ORIENTANDO NA DEFESA PÚBLICA:

52- A sessão será presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a);

53- A sessão será registrada em ATA pelo Professor(a) Orientador(a);

54- Na defesa de sua Monografia o(a) aluno(a) disporá de até 20 (vinte minutos) para apresentação;

55- Cada membro da Banca Examinadora disporá de 20 (vinte minutos) para fazer suas arguições e comentários;

56- O(a) aluno(a) usará 10(dez) minutos, após a arguição de cada membro da Banca Examinadora para responder questões não esclarecidas;

57- O resultado será proclamado pela Banca Examinadora após as respostas e esclarecimentos do(a) aluno(a);

58- Em caso de reprovação fica estabelecido o critério do(a) aluno(a) continuar ou não com o mesmo Tema da Monografia e com o(a) mesmo(a) Professor(a) Orientador(a);

59- Caso seja reprovado(a), o(a) aluno(a) que tenha completado a Carga Horária Fixa e a Carga Horária Eletiva deverá solicitar sua matrícula vínculo em TCC à coordenação do curso no período de ajuste de matrículas.

DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO DE TEATRO LICENCIATURA:

60- Interpretar os dispositivos desse regulamento;

61- Aprovar ou não alterações nesse regulamento;

62- Aprovar mudanças de orientadores(as) e orientandos(as);

63- Atender as convocações de reunião proposta pelo Coordenador de TCC.

Maceió, 23 de agosto de 2018

Membros do Colegiado do Curso de Teatro Licenciatura



Projeto Pedagógico aprovado na Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas CONSUNI/UFAL do dia 09 de maio de 2019.

Resolução CONSUNI Nº 26

Jean Luiz Davino dos Santos

Técnico em Assuntos Educacionais
PROGRAD/UFAL

Edna Cristina do Prado

Coordenadora de Currículo e Acompanhamento
de Projetos Pedagógicos dos Cursos
PROGRAD/UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Pró-Reitora de Graduação
PROGRAD/UFAL